

Governo do Estado de Pernambuco
Secretaria de Educação e Cultura

Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas
do Nordeste -- POLONORDESTE

NECESSIDADES DE TREINAMENTO INFORMAL
DE MÃO-DE-OBRA NO AGRESTE SETENTRIONAL
DE PERNAMBUCO

Renato Duarte

FUNDAJ - INPSO - ECONO
RECIFE, 1982

Renato Duarte

NECESSIDADE DE TREINAMENTO TÉCNICO
DE MÃO-DE-OBRA NO AGRICULTO-
RISMO DE PERNAMBUCO

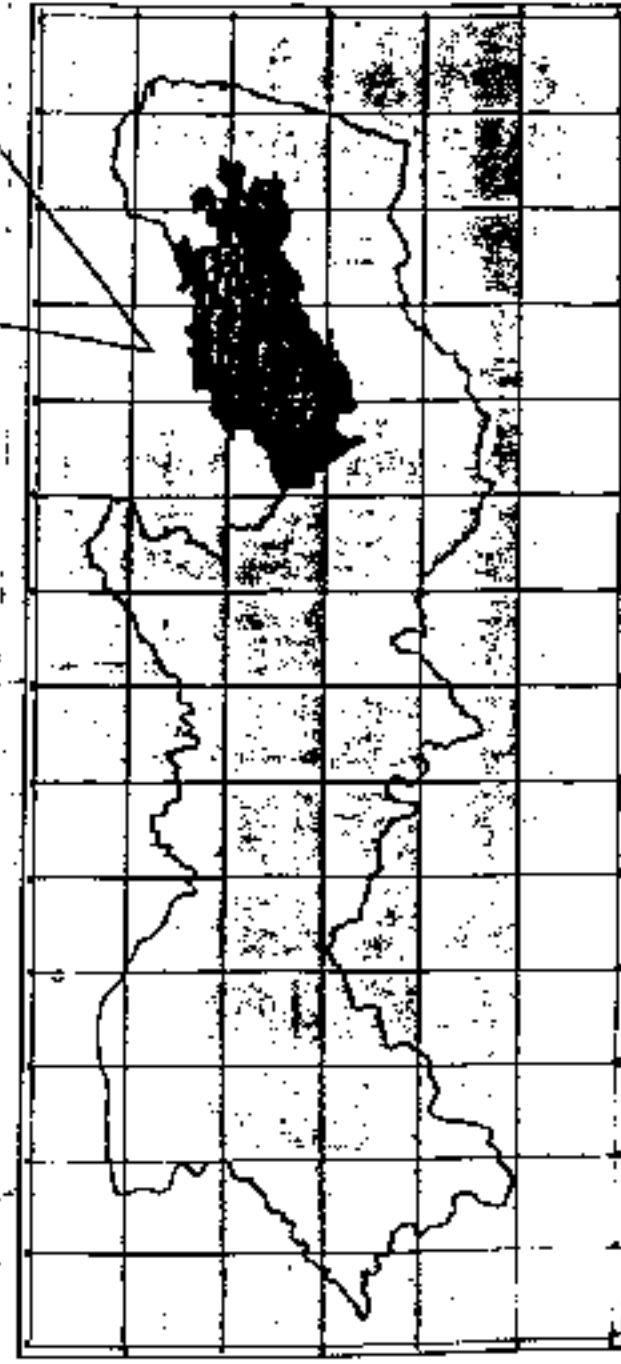
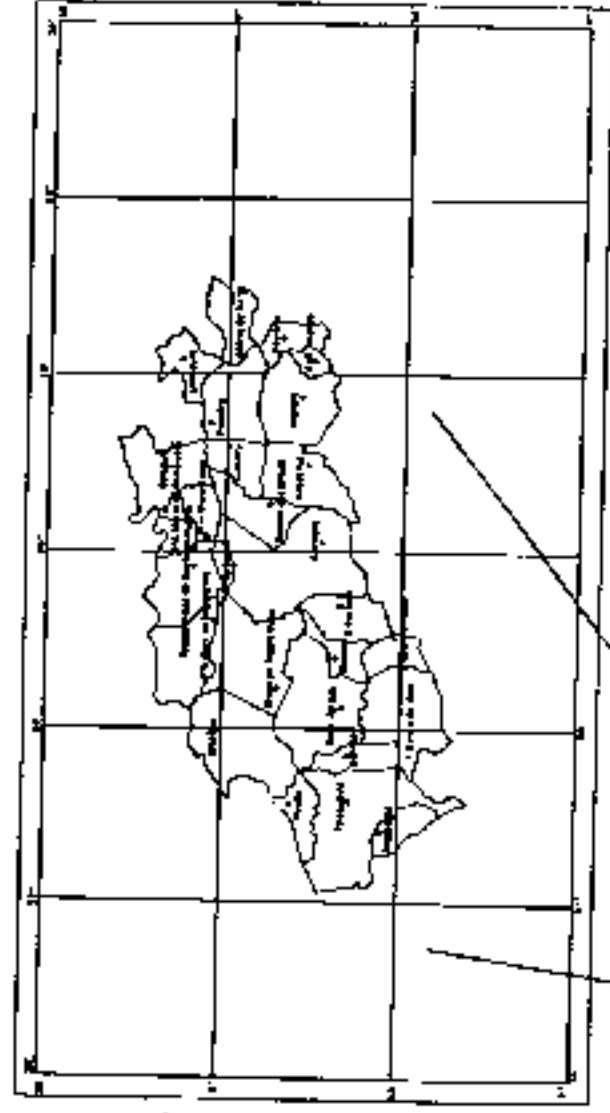
Fundação Joaquim Nabuco
Instituto de Pesquisas Sociais
Departamento de Economia

Recife, 1982

Equipe Permanente da Pesquisa

Coordenador	Renato Duarte, economista
Assistente	Rosa Amorim, socióloga
Secretária	Dayse Barbosa Vasconcelos

Figura 1. Mapa do Agreste Setentrional de Pernambuco.



SUMÁRIO

	Página
Apresentação	ii
Capítulo I EDUCAÇÃO INFORMAL PARA A MODERNIZAÇÃO DE ESTRUTURAS ARCAICAS	01
Capítulo II METODOLOGIA	
1. Dimensionamento de Amostra	08
2. Desenho dos Questionários	13
Capítulo III NECESSIDADES DE TREINAMENTO INFORMAL NA ZONA RURAL	
1. Caracterização dos Estabelecimentos Agro- pecuários Pesquisados	17
2. Mão-de-obra empregada nas Propriedades Pes- quisadas	28
Capítulo IV NECESSIDADES DE TREINAMENTO INFORMAL PARA A PEQUENA PRODUÇÃO INDUSTRIAL	
1. Caracterização das Microindústrias Pesqui- sadas	73
Capítulo V NECESSIDADES DE TREINAMENTO INFORMAL PARA A MÃO-DE-OBRA URBANA	
1. Caracterização da Mão-de-Obra Pesquisada	109
Capítulo VI VISÃO DE SÍNTESE	
1. Necessidades e Oferta de Treinamento In- formal na Área Pesquisada: Um Catejo ...	145
2. A Guia de Conclusão	150
Anexo	153
Bibliografia	182

ADVERTÊNCIA

Este trabalho resulta de um contrato firmado entre o então Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, hoje Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) e a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, com a intervenção da Unidade Técnica do Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), para realização de uma pesquisa sobre necessidades de treinamento para a população economicamente ativa do Arca do Agreste Setentrional de Pernambuco incluída no POLONORDESTE.

O lapso de dois anos e meio que decorreu entre a época de conclusão dos trabalhos de campo e a presente data deveu-se a injunções de natureza variada, que tão frequentemente perturbam o labor de investigações científicas, e que seria ocioso enumerar aqui. É de se supor, por outro lado, que esse período que se interpõe entre o término da conclusão da pesquisa não compromete a validade dos resultados alcançados: é que a lentidão com que se procedeu à elaboração da estrutura e-

condição e no perfil ocupacional da mão-de-obra nordestina deve manter por bastante tempo a atual situação. Informações apresentadas neste trabalho.

Algumas menções de agradecimento fazem-se pertinentes. Na equipe do POCORDESTE, o Dr. Roberto Gilson da Costa Campos, coordenador da Unidade Técnica do Programa em Pernambuco e a economista Nelita Neves de Andrade demonstraram sempre um elevado espírito de compreensão diante de eventuais percalços surgidos ao longo do trabalho e em nenhum momento negaram a sua colaboração para que os entraves fossem superados. Igual reconhecimento é devido ao então Secretário de Educação do Estado de Pernambuco, Dr. José de Hollanda Cordeiro e ao Dr. Abérides Alves de Azevedo, Diretor da Diretoria de Coordenação da Secretaria de Educação.

Na consecução das várias etapas de realização da pesquisa, precisaram colaborar diversos pesquisadores do quadro técnico da FUNDAE, além de outros profissionais contratados para prestarem seus serviços à pesquisa. Nas tarefas de levantamento e apuração dos dados colaboraram as seguintes pessoas: Rosa Amorim, Sylvia Mascarenhas, Néia Lucena, Manoel Alberto Barbosa, Hilton Rodrigues, Luciana Silva, Carlos Albez

to Lima, Márcia Valentim Lima, Marcos José Cóbria e Joaquim Maciel. O economista Osval Galindo foi o responsável pelo levantamento dos cursos oferecidos pelas diversas entidades treinadoras que atuam na área. A Tereza Carneiro Leão coube a responsabilidade de realização das tarefas administrativas na fase inicial da pesquisa, tendo essa atribuição sido posteriormente transferida para Dayse Vasconcelos, que foi eventualmente auxiliada por Fátima Cavalcanti.

Em todos os momentos da execução dos trabalhos a coordenação da pesquisa contou com o valioso apoio da estrutura administrativa do FUNDAP, a qual se tributa um especial agradecimento.

Belém, novembro de 1982.

Luís Duarte

Capítulo I

1. EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO PARA A MANEIRA E O USO DO CAPITAL HUMANO

O reconhecimento da importância das atividades humanas para o desenvolvimento é uma das ideias próprias da ciência econômica. Já Adam Smith (1776) e outros economistas clássicos, enfatizavam o papel do capital humano no processo de desenvolvimento, a produtividade e a eficiência, tanto a qualificação da força-de-trabalho como formação do capital^{1/}.

Conquanto, com o tempo, tenham surgido algumas divergências relativas em tratar os indivíduos como unidades^{2/}, existe um consenso entre estudiosos de desenvolvimento na noção de importância dos recursos humanos e da formação do capital humano para o processo de desenvolvimento^{3/}. Os fatores de investimento em

1/ Theodore Schultz, Capital Human (Rio, Zahar Editores, 1971), pp. 32-35.

2/ Theodore Schultz, "Investment in Man: An Economic's View", Social Service Review, 33 (junho de 1959), pp. 109-117.

3/ A literatura sobre o assunto é vasta, ver, por exemplo: Michael J. Dennis, The Sources of Language Growth in the United States and the Migration of Negroes, Documentary Paper nº 13 (New York, Committee for Economic Development, 1962); Irving Fisher, The Nature of Capital and Income (New York, Mac Millan, 1906); Harry Johnson, "The Political Economy of Education", Canadian Journal of Economics and Political Science, 16 (novembro de 1960), pp. 452-65.

capital humano materializam-se sob a forma de incremento da produtividade da mão-de-obra e da renda^{4/}, bem como da mobilidade daquele fator de produção, de onde resulta a sua melhor alocação e combinação com os outros recursos produtivos.

Nos países menos desenvolvidos, onde a mão-de-obra é, em geral, um fator de produção relativamente abundante, a sua qualificação e incorporação ao processo produtivo poderá contribuir tanto para a melhor alocação dos fatores (alguns deles relativamente escassos, como é o caso do capital e da capacidade empresarial), como também para o incremento da produtividade média do sistema econômico. Desse modo, uma definição de desenvolvimento econômico e social deveria considerar os recursos humanos como referencial, visto que a valorização do indivíduo é o fim último de todo o esforço, e a capacitação das pessoas é o meio mais eficaz para se alcançar esse fim.

É nos países menos desenvolvidos onde se observa o paradoxo de existirem simultaneamente carência de pessoal qualificado e excesso de mão-de-obra semi ou não-qualificada. Esses são, na verdade, problemas relacionados entre si porquanto os obstáculos à qualificação e ao treinamento da mão-de-obra, se de um lado acentuam a carência de pessoal qualificado, de ou-

4/ Harvey Leibenstein, Atraso e Desenvolvimento Econômico (Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1967), pp. 46-48; Jacques Line Ashby et al., "O Impacto da Educação e da Comunicação", in J. Wertheim e J. D. Sordenave, Educação Rural no Terceiro Mundo (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981), pp. 136-37.

tro conduzem ao aumento do contingente de trabalhadores sub-utilizados. Desse modo, uma estratégia de valorização dos recursos humanos deve contemplar um duplo objetivo, ou seja, o de capacitar pessoal e ao mesmo tempo prover oportunidades de trabalho para a mão-de-obra desempregada e sub-empregada.

Nas regiões menos desenvolvidas o excesso de mão-de-obra semi ou não-qualificada ocorre tanto no setor rural quanto no urbano ^{5/}. Via de regra, nas zonas rurais esses trabalhadores cultivam a terra através de métodos primitivos e predatórios, daí resultando baixos níveis de produtividade por pessoa e por área cultivada. Esse fenômeno é, no entanto, apenas um dos aspectos de um problema bem mais complexo, que envolve distorções na estrutura de posse e uso da terra, nas políticas agrícolas e no sistema de comercialização.

Por outro lado, nas regiões subdesenvolvidas a oferta de mão-de-obra urbana, semi ou não-qualificada, excede as oportunidades de emprego no chamado setor formal de trabalho. Isso se deve a um elenco de fatores, sendo mais significativos os seguintes:

- a) rápidas taxas de urbanização, decorrentes mais da expulsão do excedente populacional urbano ^{6/},

^{5/} Adamantios Papalasis et al., Desenvolvimento Econômico-Análise e Estudos de Casos (São Paulo, Editora Atlas, 1967), pp. 72-73.

^{6/} Paul Singer, A Economia Política da Urbanização (São Paulo, Editora Brasiliense, 6ª edição, 1979), pp. 37-60; Renato Duarte, Migration and Urban Poverty in Northeast Brazil, tese de PhD apresentada à University of Glasgow, abril de 1979.

do que da atração exercida pela evolução da economia urbana;

- b) crescimento industrial apoiado fundamentalmente na tecnologia estrangeira a qual, por se ajustar à dotação de fatores produtivos dos países mais desenvolvidos, tende a utilizar o fator capital intensivamente, poupando mão-de-obra;
- c) o setor público, geralmente hipertrofiado e ineficiente, absorve parcelas cada vez menores de trabalhadores;
- d) o setor terciário, pela sua natureza reflexa, tem o seu desempenho condicionado pela evolução dos setores primário e secundário.

Convém lembrar, também, que os recursos humanos não são homogêneos. As condições físicas das pessoas têm grande influência sobre o rendimento do trabalho. Não parece dúbida, atualmente, de que a má nutrição provoca não só a debilidade física, mas também a vulnerabilidade às doenças e o retardamento mental. Fatores de ordem psicossociológica também são responsáveis pela motivação e pela qualificação das pessoas para o trabalho ^{7/}. Por outro lado, a capacidade que possuem os indivíduos de pro-

^{7/} Harvey Leibenstein, op. cit., pp. 75-76.

moverem mudanças nos métodos de produção e nos estilos de vida, bem como de encontrarem papéis construtivos no seu meio depende largamente da contribuição que a educação lhes pode dar para a auto-compreensão, para o maior conhecimento de opções profissionais e existenciais, assim como para a ampliação da visão crítica da própria cultura ^{8/}.

A experiência tem demonstrado que a lentidão com que são realizadas as transformações nas estruturas das sociedades menos desenvolvidas deve-se, entre outras causas, aos obstáculos culturais à mudança. O apego arraigado a usos e costumes seculares, os baixos níveis educacionais, e uma visão peçoquial das coisas, são alguns dos traços culturais mais acentuados das sociedades em via de desenvolvimento ^{9/}. Por isso, qualquer tentativa de modernização econômica de um país ou região deverá ter como suporte medidas que objetivem a incorporação da população ao processo de transformação. Cumpre, desse modo, mobilizar os recursos humanos tanto através de programas de educação formal quanto de treinamento informal. Assim, as políticas educacionais devem ter a amplitude que as múltiplas necessidades de treinamento de mão-de-obra em áreas subdesenvolvidas requerem: dos cursos de alfabetização ao ensino básico, do trei-

8/ World Bank, Education - Sector Policy Paper (April 1980), pp. 12-15.

9/ Ver, a propósito, Gerald Meier e Robert Baldwin, Desenvolvimento Econômico (São Paulo, Editora Mestre Jou, 1968), pp. 385-85.

namento informal à educação formal. É tarefa dos programas educacionais, ademais de transmissão do instrumental básico e das técnicas de trabalho, contribuir para a mudança de mentalidade das populações beneficiadas. Assim, programas de educação informal devem caracterizar-se pela objetividade no que diz respeito à busca de adequação dos equipamentos às necessidades de treinamento da população trabalhadora. A averiguação dessas necessidades, através de pesquisa de campo, é passo essencial para a definição dos cursos e do seu conteúdo programático. Outro aspecto a considerar é o da linguagem utilizada nos cursos, assim como as técnicas de ensino, que devem ser perfeitamente assimiláveis pelos treinandos. Por conseguinte, seja na fase de programação, seja na de realização dos cursos, deve-se levar em conta o universo vocabular e cultural dos beneficiários, pois disso dependerá em grande parte a eficácia do treinamento.

Ademais de objetividade e de fácil assimilação, os programas de treinamento informal terão a sua eficácia dependente, também, da capacidade que tiverem de despertar os interesses utilitaristas dos treinandos. Nesse sentido, a transmissão de conhecimentos e de técnicas de produção deve vir acompanhada de demonstrações de como os benefícios que poderão ser materializados sob a forma de produto de produção, da produtividade e da produtividade. Diante a esta proposição é de que particularmente entre as populações mais resistentes às mudanças, os programas de treinamento devem ser mais rápidos na assimilação

de inovações tecnológicas se se acenam para os treinandos com possibilidades concretas de aumento da sua renda. Os cursos devem, desse modo, funcionar como uma espécie de "efeito demonstração" em que o treinando não só aprenda métodos mais racionais de produção, como também acredite nas suas vantagens.

Estratégias de concentração de recursos em áreas ou setores prioritários, com vistas à transformação de estruturas arcaicas, devem levar em conta a eventualidade de surgimento de obstáculos ou entraves variados, a falta de qualificação ou de motivação da população podendo ser um deles. Reformas institucionais reguladoras das condições de posse e uso dos meios de produção, políticas de estímulo à formação de capital e à criação e difusão de tecnologias novas, ademais da busca de maior eficácia e integração entre os organismos responsáveis pela implantação dessas medidas, não obstante representarem por si sós desafios consideráveis, constituem apenas parte do estorço transformador. É que a tarefa modernizadora poderá vir a ser prejudicada pela incapacidade ou resistência dos recursos humanos para exercerem o papel que lhes é devido, cabendo pois aos programas educacionais qualificá-los e induzi-los a saberem e quererem participar do processo de superação do atraso econômico, da imobilidade social e da apatia política.

CAPÍTULO II

METODOLOGIA

1. Dimensionamento da Amostra

A investigação das necessidades de treinamento a partir da própria percepção da população-alvo recomendou que o levantamento de informações fosse baseado em uma pesquisa de campo. Tendo em vista os objetivos do Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste - POLONORDESTE, - de concentrar recursos para o desenvolvimento de áreas selecionadas 1/ - contando para isso, inclusive, com o apoio financeiro e técnico do Banco Mundial - mediante a transformação econômica de unidades produtivas agrícolas e não-agrícolas de tamanhos médio e pequeno, optou-se, nesta pesquisa, por considerar objeto de estudo, de um lado, as propriedades agropecuárias de até 100 hectares e, de outro, as unidades industriais, comerciais e de prestação de serviços empregadoras de até 5 trabalhadores. A delimitação do tamanho dos estabelecimentos agropecuários a serem pesquisados teve por base os seguintes motivos: a) a intenção do POLONORDESTE de favorecer, no seu programa de assistência, as propriedades pequenas e médias, o que de resto parece ser uma conclusão realista, visto serem os pequenos e médios proprietários rurais nordestinos os que

reconhecidamente carecem mais de assistência técnica e financeira, 2/; b) a proposta original de cooperação do Banco Mundial com o POLONORDESTE estabeleceu em até 100 hectares o tamanho das fazendas elegíveis para recebimento de assistência 3/. No tocante à fixação do tamanho das pequenas empresas não-agrícolas a serem estudadas, o número de 5 empregados decorreu do conhecimento das características da economia informal urbana do Nordeste, onde predomina unidades com 5 empregados ou menos 4/. São essas, também, empresas via de regra carentes de apoio oficial seja no tocante ao crédito, seja no que concerne à assistência técnico-gerencial 5/.

Definido o universo da pesquisa, procedeu-se à confecção de amostra. Para o dimensionamento da amostra das propriedades agropecuárias recorreu-se ao cadastro de imóveis rurais do INCRA. O número de estabelecimentos agropecuários com área de até 100 hectares encontrados no Agrreste Setentrional de Pernambuco foi 16.324 imóveis. De posse desse dado fixou-se em 215 o número de propriedades a serem pesquisadas, cifra essa que corresponde a 1,3% do total de propriedades componentes do universo da pesquisa.

2/ Banco Mundial, Rural Development Issues and Options in Northeast Brazil - Report Nº 663a-BR, Junho de 1973, p.viii

3/ Ver Banco Mundial - Projeto de Desenvolvimento Rural de Pernambuco - Agrreste Setentrional, Relatório Nº 2414 BR, Abril de 1979, p.19.

4/ Clóvis Cavalcanti e Renato Duarte, A Procura de Espaço na Economia Urbana - O Setor Informal de Fortaleza (Cecife, SUCENE/FUNDAJ/FEU, 1980), pp. 82-83; Clóvis Cavalcanti e Renato Duarte, O Setor Informal de Salvador - Dimensões, Natureza e Significação - Cecife, SUCENE/FUNDAJ/FEU, 1980, pp. 55-56.

5/ Clóvis Cavalcanti e Renato Duarte, O Setor Informal de Salvador - Dimensões, Natureza e Significação, p. 117.

1/ Cf. Vani Sampaio et alii, Política Agrícola no Nordeste, (Brasília, EMBRAPA Edições, 1979), pp. 213-29.

A definição desse número obedeceu a critérios não-ortodoxos de dimensionamento de amostra, visto ter ficado patente que, no caso desta pesquisa, a representatividade da amostra seria assegurada senão pelo valor encontrado a partir da utilização de uma das fórmulas usuais - que não passam de referência para a tomada de decisões - de cálculo amostral, de que pelo conhecimento da realidade local, este sim, fator decisivo. Tal conhecimento apontava para a evidência de uma considerável homogeneidade das pequenas e médias propriedades rurais da área em estudo, seja quanto aos métodos e rotinas de produção, seja quanto aos tipos de cultura, aos baixos níveis de capitalização e aos índices de produtividade ^{6/}. Em seguida, foi estabelecido o número de imóveis a serem pesquisados em cada município, tomando-se por base o percentual das propriedades de 100 ou menos hectares de cada município sobre o total de estabelecimentos com essas características no Agreste Setentrional de Pernambuco. Os percentuais acima referidos, assim como os números resultantes de imóveis rurais a serem estabelecidos em cada município estão discriminados por subáreas ^{7/} no quadro 2.1. Ainda em relação à confecção da amostra, convém sublinhar que, tendo em vista (a) a homogeneidade climática e econômica da área estudada; (b) a pouca expressão econômica e demográfica de alguns municípios do Agreste Setentrional pernambucano, sobretudo Cimarrão, Salgado e Santa Maria do Cambucá; (c) a li-

^{6/} Ver, a propósito, Mário Lacerda de Melo, *Regionalização Agrária do Nordeste*. Recife (SUDENE, 1976), pp. 155-75; Manuel Corrêa de Aguiar, *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo (Editora Brasileira, 3a. edição, 1973), pp. 231-76.

^{7/} A divisão do Agreste Setentrional de Pernambuco nas três subáreas apresentadas no quadro 2.1, obedeceu à delimitação utilizada pelo POLONORDESTE.

Quadro 2.1

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO - DISTRIBUIÇÃO DOS IMÓVEIS RURAIS COM ÁREA INFERIOR OU IGUAL A 100 HECTARES E COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA DA PESQUISA

Subáreas e municípios	Nº de imóveis rurais com 100 ou menos hectares, segundo o cadastro da INCRA	Distribuição (percentual)	Nº de propriedades pesquisadas
Subárea I			
Glória de Goitã	784	17,5	10
Caruarú	670	37,4	7
Pombos	254	15,2	4
Sub-total	1.708	100,0	21
Subárea II			
Bezerros	942	3,7	15
Brejo da Madre Deus	275	10,0	7
Carnaúba	1.202	12,5	16
Faz. Miguelinho	977	3,8	6
Limoeiro	777	7,5	3
Passira	606	6,8	10
Santa Cruz do Capibaribe	567	5,1	5
São Caetano	555	5,2	5
Surubim	1.635	16,7	21
Riacho das Neves	515	7,3	8
Taparica do Norte	610	6,2	9
Várzea	137	1,5	2
Vertentes	540	5,0	6
Sub-total	9.775	100,0	114
Subárea III			
Algoímba	575	7,7	9
Belo Jardim	725	14,4	9
Cachoeirinha	421	8,8	7
Pocão	585	11,9	9
Posqueiro	807	16,5	8
São Bento do Una	1.158	25,2	20
Sanharé	455	9,3	7
Tacambó	377	7,7	7
Sub-total	7.551	100,0	70
Total geral	16.984	-	201

Fonte: IBRA, Cadastro de Imóveis Rurais.

realização dos municípios de Capoeiras e Itaipava na periferia do território pesquisado e cujas condições de acesso, além de precárias, iriam onerar consideravelmente os gastos com transporte dos pesquisadores; e (d) os municípios de Chã Grande e Serra Nova serem polarizados respectivamente por Cravânia e por Limoeiro, os municípios acima referidos foram excluídos do estudo. Acrescentando, desse modo, que a restrição do estudo aos 24 municípios mais representativos do ponto-de-vista econômico e demográfico dentro os 31 que compõem a porção setentrional do Agreste pernambucano não virá a comprometer os resultados da pesquisa.

Para efeito do dimensionamento da amostra das empresas não-agrícolas, os procedimentos seguiram, em uma primeira instância, a mesma orientação da contagem da amostra relativa aos estabelecimentos rurais. A falta de levantamentos sistemáticos de número e de localização das pequenas organizações industriais, comerciais e de prestação de serviços no Nordeste, buscou-se orientação nos cadastros do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste e do Banco do Estado de Pernambuco - BANEPE, assim como da União Nordestina de Assistência às Pequenas Organizações - UNO, no caso da cidade de Caruaru, como primeiro passo para a realização do mapeamento e identificação de uma tipologia de unidades informais de produção nas áreas urbanas da subárea norte do Agreste de Pernambuco. Os resultados não foram satisfatórios para o propósito de confecção da amostra, visto ser ainda reduzido o número de pequenas empresas industriais em localidades interiores que recebem assistência técnica em atividades de comércio. Para superar esse obstáculo procedeu-se à listagem das unidades produtivas

típicas do setor informal de Salvador, Fortaleza e Recife, identificadas em pesquisas anteriores ^{17/}. Essas listas serviram de orientação para a posterior eleição dos tipos de microempresas a serem estudadas. Para essa escolha seria considerado, em primeiro lugar, o conhecimento factual da economia urbana da área, que se trata a vocação de determinados segmentos urbanos para certas atividades econômicas tais como cerâmica, artesanato ornamental e utilitário, confecção de roupas, bebidas e alimentos. Em segundo lugar, a lista de unidades informais de produção seria usada como ponto de partida para o pedido de orientação às lideranças políticas, religiosas e intelectuais de cada cidade ou vila, quanto à escolha das microempresas não-agrícolas mais representativas da economia local. As amostras foram fixadas em 183 microindústrias e 222 empresas comerciais ou de prestação de serviços ^{18/}. O aparente casuísmo que norteou a eleição desses números justifica-se não somente pelo desconhecimento da real dimensão do universo das pequenas empresas que compõem a economia urbana do interior nordestino, mas também pela necessidade de compatibilizar prazos e gastos de trabalho de campo nas zonas rurais e nas áreas urbanas. O número de empresas não-agrícolas pesquisadas em cada município está especificado no Quadro 2.2.

2. Desenho dos Questionários

A coleta de dados foi feita através da aplicação

^{17/} Ver nota de rodapé nº 4 e Clóvis Cavalcanti, Viabilidade do Setor Informal - A Demanda de Pequenos Serviços no Grande Recife (Recife, JONS, 1978), pp. 66-70.

^{18/} No caso destas últimas foram consideradas não somente as pessoas jurídicas como também os trabalhadores autônomos.

Quadro 2.1

A. RENTIL SELECCIONAL DE PERAMBUCO: DISTRIBUIÇÃO
DAS MICROINDÚSTRIAS PESQUISADAS

Subáreas e municípios	Nº de empresas pesquisadas
<u>Subárea I</u>	
Glória de Goiás	4
Cravata	10
Pombos	5
Sub-total	19
<u>Subárea II</u>	
Bezerros	15
Brejo da Madre Deusa	4
Caruaru	20
Faz. Miguelinho	1
Limoeiro	14
Passira	1
Sta. Cruz do Capibaribe	4
São Caetano	7
Sarubim	10
Riacho das Almas	2
Taquaritinga do Norte	5
Toritama	7
Vertentes	5
Sub-total	100
<u>Subárea III</u>	
Alagoinha	5
Beito Jardim	7
Cachoeirinha	12
Paço	7
Pesqueira	1
São Bento do Una	15
Sulzard	1
Tocantins	4
Sub-total	62
<u>Total geral</u>	<u>183</u>

Fonte: Pesquisa direta da FUNDAJ.

de questionários. Para isso foram elaborados três tipos distintos de formulário, um a ser aplicado nos estabelecimentos agropecuários, outro nas microindústrias e outro nas pequenas empresas comerciais e de prestação de serviços, ou entre os trabalhadores aglomerados urbanos. Na essência, os questionários guardam semelhança entre si, tendo-se procurado manter a máxima de uniformidade quanto ao conteúdo das informações coletadas, de modo a se poder alcançar um razoável grau de uniformidade e de comparabilidade entre os três setores econômicos pesquisados.

Pesquisa de campo que busque captar as opiniões de pequenos empresários sobre as necessidades de treinamento informal de mão-de-obra para os seus estabelecimentos com vistas à inclusão das sugestões em uma política mais ampla de estímulo à transferência econômica de uma área agrícola parece ser iniciativa pioneira, a julgar pela literatura disponível sobre educação informal em países e regiões subdesenvolvidas. Dessa ordem, a feitura dos questionários exigiu cuidados para que, sempre tendo por base as percepções e vivências dos entrevistados, se averiguassem as opiniões destes e as carências das suas empresas quanto à educação informal. O desafio de formulação dos questionários foi particularmente maior por se tratar de um estado de unidades produtivas que poderiam ou não, agora ou no passado, se ter defrontado com a necessidade de treinar os seus empregados. A solução para essa questão foi encontrada dividindo os questionários em duas partes. Na primeira, foram feitas perguntas relacionadas tanto à identificação da natureza e dimensão da unidade produtiva, quanto à experiência da empresa junto aos organismos e programas locais

de assistência financeira e técnica. Nesse primeiro rol de perguntas buscou-se verificar o grau de influência do apoio institucional para implantação, ampliação, modernização ou desenvolvimento da microempresa, com ênfase os efeitos que essas medidas trouxeram no quadro de pessoal e nas necessidades de treinamento da mão-de-obra daquelas organizações produtivas.

Na segunda parte dos questionários foram arroladas questões destinadas a captar as razões dos entrevistados que nunca receberam apoio institucional, no caso de as suas empresas virem a ser beneficiadas com assistência creditícia ou técnico-gerecncial, principalmente no que concerne aos requisitos de contratação e capacitação da mão-de-obra. Um conjunto final de perguntas visou inquirir os respondentes acerca das necessidades concretas de treinamento informal na sua empresa, assim como das suas aspirações empresariais. A estruturação dos capítulos III, IV e V, a seguir, segue de perto a ordenação das perguntas contidas nos questionários.

O trabalho de campo foi iniciado no dia 3 de março e concluído no dia 19 de maio de 1980. Foram aplicados todos os questionários previstos na amostra. Simultaneamente à pesquisa de campo foi realizado um trabalho de levantamento de treinamentos oferecidos pelas diversas entidades de preparação de mão-de-obra na Área do Agreste Setentrional de Pernambuco no triênio 1977-79. O objetivo desse levantamento foi de permitir a confrontação entre as necessidades de treinamento apontadas pelos entrevistados e a oferta atual de cursos na área, o que será feito no capítulo VI a seguir.

CAPÍTULO III

NECESSIDADES DE TREINAMENTO INFORMAL NA ZONA RURAL1. Caracterização dos Estabelecimentos Agropecuários Pesquisados

Este capítulo trata da caracterização econômica dos estabelecimentos agropecuários estudados, bem como das demandas de treinamento informal neles existentes, conforme percepções dos seus proprietários, administradores ou empregados. Das 211 propriedades rurais pesquisadas, 152, ou seja, 72,0% tinham área de até 20 hectares, como se pode observar no Quadro 3.1. Essa predominância de microunidades rurais de produção não só atende à orientação da pesquisa de ir buscar as informações sobre carências de treinamento informal onde elas são mais prováveis, i.e., entre as pequenas propriedades, como também retrata com apreciável aproximação a distribuição fundiária nos estratos de área de 100 hectares ou menos, no Agreste Setentrional do Pernambuco ^{1/}. Essa aproximação entre a distribuição das propriedades pesquisadas, por estrato de área, com os dados do INCRA fica patenteada também no Quadro 3.1, onde se observa uma maior concentração de propriedades entre pequenas (72,0% das imóveis com área igual ou inferior a 20 hectares), sendo que na subárea V, justamente onde se conta o maior número de propriedades sedi-

^{1/} Ver Casarvo do INCRA anteriormente citada.

QUADRO 3.1

AGRESTE SETENTRIONAL DO PERNAMBUCO: DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS PESQUISADOS a/ - Março/abril 1983

(Porcentagens)

Estratos de Área (hectares)	Subáreas			Total
	I	II	III	
Menos de 2	52,4	9,2	-	10,6
2 - 5	14,3	53,3	15,7	25,6
6 - 10	9,5	10,2	16,6	18,0
11 - 15	9,5	11,7	15,7	22,7
16 - 20	9,5	5,6	4,3	8,7
21 - 30	4,5	4,2	7,1	7,1
31 - 50	-	5,0	20,0	9,5
51 - 70	-	5,0	14,7	8,1
Mais de 70	-	1,5	4,3	7,6
Total	100,0 (21)	100,0 (126)	100,0 (79)	100,0 (111)

FONTE: Pesquisa direta da FUNDAI

a/ Os números entre parênteses colocados na última linha deste e dos Quadros subsequentes referem-se aos totais de respondentes. Nos Quadros em que esses números forem superiores ao tamanho da amostra deve ficar entendido que se tratam de respostas múltiplas.

casas das culturas de subsistência, notadamente a mandioca ^{2/}, de imóveis com 20 ou menos hectares de área representam 95,0% das propriedades pesquisadas.

O Quadro 3.2 mostra os principais produtos agrícolas cultivados na área estudada. Através daquele quadro, que admitiu respostas múltiplas, observamos uma ligeira predominância (37,0%) de cereais - feijão e milho na produção agrícola do Agreste Setentrional de Pernambuco, seguida das frutas - banana, laranja, abacaxi, jaca, caju etc. - das plantas forrageiras - capim e palma - dos tubérculos - mandioca, macaxeira, inhame e batata doce - e das oleaginosas - mamona e amendoim. O Quadro 3.2 revela ainda que, além da presença marcante dos cereais na produção agrícola das três subáreas, as frutas são cultivadas principalmente nas subáreas I e II, os tubérculos predominantemente na subárea I (nas subáreas II e III sendo também plantados, porém em menor proporção), as oleaginosas aparecendo em apreciável proporção na produção da subárea II, e as forrageiras apresentando-se como produtos de destaque dentre as culturas agrícolas das subáreas II e III. Uma apreciação global do quadro 3.2 confirma a relativa homogeneidade agrícola da porção norte do agreste pernambucano. Demonstra também aquele quadro que, apesar dos cereais, as três subáreas exibem uma certa especialização agrícola. Essa constatação poderá vir a ser de utilidade na análise dos quadros subsequentes.

^{2/} SUDENE/DAA, Estudo da Rentabilidade dos Estabelecimentos Agropecuários e das Condições do Arrendamento da Terra no Estado de Pernambuco - Relatório Final (Recife, Maio de 1974), Capítulo V, p. 373.

QUADRO 3.2

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO. PRINCIPAIS PRODUTOS CULTIVADOS NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS - Março/Maio 1970

(Porcentagem)

Principais culturas agrícolas	Subáreas			Total
	I	II	III	
Frutas	17,1	56,4	13,5	100,0
Cereais	7,6	59,2	32,9	100,0
Legumes	9,1	50,9	40,0	100,0
Oleaginosas	3,2	73,1	23,7	100,0
Floriculturas e hortaliças	16,8	68,7	12,5	100,0
Forrageiras	3,5	42,2	54,3	100,0
Tubérculos	17,6	36,3	26,1	100,0
Total	9,7	57,1	32,2	100,0
	(100)	(100)	(100)	(100)

FONTE: Pesquisa Direta do SUDEN

O Quadro 3.3, que também contém respostas individuais, confirma, em primeiro lugar, as evidências da prática de consorciação entre as culturas agrícolas e as atividades pecuárias. A criação de bovinos apresenta-se como a mais expressiva em toda a área, sendo seguida pela atividade avícola. Condições ecológicas determinantes do tipo de clima e das características do solo ^{3/}, locais (que tornam a área relativamente próxima dos mais populosos centros urbanos do litoral, da Zona da Mata e do próprio Agreste - e condições ^{4/} têm contribuído para a que se tem denominado de "pecuarização" do Agreste nordestino e também para a expansão da produção avícola naquela área. Pelo que se observa no Quadro 3.3, as subáreas II e III apresentam uma maior especialização na criação de gado bovino, o que se explica pelo elevado número de projetos agropecuários aprovados pela SUDENE através do FINEP para as localidades de Caruaru, Limoeiro, Surubim, Vertentes, Brejo da Mata e Pombos, Taperoá, Igarapé do Norte, Belo Jardim e Sertão, localizados nessas duas subáreas. A propensão, essa concentração maior da criação de bovinos nas subáreas II e III explica a intensidade da produção de leiteiras naquelas duas subáreas.

Conforme se observa no Quadro 3.4, predominam os proprietários entre os entrevistados nos estabelecimentos agropecuários.

^{3/} SUDENE/146, Plano de Desenvolvimento Regional - 1972/74, II, p. 15, 1971), pp. 18-19.

^{4/} Além dos incentivos fiscais da SUDENE, através do FINEP, para a implantação dos projetos agropecuários, o crédito oferecido pelas carteiras agrícolas do BANCEN, do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil.

QUADRO 3.3

REGIÃO NOROCCIDENTAL DE PERNAMBUCO: ATIVIDADES PECUÁRIAS EM SEUS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS - Março/Maio 1960

(Porcentagens)

Atividades Pecuárias	Subáreas			Total
	I	II	III	
Bovinos	25,5	53,0	43,0	34,9
Caprinos	6,6	5,5	3,1	4,8
Eqüinos	17,6	8,0	10,6	9,7
Suínos	-	23,4	12,5	12,0
Avícolas	23,5	27,7	28,5	27,0
Muões	2,9	6,7	4,4	5,7
Ovínos	-	1,2	1,3	1,2
Não ter	5,9	1,7	0,6	1,0
Não declarou	11,8	2,1	1,8	2,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
	(34)	(220)	(160)	(432)

FORTE: Pesquisa direta da FUNDAC

QUADRO 3.4

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: CATEGORIAS OCUPACIONAIS
DOS ENTREVISTADOS NOS ESTABELECIMENTOS AGRICOLAS - Março/
Maio 1980

(Porcentagens)

Categorias Ocupacionais	Municípios			Total
	I	II	III	
Proprietário	71,4	77,0	97,1	83,4
Arrendatário	14,2	10,6	2,9	8,5
Forneiro	4,8	5,0	—	5,3
Morador	4,8	3,3	—	4,4
Agricultor	—	1,7	—	0,4
Parente do proprie- tário	—	0,8	—	0,5
Parceiro	—	0,8	—	0,5
Não declarou	4,8	—	—	0,5
Total	100,0 (21)	100,0 (120)	100,0 (70)	100,0 (211)

FONTE: Pesquisa direta da FUNDAZ

enários pesquisados. Esse resultado explica-se de um lado, pela decisão de se procurar entrevistar, sempre que possível, o proprietário ou responsável pela unidade produtiva, na pressuposição de que são eles, em princípio, os detentores de maiores informações sobre a propriedade. Os dados contidos no Quadro 3.4 onde os proprietários rurais correspondem a 83,4% dos entrevistados - corroboram, por outro lado, o conhecimento que se tem de que no Agreste Setentrional de Pernambuco existe uma coincidência entre "a propriedade da terra e a responsabilidade da gestão dos estabelecimentos" ^{5/}, o de que, via de regra, nas pequenas propriedades rurais, são os próprios donos e suas famílias quem trabalham a terra; e que outras formas de acesso à terra tais como as categorias de arrendatário, de parceiro, de morador etc. são mais comuns nos estabelecimentos de maior porte ^{6/}. A intencionalidade na escolha do respondente busca antes a fidedignidade do diagnóstico sobre as condições e necessidades da unidade produtiva do que a representação acurada das categorias ocupacionais predominantes na zona rural do Agreste Setentrional de Pernambuco. Por outro lado, cerca de dois-terços dos entrevistados têm uma segunda ocupação, como está demonstrado no quadro 3.5. São, predominantemente, atividades correlatas ou complementares à fauna agrícola, como é o caso dos comerciantes, dos feirantes, dos fabricantes de farinha e do queijo, dos transportadores de mercadorias, dos plantadores de cana, dos marchantes e dos oleiros. Outras ocupações são indicativas de oportunidades de trabalho que se apresentam para

^{5/} SUDENE/DNA, Estudo da Rentabilidade dos Estabelecimentos Agropecuários e das Condições de Arrendamento da Terra do Estado de Pernambuco, Capítulo 3, p.3,2

^{6/} Banco do Nordeste do Brasil, Industrialização Rural no Nordeste do Brasil (Fortaleza, 1978), pp. 339-41.

AGRICULT. SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: OUTRAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DESENVOLVIDAS PELOS ENTREVISTADOS NOS ESTABELECIMENTOS ACROPECUÁRIOS - Março/Maio 1980

(Porcentagens)

Especificação	Subáreas			Total
	I	II	III	
Comerciante	16,3	21,4	37,3	20,8
Presidente de cooperativa	-	0,1	-	0,5
Feirante	38,0	38,9	20,9	28,0
Marchante	-	-	1,5	0,5
Trabalhador em Casa de farinha	14,3	-	1,5	2,2
Funcionário público	4,8	1,1	-	1,2
Professor (a)	-	1,1	1,5	1,2
Barbeiro	-	2,1	-	1,2
Agricultor	-	1,1	-	0,5
Vendedor	4,8	-	-	0,5
Oleiro	-	1,1	-	0,5
Ambulante	-	2,1	-	1,2
Fabricante de queijo	-	-	1,5	1,6
Motorista	-	-	1,5	0,5
Bancário	-	-	1,5	0,5
Transportador	-	2,1	2,5	4,4
Comerciário	-	1,1	1,5	1,2

- Continua

Eletricista	-	-	1,5	3,5
Monitor de cursos da EMATER	-	1,1	-	0,5
Pedreiro	-	2,1	4,5	2,7
Despachante	-	1,1	-	0,5
Plantador de cana	4,8	1,1	-	1,2
Técnico em contabilidade	-	1,1	-	0,5
Não tem	9,5	13,6	8,9	11,5
Não declarou	4,5	11,7	1,5	8,9
Total	100,0 (17)	100,0 (70)	100,0 (12)	100,0 (165)

FONTE: Pesquisa direta da FUNDAP.

QUADRO 3.6

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: ESTRUTURA ETÁRIA DOS ENTREVISTADOS NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS - Março/Maio 1980

(Porcentagens)

Faixas etárias (anos)	Subáreas			Total
	I	II	III	
Menos de 24	-	1,7	1,4	1,4
De 25 - 30	9,5	5,0	10,0	7,3
De 31 - 36	4,7	8,3	15,7	10,4
De 37 - 42	14,3	20,8	12,9	17,6
De 43 - 48	9,5	15,0	11,4	13,3
De 49 - 54	42,9	16,7	21,4	20,9
De 55 - 60	5,5	13,3	12,9	12,8
De 61 - 66	4,8	12,6	8,6	9,3
Mais de 66	4,8	7,5	4,3	6,1
Não declarou	-	1,7	1,4	1,4
Total	100,0 (21)	100,0 (120)	100,0 (73)	100,0 (211)

FONTE: Pesquisa direta da FUNDAC.

pessoas dotadas de alguma qualificação - como sejam as professoras primárias, os bacharéis, os economistas, os veterinários e os pedreiros - nas zonas rurais ou nos aglomerados urbanos semi-rurais do Nordeste brasileiro. No caso da funcionalidade pública, bancário e técnico em contabilidade é possível que essas ocupações, de fato, a ocupação principal, sendo a de agricultor a sua atividade secundária.

Os proprietários e responsáveis pelas pequenas propriedades agropecuárias da porção setentrional do Agreste pernambucano estão em idade adulta. A distribuição etária dos entrevistados, como se vê no Quadro 3.6, é bastante equilibrada entre as faixas etárias cujos limites são os 30 e os 50 anos de idade. É ademais, entre esses limites de idade, onde estão concentrados 75,0% dos respondentes, o que permite concluir estarem eles em plena maturidade física e, concomitantemente, em condições de desenvolverem as suas potencialidades ocupacionais.

2. Mão-de-obra empregada nas propriedades pesquisadas

As várias categorias ocupacionais encontradas na estrutura produtiva estão presentes também no Agreste Setentrional de Pernambuco. Os Quadros 3.7 e 3.8, vistos conjuntamente, mostram que a mão-de-obra ocupada nos imóveis rurais pesquisados realizava, de forma de realização do trabalho de campo, 1.479 postos de trabalho sendo nesse número chegava-se à média de 5,8 trabalhadores - incluindo-se a propriedade - por estabelecimento. O Quadro 3.7,

QUADRO 3.7

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: CATEGORIAS OCUPACIONAIS DA MÃO-DE-OBRA PERMANENTE EMPREGADA NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS - Março/Maio 1980

(Porcentagens)

Categorias ocupacionais	Subáreas			Total
	I	II	III	
Assalariado	21,3	11,2	11,6	44,1
Parceiro	-	0,8	-	0,8
Arrendatário	0,8	-	-	0,8
Ocupante	-	3,1	0,4	3,5
Morador	0,4	1,2	-	1,6
Familiar	66,5	86,0	79,0	78,1
Por empreitada	-	2,7	7,1	9,8
Diarista	-	1,0	1,9	2,9
Total	100,0 (127)	100,0 (509)	100,0 (267)	100,0 (903)

FONTE: Pesquisa direta da FURBDAJ.

por outro lado, revela que a mão-de-obra permanente representa cerca de dois-terços do total de trabalhadores empregados nas 211 unidades de produção agropecuária. O número médio de trabalhadores permanentes por imóvel rural é de 4,2 contra a média de 2,5 empregados temporários. No tocante aos números médio de trabalhadores por estabelecimento, os dados apresentados nos Quadros 3.7 e 3.8, compreensivelmente, não guardam consistência com os resultados de pesquisas mais abrangentes que estudaram o setor agropecuário do Agreste Setentrional de Pernambuco como um todo. Desse modo, não surpreende o contraste entre a média de 6,8 trabalhadores ocupados nas pequenas propriedades estudadas nesta pesquisa, com os 11,3 trabalhadores por estabelecimento encontrados em investigação realizada anteriormente na mesma área, em propriedades de tamanhos variados ^{7/}. O Quadro 3.7 demonstra, ademais, que é predominantemente do quadro familiar que se originam os trabalhadores permanentes, para cujo total a própria família contribui com 78,1% ^{8/}. Constata-se, assim, que em propriedades muito pequenas os membros da família têm a maior contribuição para a composição da mão-de-obra, visto representarem mais de três-terços dos trabalhadores permanentes, os quais por sua vez constituem dois-terços do total da mão-de-obra empregada. Os dados contidos no Quadro 3.7 revelam ainda que os trabalhadores assalariados

7/ Cf. SUDENE/DAA, Estudo da Rentabilidade dos Estabelecimentos Agropecuários e das Condições de Arranjo da Terra no Estado de Pernambuco - Relatório Final (Versão Preliminar) Quatros 3.2 e 3.11.

8/ Esse valor, na realidade, não contrasta tão fortemente com os 59,4% de trabalhadores familiares encontrados em toda a região Agreste, em propriedades com menos de 10 hectares de área, e os 42,6% da mão-de-obra familiar ocupada em estabelecimentos com área entre 10 e menos de 50 hectares. Ver SUDENE/DAA, A Economia Agrícola do Nordeste - Relatório da Fase I da Pesquisa sobre as Unidades de Produção Agrícola do Nordeste (Recife, março de 1976), Quadro 44, p.112.

QUADRO 3.8

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: CATEGORIAS OCUPACIONAIS
DA MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA EMPREGADA NOS ESTABELECIMENTOS
AGROPECUÁRIOS - Março/Maio 1980

(Porcentagens)

Categorias ocupacionais	Subáreas			Total
	I	II	III	
Assalariado	22,2	56,4	58,2	55,5
Parceiro	-	-	-	-
Arrendatário	-	-	-	-
Ocupante	-	-	-	-
Morador	-	-	0,4	0,2
Familiar	-	0,4	-	0,2
Por empreitada	14,8	12,4	11,4	12,1
Diarista	63,0	30,6	30,0	32,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
	(77)	(273)	(237)	(537)

FONTE: Pesquisa Direta da SINDAG.

são a categoria ocupacional que, depois da mão-de-obra familiar, tem alguma representatividade dentro os vários tipos de contrato de trabalho vigentes nos pequenos estabelecimentos agropecuários da porção setentrional do Agreste pernambucano. Através do Quadro 3.8 pode-se observar a predominância entre, os trabalhadores permanentes, dos assalariados, seguidos dos diaristas, nas subáreas II e III; situação que se inverte na subárea I, onde os diaristas prevalecem, em número, sobre os assalariados. Diversos fatores podem ser apontados para explicar essa diferença. De um lado, está a maior incidência, nas subáreas II e III, da atividade pecuária, onde o trabalho permanente é mais usual, o contrário ocorrendo na subárea I, onde as pequenas propriedades, em grande número, recorrem freqüentemente ao trabalho temporário mediante pagamento de diárias. Outro fator que pode ser sugerido como explicativo da presença mais acentuada de trabalhadores diaristas na subárea I é o da intermitência da labuta de grande parcela da mão-de-obra, que se manifesta através da busca de trabalho complementar em outras propriedades da área, ou tirando proveito das diferenças sazonais entre os calendários agrícolas do Agreste e da vizinha Zona da Mata.

Dificuldades relativas à disponibilidade e qualificação da mão-de-obra incluem-se entre os maiores obstáculos enfrentados pelos respondentes para o melhor funcionamento das suas unidades produtivas. Essa constatação, que pode ser verificada no Quadro 3.9 - onde os diversos problemas ligados à mão-de-obra perfazem 41,0% das respostas -, não deixa de surpreender se se tem em conta a multiplicidade de entraves institucionais e econômicos

que dificultam o acesso dos pequenos agricultores nordestinos ao crédito, à assistência técnica, à tecnologia e ao insumos modernos, quando não à própria terra. É sabido que o Agreste tem-se caracterizado como uma área de emigração persistente, seja temporária - em decorrência das oportunidades de trabalho devidas às diferenças sazonais entre os calendários agrícolas do Agreste e da Zona da Mata, anteriormente referidas - seja em caráter definitivo - em direção a outras áreas do NE deste ou a outras regiões do país 9/. Mesmo assim, chama a atenção que quase a metade das respostas concernentes às dificuldades para o melhor desempenho das unidades produtivas referem-se à mão-de-obra. Essa questão de escassez relativa da mão-de-obra suscita algumas reflexões em torno das condições de funcionamento de pequenas propriedades rurais onde se pratica uma agricultura tradicional. Se se considera que no Agreste pernambucano os fatores de "expulsão" - entendidos aqui como problemas que têm origem no desemprego ou na renda muito baixa - predominar como causa da emigração 10/, não parece evidente, à primeira vista, que o êxodo populacional tenha criado uma escassez visível de mão-de-obra na área. Pelo menos não é isso o que os índices de produtividade do trabalho e a dinâmica das mudanças tecnológicas - as proporções de fatores, em outras palavras - parecem indicar 11/.

9/ Hélio A. de Moura et alii, Nordeste: Migrações Inter e Intra-regionais - 1963/1970 (Recife, Banco do Nordeste/SUDENE, 1976), tabelas II e III.

10/ Renato Duarte, Migration and Urban Poverty in Northeast Brazil. Tese de PhD apresentada à University of Glasgow, (Glasgow, Escócia, março de 1979), pp. 69-73.

11/ As informações a respeito desses dois indicadores não são completas. No entanto, são suficientes para que se possa formar uma idéia de que a emigração não decorre primordialmente da modernização da agricultura. Ver, a propósito, SUDENE/DAA, A Economia Agrícola do Nordeste, pp. 146-68.

A curiosidade aumenta quando se tem em mente que em áreas onde se pratica uma agricultura tradicional, a mão-de-obra e, em certos casos, a terra são os fatores produtivos relativamente abundantes 12/. Segue-se, como problema de certa magnitude, a falta de recursos financeiros, manifestada tanto pela dificuldade de acesso ao crédito, quanto pela ausência ou insuficiência de subsídios e/ou incentivos fiscais e financeiros, ou ainda pela incapacidade do próprio estabelecimento de gerar um excedente econômico.

Os problemas relacionados com o uso de equipamentos como arado e trator, que aparecem com algum destaque no Quadro 3.9, apresentam-se de forma variada, referindo-se ora ao tamanho exíguo da propriedade, ora ao relevo acidentado do solo, ora aos altos preços de venda ou de aluguel do equipamento, ora à desqualificação da mão-de-obra para o seu manejo. Neste último caso, a questão da qualificação da mão-de-obra reaparece, remetendo-se aos problemas relacionados à mão-de-obra, anteriormente analisados. Embora não seja possível isolar o número de respondentes que identificaram a falta de tratoristas como um dos obstáculos ao melhor desempenho econômico da sua propriedade, conclui-se com segurança que as dificuldades relativas ao fator trabalho estão presentes em mais de 48,0% dos imóveis rurais estudados.

12/ Ibid., p. 204; John Mellor, O Planejamento do Desenvolvimento Agrícola (Rio de Janeiro, Editora O Cruzeiro), 1967, pp. 173-86.

QUADRO 3.5

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: MAIORES DIFICULDADES PARA O DESEMPENHO DAS ATIVIDADES NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS - Março/Maio 1980

Dificuldades	(Porcentagens)			Total
	Subêneas			
	I	II	III	
Falta de mão-de-obra qualificada	18,3	5,5	7,0	3,0
Insuficiente oferta de mão-de-obra	36,4	35,4	19,3	29,2
Carência de mão-de-obra treinada para a aplicação de inseticidas	-	9,6	14,3	10,3
Desinteresse por parte de mão-de-obra	-	0,6	-	0,5
Condições financeiras insatisfatórias	5,6	14,9	12,4	13,5
Falta de adubos	-	1,1	1,3	1,2
Falta de água	-	3,2	1,3	1,6
Carência de assistência técnica	4,5	0,6	-	0,8
Falta de sementes selecionadas	-	-	5,7	1,6
Falta de equipamentos	4,5	5,1	5,2	4,8
Falta de crédito	4,5	-	-	3,4
Problemas de uso de arado	9,1	15,0	10,4	13,0

- continua

Problemas de uso de arator	9,1	11,7	5,2	9,5
Transporte insuficiente	-	1,3	-	0,3
Falta de conhecimento do uso de defensivos	-	1,3	2,6	1,6
Outros	-	1,3	1,2	1,2
Total	100,0 (22)	100,0 (154)	100,0 (77)	100,0 (253)

FONTE: Pesquisa direta da FUNDAJ.

De qualquer modo, seria de esperar que problemas outros essenciais à modernização e aumento da produtividade média das unidades produtivas fossem mencionados com frequência maior. A identificação da carência ou despreparo da mão-de-obra como dificuldades prevalentes, em contraste, por exemplo, com a insuficiência de fertilizantes, de água, de sementes selecionadas, de assistência técnica, de crédito, ou mesmo de maior quantidade de terra, se por um lado reforça a justificativa de realização desta pesquisa, por outro lança uma interrogação acerca da visão que tem o pequeno agricultor tradicional acerca da importância da sua propriedade. Do mesmo modo, os dados apresentados no Quadro 3.9 permitem que se tirem conclusões a respeito das percepções dos pequenos agricultores tradicionais do Agreste pernambucano quanto aos problemas e às perspectivas que se apresentam à unidade produtiva. É de se esperar que as informações e interpretações que se seguirão ofereçam alguma luz para a compreensão dessa questão.

A pergunta que segue indaga dos entrevistados, as sugestões que teriam a oferecer para a superação das dificuldades apontadas no Quadro 3.9. Correntemente com as dificuldades ali mencionadas, o Quadro 3.10 indica que as sugestões dos respondentes apontam para medidas que conduzem à melhor qualificação da mão-de-obra. Englobadamente, as respostas indicativas da necessidade de treinamento da mão-de-obra perfazem 55,3% das respostas. A observação atenta do Quadro 3.10 sugere, já a esta altura da pesquisa, que a falta de pessoal especializado para a execução de determinadas tarefas é um problema generalizado nos pe-

QUADRO 3.10

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: SOLUÇÕES APRESENTADAS PELOS ENTREVISTADOS PARA O MELHOR FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS - Março/Maio 1980

(Porcentagens)

Soluções Propostas	Subáreas			Total
	I	II	III	
Melhor assistência ao agricultor	4,7	5,0	-	3,1
Financiamento facilitado	23,8	27,5	27,7	27,0
Assistência médica	4,7	-	1,4	1,6
Facilidades para compra de adubos	4,7	0,8	-	1,6
Baixos preços dos alugueis de trator e arado	-	4,2	-	2,4
Facilidades para compra de insumos	-	0,8	-	0,8
Treinar mão-de-obra no uso de inseticida	9,6	15,0	16,7	15,6
Treinar mão-de-obra no uso de arado	14,3	14,2	12,0	13,7
Treinar mão-de-obra no uso de trator	14,3	0,3	8,6	9,0
Treinar mão-de-obra para irrigação	-	1,7	4,3	2,3
Financiamento para contratação de mão-de-obra	14,3	10,6	20,6	14,2

- continua

Financiamento para compra de equipamentos	9,6	6,7	4,3	6,2
Acesso à terra	-	2,3	1,4	1,9
Instalação de uma cooperativa	-	2,5	-	1,4
Motivação para a fixação da mão-de-obra no local	-	-	1,4	0,5
Total	100,0 (21)	100,0 (120)	100,0 (70)	100,0 (211)

FONTE: Pesquisa direta da FUNDAJ.

quenos estabelecimentos agropecuários da porção setentrional do Agreste pernambucano, particularmente trabalhadores treinados na aplicação de inseticidas, no manejo de arados e tratores, assim como nas técnicas de irrigação. É sugerida também a criação de incentivos que conduzam à maior estabilidade da mão-de-obra nas propriedades, seja mediante campanhas de motivação para o trabalho, seja através do ensino de técnicas de produção que conduzam ao aumento da sua produtividade e, conseqüentemente, da sua remuneração. O fortalecimento financeiro dos estabelecimentos agropecuários é outra sugestão apresentada pelos entrevistados para melhor funcionamento das suas propriedades. Outras recomendações como a facilidade de acesso à terra, aos insumos modernos e ao cooperativismo, se bem que apareçam em proporções pequenas, completam o quadro de necessidades mais prementes das pequenas propriedades rurais da área estudada.

Indagados se acreditam que as dificuldades podem ser superadas, apenas 18 (8,5% do total) entrevistados responderam negativamente. As razões do descrédito, conforme apresentadas no Quadro 3.11, mais uma vez demonstram que os problemas relacionados com a utilização da mão-de-obra são considerados como de difícil superação. São problemas que, na opinião dos respondentes, dizem respeito tanto à escassez e falta de motivação da mão-de-obra, quanto aos altos salários exigidos pelos trabalhadores e à inexorabilidade do êxodo das populações rurais.

De grande relevância para a formulação e implementação de políticas orientadas para a transformação das estruturas

QUADRO 3.11

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: PRINCIPAIS OBSTÁCULOS
AO MELHOR FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS -
Março/Maio 1980

(Porcentagens)

Principais Obstáculos	Subáreas			Total
	I	II	III	
Desinteresse da mão- de-obra para a agri- cultura	100,0	-	-	11,1
Dificuldades finan- ceiras	-	9,1	-	5,6
Propriedade muito pequena	-	18,2	-	11,1
Falta de crédito para o pequeno a- gricultor	-	36,4	-	22,2
Altos salários exi- gidos pelos traba- lhadores	-	-	60,0	16,7
Impossibilidade de contenção do êxodo rural	-	-	20,0	5,6
Escassez de mão-de- obra	-	36,4	-	22,2
Pobreza do solo	-	-	20,0	5,6
Total	100,0 (2)	100,0 (11)	100,0 (5)	100,0 (10)

FONTE: Pesquisa direta da FURNAS.

produtivas do setor agropecuário é a questão da assistência técnica e financeira. Os quadros seguintes informam qual era a situação da prestação desses serviços às pequenas propriedades da área à época da realização da pesquisa. De acordo com o quadro 3.12, 84,4% dos estabelecimentos agropecuários estudados haviam recebido assistência agrônômica ou veterinária. As subáreas II e III, provavelmente em decorrência dos tipos de exploração agropecuária ali desenvolvidos - conforme foi discutido anteriormente -, têm sido alvo de melhor assistência técnica por parte das entidades prestadoras desse serviço, do que a subárea I. O mesmo argumento pode ser usado para explicar a presença mais destacada de assistência veterinária nas subáreas II e III do que na subárea I. O quadro 3.12 revela ainda a proeminência da EMATER como órgão prestador de assistência técnica na área. De um total de 170 estabelecimentos agropecuários das três subáreas beneficiadas com esse tipo de assistência, 120 (67,4%) contaram com a orientação e apoio técnico da EMATER. Seguem-se à EMATER, se bem que com desempenho mais modesto, as cooperativas agrícolas que atuam nas subáreas II e III.

Na distribuição da assistência técnica por tamanho de propriedade, mostrada nos quadros 1A₁, 1A₂ e 1A₃ do Anexo, têm sido favorecidos os estabelecimentos de menor área, principalmente nas subáreas I e II. Na subárea III a assistência técnica tem sido mais bem distribuída, mas, ainda assim, é aquela de tamanho diminuto têm sido beneficiadas. Tanto a EMATER como as outras entidades prestadoras de assistência agrônô-

Quadro 3.12

ACRISTE SUCENTRIONAL DE PERNAMBUCO: UNIDADES QUE PRESTAM ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS ESTABELECIAMENTOS AGROPECUÁRIOS - Março/Maio 1980 (Porcentagens)

Assistência Técnica	Subárea I		Subárea II		Subárea III		TOTAL
	Agrônomo	Veterinário	Agrônomo	Veterinário	Agrônomo	Veterinário	
INSTITUIÇÕES	100,0	-	100,0	-	70,7	50,1	70,4
CEUPER	-	-	75,5	55,4	-	-	60,3
CEBAGRO	-	-	1,5	-	1,2	-	0,6
Cooperativa Agrícola	-	-	7,3	20,5	11,4	20,5	15,8
Associação Agrícola	-	-	20,2	5,5	5,2	-	4,4
PRONASA	-	-	-	-	-	3,3	2,8
DEA	-	-	-	-	-	3,1	2,8
SACAR	-	-	2,9	-	2,3	2,2	1,6
Banco de Brasil	-	-	1,5	-	1,2	-	0,6
TOTAL	100,0	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	(11)		(14)	(13)	(37)	(24)	(78)

Fonte: Pesquisa Direta do FUNBIA.

25

mica ou pecuária, atuantes na área - cooperativas agrícolas, casa do agricultor, PRONASA e D.P.A. - têm beneficiado indistintamente propriedades médias e pequenas nas três subáreas, sendo visível esse tratamento equitativo por parte da EMATER nas subáreas I e II, exatamente aquelas onde os estabelecimentos agropecuários muito pequenos aparecem em maior proporção.

Os Quadros 3.13 e 3.14 mostram as principais formas que tomou a assistência técnica prestada às propriedades estudadas. Como se pode observar no Quadro 3.13, o plantio consorciado de milho e feijão apresentou-se como o treinamento agrícola mais freqüente. Seguem-se-lhe o combate às pragas, os cuidados com o solo e, em proporções menores, as técnicas de plantio de vegetais diversos. Os dados do Quadro 3.13 permitem concluir que técnicas mais avançadas como o uso de sementes selecionadas e de adubo, a açudega e tratamento de água têm sido pouco enfatizados. Não foram mencionadas, por exemplo, as técnicas de rotação de culturas ou de irrigação. O Quadro 3.14 sugere que a prática de vacinação foi o treinamento relacionado com a pecuária mais difundido nas subáreas II e III. Na verdade, na subárea III a variedade de programas de treinamento orientados para a pecuária está coerente com a maior intensidade, ali, dessa atividade. Os cuidados sanitários com os rebanhos e a profilaxia bovina são práticas também ensinadas com certa freqüência nas subáreas II e III. Orientações para a aplicação do capital fixo dos estabelecimentos pecuários - construção de silos e de aquedus e barreiras -, além de representarem uma pequena proporção dos cursos oferecidos, beneficiavam proprieda-

24

QUADRO 3.13

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: TIPOS DE ASSISTÊNCIA OPE
RECIBIDA AOS ESTABELECIAMENTOS AGRÍCOLAS - Março/Maio 1980

(Porcentagens)

Tipos de Assistência	Subáreas			Total
	I	II	III	
Plantio de mandioca	13,6	1,0	3,1	3,2
Plantio de cana-de-açúcar	-	2,0	1,6	1,3
Combate às pragas	13,6	19,2	20,2	19,5
Plantio consorciado de milho e feijão	27,3	34,4	46,9	37,9
Plantio de tomate	-	1,0	-	0,5
Melhor aproveitamento do solo	13,7	13,2	10,9	12,5
Adubação	4,5	4,0	6,2	4,9
Ajudagem e tratamento d'água	4,5	2,0	-	1,5
Técnica de controle de lixiviação	5,1	14,2	3,1	5,8
Plantio de milho em círculo	-	3,0	-	1,5
Uso de sementes selecionadas	13,7	3,0	-	3,2
Beneficiamento de tomate e cana-de-açúcar	-	-	1,6	0,5
Aração	-	2,0	3,1	2,2
Plantio de palma	-	-	1,6	0,5
Não recebeu treinamento	-	1,0	1,0	1,1
Total	100,0 (122)	100,0 (99)	100,0 (64)	100,0 (185)

FONTE: Pesquisa direta da FUNDAC

QUADRO 3.14

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: TIPOS DE ASSISTÊNCIA
OPERECIDA AOS ESTABELECIAMENTOS PECUÁRIOS - Março/Maio 1980

(Porcentagens)

Tipos de Assistência	Subáreas			Total
	I	II	III	
Vacinação	-	50,0	35,3	42,5
Manejo de gado	-	3,1	7,0	5,3
Cuidados sanitários	-	25,2	18,4	21,3
Profilaxia bovina	-	13,5	10,2	11,7
Cuidados com a ração	100,0	-	5,1	4,3
Ordenha	-	-	5,2	4,3
Prevenção contra a carbunculose	-	-	6,1	3,2
Construção de silos	-	-	4,1	2,1
Construção de aguadões e barreiros	-	-	2,0	1,1
Alimentação de frango	-	-	4,1	2,1
Tratamento de gado	-	2,3	2,0	2,1
Total	100,0 (1)	100,0 (44)	100,0 (49)	100,0 (94)

FONTE: Pesquisa direta da FUNDAC

des da subárea III.

O Quadro 3.15 revela o número de vezes que, ao longo das últimas duas décadas, as propriedades rurais receberam crédito dos diversos agentes financeiros que atuam na área. O Quadro mostra, ademais, a existência de algumas relações entre a prestação de assistência técnica e a concessão de crédito aos estabelecimentos beneficiados. De modo geral, o maior número de estabelecimentos beneficiados com crédito nas subáreas II e III de que se trata a subárea III ocorreu com relação ao apoio técnico. O Banco do Brasil, que atua como uma instituição financeira, o Banco do Brasil, tem sido o papel proeminente na concessão de crédito agropecuário no Brasil, ao longo dos últimos vinte anos. Se até o início da década de 70 o Banco do Brasil era praticamente o único agente financeiro a operar com a sua carteira de crédito agrícola no Estado Pernambucano, no decorrer daquela década e no início dos anos 80 continuou a crescer o número de estabelecimentos agropecuários assistidos por aquele Banco. Basta que se observe que, das 305 operações de crédito realizadas entre 1959 e 1977, 207 (67,86) foram feitas pelo Banco do Brasil ^{13/}. Durante o período de janeiro de 1978 a maio de 1980, a presença do Banco do Brasil como fornecedor de crédito agropecuário ainda foi a mais relevante, no entanto, ocorreu uma considerável diversificação das

^{13/} Um nexo pode ser identificado entre os resultados dos Quadros 3.12 e 3.15, se se tem em conta que o Banco do Brasil mantém convênio com a EMATER, para prestação de assistência técnica, por parte desta, aos agropecuários beneficiados com crédito.

Quadro 3.15

AGRESTE SETENTRIONAL DE FERNAMBUCO: ENTIDADES QUE PRESTAM ASSISTENCIA FINANCEIRA
 ACS ESTABELECEMENTOS AGROPECUARIOS - Março/Maio 1980
 (Porcentagens)

Atribuição	Subárea I			Subárea II			Subárea III			TOTAL				
	1960/ 74	1975/ 77	1978/ 80 a/	Total 1960/ 74	1972/ 77	1975/ 77	1978/ 80 a/	Total 1960/ 74	1972/ 77		1975/ 77	1978/ 80 a/		
do Brasil	93,8	100,0	100,0	81,1	66,0	76,2	71,4	70,7	57,0	100,0	94,6	59,2	26,8	78,1
do Nordeste	-	-	-	13,9	20,0	14,5	13,6	12,2	-	-	5,1	13,5	6,5	10,8
FEZ	-	8,3	-	1,9	9,0	4,8	10,6	1,3	0,0	-	-	1,9	1,0	5,4
Centros de	-	-	-	-	8,0	4,8	3,4	3,6	-	-	-	2,9	1,6	2,6
ESOP	-	-	-	-	-	-	-	-	5,0	-	-	0,6	5,9	1,9
União	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,9	1,1	0,5
REC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,0	0,5	0,2
Comunidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
de Vitória	0,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,2
de Aracaju	-	-	-	1,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
de Aracá	-	-	-	1,3	-	-	-	0,2	-	-	-	-	-	0,2
de Minas	-	-	-	-	-	-	-	1,3	-	-	-	-	-	0,2
TOTAL	100,0 (15)	100,0 (12)	100,0 (20)	100,0 (74)	100,0 (50)	100,0 (53)	100,0 (47)	100,0 (37)	100,0 (20)	100,0 (59)	100,0 (27)	100,0 (104)	100,0 (180)	100,0 (576)

fontes de financiamento na subárea. III. não garantir a renda, também através desse tipo de assistência financeira, a Banco do Nordeste e o Bradesco. Já na subárea II a diversidade dos agentes financeiros teve início em princípios de 1964 quando, onde tom-se destacada o Banco do Nordeste, a instituição financeira subárea de cidades de expressão econômica: São Paulo do Cariri, Carnaúba, Diamantina e Estância Velha, que em 1964, com o apoio do Banco do Nordeste não se quebra ainda. III. a distribuição e a propensão do crédito rural. Os dados estatísticos disponíveis estão registrados no número de páginas 14 e 15 do Anexo 2. Destacam-se as propriedades agropecuárias beneficiadas nos últimos quinze anos das duas décadas. Devese ainda, ressaltar que a assistência com certeza aparece mais de uma vez na mesma família e por tanto recebido crédito em épocas diversas -, outras propriedades pesquisadas podem não estar presentes no Quadro 3.15, por nunca terem recebido assistência financeira.

De interesse para a avaliação das repercussões sociais e econômicas das políticas de crédito ao produtor agropecuarista são as informações sobre a distribuição do crédito por tamanho de propriedades. Conclui-se, pela observação dos dados contidos nos Quadros 2A₁, 2A₂ e 2A₃ do Anexo, que não existe discriminação de tamanho de propriedade, para efeito de concessão de crédito. Pelo contrário, os dados indicam que nas subáreas I e II mais da metade das propriedades beneficiadas tinham área de 10 ou menos hectares, uma proporção que guarda consistência com a distribuição dos estabelecimentos agropecuários por estrato de área, conforme se verificou no Quadro 3.1, o que

não deixa de surpreender, no que se refere ao atendimento dos agentes financeiros para a concessão de empréstimos. As garantias geralmente exigidas pelos Bancos, ao propósito de disponibilizar a operação de crédito para os pequenos produtores, nessas desvantagens econômicas somar-se-iam com as decorrentes das pelo baixo nível de analfabetismo, e pela falta de assistência política e social que, além de impedir a melhoria das condições, provavelmente o aumento das inadimplências. Na distribuição dos recursos ao crédito rural, em 1964, a distribuição de crédito à população rural agropecuária beneficiada, por município, mostra bem a distribuição social da assistência financeira, apresentando maior concentração nos municípios com menos de 10 hectares o que, de resto, não sugere uma discriminação na concessão do crédito, mas reflete uma concentração de área e número de financiamentos e a maior concentração de propriedades com área superior a 10 hectares na subárea III. Os dados contidos no Quadro 3.1. Impõem consideração a partir das diferenças evidenciadas nos Quadros 2A₁, 2A₂ e 2A₃, que apesar de serem de origem estatísticas rurais do Agerente Setorial para o período 1963, mostram a assistência creditícia.

O crédito concedido aos pequenos produtores rurais de área pesquisada destinou-se predominantemente a investimentos. Observa-se no Quadro 3.16 que as despesas com investimen-

14/ Na verdade, o Banco do Brasil, a fim de facilitar o acesso dos pequenos agropecuaristas ao crédito, não aceita garantias reais - avak, penhor, alienação fiduciária em hipoteca - daqueles proprietários que caracterizam o estrato de pequenos agricultores.

QUADRO 3.16

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO - FOMAS DE UTILIZAÇÃO DE
CRÉDITO - Março/Maio 1983

(Porcentagens)

Formas de Utilização dos Recursos	Subáreas			Total
	I	II	III	
Aquisição de propriedade	2,0	2,7	3,7	2,8
Ampliação da propriedade	2,4	3,5	3,9	3,3
Expansão da área cultivada	28,8	18,2	13,7	17,2
Introdução de novas culturas	9,8	5,7	9,9	7,5
Substituição de culturas	12,2	4,5	2,7	4,5
Compra de gado	2,4	17,4	23,1	18,2
Melhorias na propriedade	14,6	15,3	19,8	14,8
Compra de equipamento e insumos	22,0	24,2	20,9	22,0
Financiamento da safra	7,4	3,2	2,7	3,6
Pagamento aos trabalhadores	-	3,6	-	2,0
Construção de um armazém	-	0,4	-	1,2
Criação de aves	-	1,4	0,6	1,0
Total	100,0 (91)	100,0 (283)	100,0 (182)	100,0 (504)

FONTE: Pesquisa direta da FUNDAZ.

pra de equipamentos, de insumos e de gado, com a realização de melhorias na propriedade, com a introdução e substituição de culturas e com a construção de armazém abscorvora a a totalidade dos recursos aplicados. A observação do quadro 3.16 permite concluir que a assistência financeira recebida pelas propriedades agropecuárias estudadas é orientada para o aumento da produtividade e da produção de gado. De outro lado, com representado uma proporção de 17,2% dos recursos aplicados. As três subáreas não apresentaram diferenças significativas na utilização do crédito.

Dentre as operações de mão-de-obra no decorrer do longo das últimas duas décadas em favor dos agricultores citados, 118 implicaram em contratação de mais mão-de-obra além da que já trabalhava na propriedade. As 38 propriedades que necessitaram de mais mão-de-obra contrataram 672 trabalhadores, dos quais 588 (87,5%) foram admitidos em regime temporário, sendo que a mão-de-obra permanente formou os restantes 12,5%. A média foi de 7,6 novos empregados admitidos por estabelecimento agropecuário em decorrência do financiamento. É o que se depreende do quadro 3.17. Observando os dados relativos ao Agreste Setentrional de Pernambuco como um todo, tem-se que os trabalhadores assalariados representaram mais da metade da mão-de-obra permanente vindo, em seguida, os diaristas. Analisando os dados do quadro 3.17 por subárea, observa-se que mais de dois-terços dos trabalhadores permanentes contratados nas subáreas I e II eram assalariados, sendo o restante da mão-de-obra permanente constituído de diaristas. Na subárea III a mão-de-obra familiar incorporada

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: CATEGORIAS OCUPACIONAIS DA MÃO-DE-OBRA
CONTRATADA - Março/Maio 1980
(Porcentagens)

Categorias ocupacionais	Subárea I		Subárea II		Subárea III		Total	
	Permanente	Temporária	Permanente	Temporária	Permanente	Temporária	Permanente	Temporária
Assalariado	58,0	53,3	71,1	52,0	24,0	54,5	59,3	50,0
Arceiro	-	-	-	-	3,0	6,7	7,4	9,3
Colador	-	-	-	0,1	20,0	-	6,0	0,2
Condutor	-	3,3	26,9	2,0	46,0	-	29,7	1,2
Empreiteiro	-	31,7	-	8,4	-	3,0	-	10,7
Diarista	21,1	31,7	-	37,2	-	27,0	3,0	31,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	(14)	(55)	(45)	(239)	(35)	(202)	(64)	(588)

Fonte: Pesquisa direta de FUNDAP.

ao trabalho na propriedade representou quase metade dos trabalhadores permanentes adicionais. Os trabalhadores assalariados corresponderam a cerca de um-terço da mão-de-obra permanente, seguindo-se-lhes os arceiros. Quanto à mão-de-obra temporária admitida em decorrência da assistência financeira, as três subáreas apresentaram situações diferenciadas. Na subárea I, os trabalhadores assalariados, em diáritas e regalia, por equitativa concotância, as proporções relativas entre si foram, quase que a totalidade da mão-de-obra temporária admitida é forma de trabalho das propriedades pesquisadas. Na subárea II, mais da metade dos empregados temporários eram diaristas, sendo que os diaristas representavam cerca de um-terço da subárea III predominou o trabalho assalariado, que representou quase dois-terços da mão-de-obra temporária adicional admitida, em seguida, os diaristas. De um modo geral, a preferência pela contratação de mão-de-obra em regime de trabalho temporário, mediante o pagamento de salários ou diárias, talvez deva-se ao esgotamento do potencial de trabalho da mão-de-obra familiar que, como foi visto no Quadro 3.7, tem sido intensivamente utilizada nos estabelecimentos agropecuários estudados.

Nem sempre o recebimento de crédito agrícola é contratação de mão-de-obra adicionalmente à que trabalha na propriedade. Foi o que afirmaram 99 entrevistados, como se pode observar no Quadro 3.18. Quase metade dos respondentes que não necessitaram de contratar mais mão-de-obra apontaram como explicação o fato de a força de trabalho familiar ser suficiente; os percentuais correspondentes às três subáreas, neste aspecto, são

QUADRO 3.18

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: RAZÕES PARA A NÃO CONTRIBUIÇÃO DE MAIS MÃO-DE-OBRA - Março/Maio 1980

(Porcentagens)

Razões apontadas	Subáreas			Total
	I	II	III	
Não houve expansão da produção	16,7	17,7	12,4	16,4
Havia mão-de-obra ociosa	16,7	11,3	22,6	16,9
A mão-de-obra familiar era suficiente	53,0	46,8	45,2	48,5
Compra de pouco gado	-	11,3	12,9	11,1
Usou-se capital mais intensivamente	16,7	3,2	-	3,0
Propriedade pequena	-	4,8	3,2	4,0
Mão-de-obra cara	-	-	3,2	1,0
Mão-de-obra suficiente	-	4,8	-	3,0
Total	100,0 (6)	100,0 (12)	100,0 (31)	100,0 (99)

FORTE: Pesquisa direta da FIBDAJ

bastante aproximado. Outras explicações referidas são a existência de mão-de-obra subutilizada na propriedade, o fato de não ter havido aumento da produção, e também de que não se pode pagar com o dinheiro recebido, daí não se sentir necessidade de mais mão-de-obra.

Cerca de dois-terços dos agricultores que utilizavam mais mão-de-obra ou mão-de-obra familiar tinham alguma assistência financeira efetuada em 1979. Isso poderia levar a crer que a expansão da produção estaria relacionada com a facilidade de acesso a crédito. De fato, 70,0% dos proprietários da primeira a facilidade de financiamento em 1979, e 80,0% dos quatro-terços das propriedades entrevistadas, foram capazes de indicar no Quadro 3.19, mais de 70,0% dos respondentes afirmaram ter sido necessário menos de uma semana para encontrar a mão-de-obra de que precisavam nas suas propriedades, o que indica que se que se verifica nas três subáreas. Conclui-se, portanto, que o recrutamento da mão-de-obra para as atividades agropecuárias no Agreste Setentrional de Pernambuco se apresenta em alto grau de elasticidade, sendo a oferta de mão-de-obra bastante a resposta de oferta frente à demanda de mão-de-obra. Não obstante a persistente exigência de trabalhadores de áreas adjacentemente mencionada, os dados contidos no Quadro 3.18 permitem concluir que a oferta de mão-de-obra apresenta um coeficiente de elasticidade aparentemente alto.

Coerentemente com as informações apresentadas no Quadro 3.19, o Quadro 3.20 revela que 50,0% da mão-de-obra que

QUADRO 3.19

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: TEMPO NECESSÁRIO PARA O RECRUTAMENTO DA MÃO-DE-OBRA - Março/Maio 1980

(Porcentagens)

Número de Dias	Subáreas			Total
	I	II	III	
Menos de 1	-	22,0	1,7	2,0
1 - 6	72,3	52,5	57,5	59,7
7 - 30	16,6	15,3	17,0	16,6
31 - 90	5,6	2,2	4,6	3,4
Mais de 90	-	2,2	1,5	1,7
Não declarou	5,6	2,2	4,6	3,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
	(18)	(91)	(65)	(174)

FONTE: Pesquisa direta da FUNDAJ

QUADRO 3.20

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: ORIGEM DA MÃO-DE-OBRA CONTRATADA - Março/Maio 1980

(Porcentagens)

Origem da Mão-de-Obra Contratada	Subáreas			Total
	I	II	III	
Na própria localidade	56,8	53,4	55,1	54,4
Em localidades próximas	33,3	36,1	35,9	35,7
No próprio município	3,3	6,0	5,2	5,4
Em outros municípios do Agreste	3,3	1,5	-	1,2
Em outras zonas do Estado	-	0,8	-	0,4
Fora do estado de Pernambuco	3,3	-	-	0,4
Não declarou	-	2,2	3,8	2,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
	(30)	(133)	(78)	(241)

FONTE: Pesquisa direta da FUNDAJ

tratada proveio ou da própria localidade - entendida aqui como sendo a zona em que se localiza a propriedade - ou em localidades vizinhas. Esse resultado reforça a conclusão, decorrente do Quadro 3.19, relativa ao alto coeficiente de elasticidade da oferta de mão-de-obra na área pesquisada. O Quadro 3.20 mostra ainda a existência de grande semelhança que apresentam as três subáreas no tocante à origem dos trabalhadores contratados, assim como deixa claro que virtualmente inexistente mão-de-obra imigrante de outras zonas ou sub-regiões de Pernambuco, ou mesmo de outros estados do Nordeste.

O Quadro 3.21 - onde estão listados os diversos meios de que se utilizaram os entrevistados para o recrutamento da mão-de-obra de que necessitaram - guarda consistência com os resultados apresentados nos dois quadros anteriores. De fato, o Quadro 3.21 mostra que a totalidade da mão-de-obra foi recrutada em outras propriedades da vizinhança, nas feiras, nas ruas ou nas residências dos trabalhadores, quando não ocorreu que os próprios trabalhadores ofereceram os seus serviços ou conhecidos seus fizeram a indicação. A observação do quadro em análise permite concluir que não existem diferenças marcantes quanto às formas de recrutamento dos trabalhadores nas três subáreas pesquisadas.

Indagados se a mão-de-obra contratada necessitou de algum tipo de treinamento, 127 dos informantes (60,2% do total) responderam afirmativamente. O Quadro 3.22 exibe os

QUADRO 3.21

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: FORMAS DE RECRUTAMENTO DA MÃO-DE-OBRA - Março/Maio 1980

(Porcentagens)

Formas de Recrutamento	Subáreas			Total
	I	II	III	
Procurou nas outras propriedades	37,5	34,0	30,8	33,0
Procurou nas feiras	12,5	13,2	15,9	14,6
Indicação de outros empregados da propriedade	6,3	9,8	10,0	9,5
Oferta dos próprios candidatos	26,1	19,5	16,9	19,3
Usou membros da família	9,4	13,6	19,2	15,5
Procurou na residência do trabalhador	3,1	4,6	1,5	3,3
Procurou nas ruas	3,1	3,4	3,1	3,3
Não declarou	-	1,7	1,5	1,5
Total	100,0 (32)	100,0 (174)	100,0 (130)	100,0 (336)

FONTE: Pesquisa direta da FUNDAC

QUADRO 3.22

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: FORMAS DE APRENDIZAGEM
E TIPOS DE TREINAMENTO - Março/Maio 1980

(Porcentagens)

Formas de Aprendizagem	Subáreas			Total
	I	II	III	
Auto-aprendizagem	13,3	20,2	8,6	15,5
Treinamento técnico-profissional	-	2,0	-	1,2
Treinamento no próprio trabalho	73,3	53,5	63,4	58,6
Estágios em outras propriedades	-	1,0	3,3	1,7
Escola agrícola e rural	-	1,0	3,3	1,7
Orientação familiar	6,7	8,1	3,3	6,3
EMATER	6,7	13,2	10,0	11,4
SENAR	-	-	3,3	1,2
PRONASA	-	1,0	-	0,6
Cooperativa	-	-	3,3	1,2
House and Garden	-	-	1,7	0,6
Total	100,0 (15)	100,0 (99)	100,0 (60)	100,0 (174)

FONTE: Pesquisa direta da FUNDAP

principais métodos empregados para a capacitação dos trabalhadores contratados em decorrência da assistência creditícia recebida. Mais da metade das respostas referiram-se ao treinamento no próprio trabalho, ou seja, ao aprendizado adquirido durante a execução da faina diária. Na subárea I o treinamento no trabalho superou os 70,0% na subárea III quase alcançou os dois terços, tendo superado os 50,0% na subárea II. Em compensação, a auto-aprendizagem - que como um todo foi o segundo método mais utilizado para a capacitação dos trabalhadores contratados -, apareceu com percentual maior na subárea II do que nas outras duas subáreas. O tipo de treinamento que se segue em ordem de importância, aquele oferecido pela EMATER, foi mais frequente nas subáreas II e III, o que vem corroborar as informações contidas no Quadro 3.12. Os demais métodos de treinamento da mão-de-obra são inexpressivos. Conclui-se, a partir do Quadro 3.22, que, não obstante a presença destacada de EMATER, a grande maioria dos trabalhadores rurais da área estudada não têm tido acesso aos ensinamentos de métodos e técnicas agrônomicas e pecuárias modernas. Essa conclusão, se confrontada com os objetivos desta pesquisa, já aponta para a necessidade de intensificação da assistência técnica na área.

Des 211 entrevistados, 139 (65,9%) afirmaram que existe rotatividade da mão-de obra na sua propriedade. As causas principais da instabilidade da força de trabalho estão discriminadas no Quadro 3.23. A rotatividade da mão-de-obra deve-se, primeiramente, à concorrência das outras propriedades. Se-

quem-se, em ordem decrescente de importância, a sazonalidade das atividades agrícolas, os baixos salários prevalentes na área, o retorno dos trabalhadores aos lugares originais de trabalho e as irregularidades das safras. As causas apontadas no Quadro 3.23 podem ser englobadas em duas categorias gerais: os fatores climáticos e as condições salariais. De um modo geral, as razões para a rotatividade são as mesmas nas três sub-áreas, exceto a ocorrência de retorno dos trabalhadores às propriedades de origem, que não foi mencionado pelos entrevistados da subárea I. Por outro lado, é também na subárea I onde os baixos salários apresentam-se como forte razão para a rotatividade da mão-de-obra.

O Quadro 3.24 revela as atividades econômicas às quais os entrevistados gostariam de se dedicar, caso recebessem o financiamento adequado. Agricultura, agropecuária e pecuária seriam as opções principais. Deduz-se, dessas informações, que os agropecuaristas da área gostariam de permanecer nas suas atividades, mesmo que dispusessem de recursos para iniciar outras atividades não-agropecuárias. Enquanto nas subáreas II e III as preferências seguem a mesma ordem acima mencionada, na subárea I mais de metade dos respondentes optariam pela agricultura, seguindo-se os que prefeririam a agropecuária. A pecuária na subárea I, como visto anteriormente, tem menos representatividade - e preferência, como demonstra o Quadro 3.24 - do que nas outras duas subáreas.

Ante a indagação de se a oferta local de mão-de-

Quadro 3.23

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: RAZÕES DA ROTATIVIDADE DA MÃO-DE-OBRA NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS - Março/Maio 1980

(Porcentagens)

Razões da Rotatividade da mão-de-obra	Subáreas			Total
	I	II	III	
Atividade Sazonal	11,4	19,1	19,1	18,7
Irregularidades nas Safras	10,7	11,7	10,7	11,2
Baixos Salários	25,0	16,7	16,8	17,4
Indisciplina dos Trabalhadores	7,1	4,9	7,6	6,2
Falta de qualificação dos Trabalhadores	7,1	8,7	7,6	8,1
Concorrência de Outros Proprietários	25,0	18,5	22,2	20,6
Retorno dos Trabalhadores à Origem	-	13,6	13,7	12,5
Emigração	7,1	3,6	1,5	4,1
Falta de condições Financeiras	-	-	0,8	0,3
Exigência de Pagamento adiantado pelos Trabalhadores	3,6	0,6	-	0,6
Seca	-	0,6	-	0,3
Total	100,0 (28)	100,0 (162)	100,0 (131)	100,0 (321)

FOENTE: Pesquisa direta da FUNDAJ.

QUADRO 3.24

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: ATIVIDADES A QUE OS ENTREVISTADOS GOSTARIAM DE SE DEDICAR CASO DISPUSEREM DE RECURSOS - Março/Maio 1980

(Porcentagens)

Atividades a que gostariam de se dedicar	Sub-áreas			Total
	I	II	III	
Agricultura	52,5	33,1	35,0	33,7
Casa de farinha	8,3	0,3	-	1,2
Pecuária	4,2	22,2	25,9	25,0
Avicultura	-	0,3	3,4	3,8
Comércio Grossista	4,2	1,5	2,3	2,1
Suínocultura	-	-	1,2	0,4
Plantio de Mandioca	4,2	-	-	0,4
Agropecuária	16,6	29,0	25,5	26,2
Mercearia	-	-	2,4	0,8
Comércio de Mudas de Café	-	0,8	-	0,4
Transportador	-	0,8	-	0,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
	(24)	(131)	(85)	(240)

FONTE: Pesquisa direta da FUNDAJ.

obra seria suficiente para atender a um eventual aumento da demanda decorrente de transformações na agropecuária, 153 (73,0%) dos informantes responderam afirmativamente. As razões para a facilidade de recrutamento da mão-de-obra estão listadas no Quadro 3.25. Ociosidade da mão-de-obra é a principal causa apontada. Segue-se, como segunda explicação para a creença na facilidade de contratação de mão-de-obra, a abundância de trabalhadores agrícolas na área. Era na sub-área III, dentre as três sub-áreas, onde a mão-de-obra, na percepção dos entrevistados, apresentava-se em maior ociosidade e abundância, conforme se verifica no Quadro 3.25. Por outro lado, 161 (76,3%) dos entrevistados manifestaram a opinião de que essa mão-de-obra necessitaria de treinamento para poder desempenhar eficientemente as suas funções. Informaram ainda 91,5% dos respondentes que, na sua maneira de ver, uma melhor qualificação e uma maior motivação e interesse por parte da mão-de-obra poderiam ter efeito positivo sobre os níveis de produtividade e de lucratividade do estabelecimento agropecuário, nas condições em que este se encontrava à época da pesquisa.

Outra indagação feita com o fim de averiguar a receptividade dos entrevistados a novos métodos de produção e a políticas voltadas para a transformação da estrutura produtiva, diz respeito ao cooperativismo. Mais de dois-terços (75,0%) dos informantes afirmaram considerar o sistema cooperativo viável e desejável em sua atividade econômica. O Quadro 3.26 contém as principais explicações para a viabilidade do cooperativismo, na opinião dos agropecuaristas do Agreste Setentrional de Pernam

QUADRO 3.25

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: EXPLICAÇÕES PARA A FACILIDADE DE RECRUTAMENTO DE MÃO-DE-OBRA - Março/Maio 1980

(Porcentagens)

Razões para a Facilidade de Recrutamento de Mão-de-Obra	Subgrupos			Total
	I	II	III	
Abundância de Mão-de-Obra	21,1	15,2	20,5	17,9
Depende do salário	10,5	12,1	4,1	8,0
Mão-de-Obra ociosa	35,8	50,0	51,1	48,5
Tem condições financeiras de contratar trabalhadores	10,5	10,6	12,8	11,2
Tem que procurar mão-de-obra em outras áreas	-	1,5	2,0	1,5
Usa mão-de-obra familiar	5,3	3,8	2,0	3,3
Existe mão-de-obra qualificada	15,8	4,5	8,1	9,7
Encontra trabalhadores em propriedades vizinhas	-	-	2,0	0,7
Único tipo de ocupação da área	-	3,0	-	1,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
	(19)	(86)	(49)	(134)

FONTE: Pesquisa direta da FUNDAJ.

QUADRO 3.26

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS ACERCA DAS VANTAGENS DO COOPERATIVISMO - Março/Maio 1980

(Porcentagens)

Vantagens Advindas do Cooperativismo	Subgrupos			Total
	I	II	III	
Facilita a venda dos produtos	23,8	15,3	12,9	15,2
Equilibra os preços	8,5	2,2	0,4	6,1
Beneficia o pequeno proprietário	4,8	12,8	16,5	13,2
Facilita a aquisição de sementes selecionadas	-	3,2	4,3	3,5
Compra de equipamento	9,5	13,1	14,1	13,2
Facilita os empréstimos	14,2	13,1	7,1	10,7
Traz vantagens para os proprietários e para os trabalhadores	-	5,4	1,2	3,3
Facilita a compra de insumos	28,6	26,1	27,8	27,9
Teria orientação técnico-agrícola	4,8	-	1,2	1,0
Existem muitos associados satisfeitos em cooperativas locais	4,8	3,4	5,6	5,6
Serve para enriquecer os dirigentes	-	1,0	-	0,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
	(21)	(91)	(65)	(177)

FONTE: Pesquisa direta da FUNDAJ.

buco. Facilidade na compra de insumos e na venda da produção constituem o argumento mais freqüentemente apresentado. Essa resposta permite, aliás, concluir que os respondentes têm uma percepção realista das vantagens econômicas e das possibilidades concretas que o associativismo apresenta. Passamos ainda os entrevistados que o cooperativismo beneficia os pequenos agricultores, que podem tirar proveito das economias de escala, bem como facilita o acesso ao crédito e à aquisição de equipamentos.

As informações analisadas ao longo deste capítulo permitem concluir acerca da existência de necessidade de treinamento da mão-de-obra da área pesquisada, segundo a opinião dos entrevistados. Os tipos de treinamento mais necessários estão listados no Quadro 3.27. A observação desse quadro chama a atenção, de início, para a grande variedade de cursos sugeridos. Se bem que essa alentada lista de cursos não favoreça a definição de um pequeno elenco de cursos prioritários, por outro lado revela uma considerável gama de necessidades de treinamento na área. O Quadro 3.27 mostra ainda que os cursos requisitados com maior freqüência apontam para a existência de carências de treinamento que poderiam ser classificadas de tecnologia intermediária, ou seja: se bem que representem avanços com relação aos métodos tradicionais de produção, também sugerem necessidades de técnicas sofisticadas de exploração agropecuária. É isso que se conclui ao observar os cursos mais que aparecem no Quadro 3.27 em maiores proporções: tecnologia pecuária, pulverização de inseticidas, adubação, técnicas de

QUADRO 3.27

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: CURSOS E TIPOS DE TREINAMENTO SUGERIDOS PELOS ENTREVISTADOS - Março/Maio 1980

(Porcentagens)

Cursos e Tipos de treinamento sugeridos	Subáreas			Total
	I	II	III	
Tratorista	8,6	3,4	6,8	4,6
Treinamento para agricultura	3,5	1,4	1,1	2,5
Treinamento para ordenha	-	1,4	2,7	1,0
Treinamento para uso de bombas hidráulicas	3,5	2,8	2,7	2,5
Treinamento para parto de animal	-	1,9	2,0	1,7
Construção de barreiras e aguadas	3,5	2,4	6,7	2,9
Construção de cercas e currais	3,5	4,7	4,7	4,6
Construção de silos	1,7	1,8	1,8	1,7
Construção de bebedouros	1,7	0,5	0,7	0,7
Construção de colcheteiras	1,7	0,5	0,7	0,7
Adubação	7,0	7,6	5,3	6,9
Pulverização de inseticidas	3,5	6,6	6,9	7,0
Aração	5,3	2,4	2,7	2,9
Tecnologia pecuária	12,3	16,2	17,1	16,0

- continua

Prevenção contra doenças	3,5	5,2	8,2	5,0
Curso de técnicas agrícolas	5,3	4,7	1,4	3,6
Curso de técnicas agropecuárias	3,5	3,3	1,4	3,6
Ajudagem e irrigação	1,8	1,4	2,7	2,0
Uso da motoca e cultivadores	-	1,0	2,0	1,2
Melhor aproveitamento do solo	8,8	5,2	4,0	5,5
Técnicas de plantio	5,3	9,0	1,1	6,8
Combate às pragas	1,8	1,0	1,0	1,2
Cultivo de hortaliças	1,8	1,4	0,7	1,2
Plantio de milho em círculo	1,8	3,5	0,7	0,7
Manejo do gado	1,3	2,8	4,8	3,4
Produção de leite	1,7	3,3	1,4	2,4
Métodos de colheita	1,7	1,9	2,0	2,0
Técnicas de comercialização	1,7	1,4	1,4	1,4
Identificação dos diversos tipos de praga	1,7	1,0	0,7	1,0
Saúde animal	1,7	2,8	2,7	2,6
Uso adequado da ração	-	1,4	1,4	1,2
Total	100,0 (57)	100,0 (211)	100,0 (146)	100,0 (116)

FONTE: Pesquisa direta da FUNDAZ.

plantio, prevenção contra doenças, melhor aproveitamento do solo, tratorista e construção de cercas e currais. Se bem que - conforme foi mencionado anteriormente - os resultados apresentados no Quadro 3.27 não permitem a definição, de um modo conclusivo, de cursos prioritários, as sugestões arroladas naquele quadro poderão ser de muita utilidade para que as entidades responsáveis pelo treinamento da mão-de-obra tomem decisões sobre os cursos a serem ministrados. Essas decisões devem ser tomadas tanto com base nas sugestões contidas no Quadro 3.27, como também na própria experiência dessas entidades no tocante ao treinamento informal. O Quadro 3.27 mostra também que não existem diferenças consideráveis entre as áreas públicas quanto aos cursos requisitados pelos informantes. De um modo geral, a variedade de cursos sugeridos no Quadro 3.27 sugere a existência de grande carência de treinamento informal em técnicas agropecuárias no Agreste Setentrional de Pernambuco.

CAPÍTULO IV

NECESSIDADES DE TREINAMENTO INFORMAL PARA A PEQUENA PRODUÇÃO INDUSTRIAL1. Caracterização das Microindústrias Pesquisadas

Este capítulo é dedicado ao estudo da situação das microempresas industriais localizadas no Agreste Setentrional de Pernambuco, no tocante à utilização e treinamento da mão-de-obra nelas ocupada. Tendo em vista os objetivos da pesquisa, conforme foi descrito no capítulo II, foi dada ênfase, para efeito de identificação das necessidades de treinamento informal de mão-de-obra, às unidades industriais pequenas ou muito pequenas, as chamadas microindústrias. O Quadro 4.1 apresenta a distribuição das unidades industriais estudadas, por número de trabalhadores, para cada subárea. Uma primeira observação a fazer acerca do quadro diz respeito à existência de um considerável número de indústria com mais de 5 empregados. O contato com a realidade do setor industrial da área fez com que se ampliasse o conceito de pequena e microindústria, o qual passou a levar em conta, não somente o número de trabalhadores, como também o valor bruto da produção e, em alguns casos, o tipo de mercadoria produzida. Ficou evidente, logo no início dos trabalhos de campo, que existem diferenças entre as microindústrias informais de grandes cidades 1/

1/ Ver, a propósito, Clóvis Cavalcanti e Renato Duarte, A Procura do Espaço..., pp. 74-117 e O Setor Informal de Salvador..., pp. 74-117.

QUADRO 4.1

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: MÃO-DE-OBRA OCUPADA NAS MICROINDÚSTRIAS - Março/Maio 1980

(Porcentagens)

Número de Empregados	Subáreas			Total
	I	II	III	
1 - 3	23,8	15,6	21,8	16,2
4 - 6	57,5	38,1	33,7	38,3
4 - 9	18,6	10,1	20,2	13,0
10 - 12	-	10,7	13,9	10,9
13 - 15	-	7,0	4,4	5,6
Mais de 15	-	18,5	6,0	13,1
Total	100,0 (80)	100,0 (616)	100,0 (317)	100,0 (1.013)

Fonte: Pesquisa direta da FUNDAJ.

e as pequenas unidades industriais do Agreste pernambucano. A segmentação da demanda - que reflete as desigualdades na distribuição da renda - e o seu volume - decorrente da concentração populacional -, assim como a complementariedade existente, em certos casos, entre os setores formal e informal, explicam a existência de unidades produtivas muito pequenas em cidades como Fortaleza e Salvador: é o caso, por exemplo, de certos negócios cuja mão-de-obra se restringe ao próprio empresário ou, em muitos casos, a um auxiliar, que pode ser um membro da família. As condições da economia das pequenas e médias cidades - com a exceção de Caruaru - não favorece a proliferação de microindústrias informais nos moldes das observadas nas capitais do Ceará e da Bahia, por exemplo. Dessa modo, teve-se que tornar mais elástico o conceito de pequena ou microindústria, chegando-se a considerar, eventualmente, unidades produtivas empregadoras de mais de quinze trabalhadores.

O número de operários empregados nas 183 microindústrias pesquisadas era, na época da pesquisa, de 1.013, o que corresponde a uma média de 5,5 trabalhadores por empresa. As médias por subárea são: 4,2 para a subárea I; 6,0 para a subárea II; e 5,1 para a subárea III. O Quadro 4.1 revela ainda que mais da metade das unidades produtivas pesquisadas empregavam no máximo 6 trabalhadores. Na subárea I, justamente a subárea onde é menor o número de aglomerados urbanos de médio porte, as microindústrias que ocupavam até 6 empregados correspondem a 81,3% das empresas estudadas. Nas subáreas II e III os percentuais (53,7% e 55,5% respectivamente) estão mais próximos da ci

fra correspondente a toda a área pesquisada. Por outro lado, é na subárea II, onde estão situadas cidades de porte médio como Caruaru, Limoeiro e Bezerros, onde se localizam as indústrias que ocupavam mais de dez trabalhadores.

Se se considera que, do total de 1.013 empregados nas indústrias pesquisadas, 858 eram trabalhadores permanentes, constata-se que essa categoria ocupacional corresponde a 84,7% do total de empregados, podendo-se concluir, daí, que o trabalho temporário tem pouca relevância como forma de contratação de mão-de-obra pelas indústrias da área. A média de trabalhadores permanentes por indústria era de 4,7 empregados, valor esse muito próximo da média de 4,5 trabalhadores permanentes por microindústria encontrados em Salvador ^{2/}, embora mais distante dos 3,4 empregados permanentes encontrados por microindústria em Fortaleza ^{3/}.

O Quadro 4.2 alinha os ramos de produção das indústrias pesquisadas. Uma primeira observação daquele quadro aponta para uma conclusão que já era de se esperar: que a pequena indústria do Agreste Setentrional de Pernambuco está concentrada em atividades tipicamente tradicionais podendo ser classificadas em sete grandes ramos: alimentos e bebidas, confecções, artesanato, beneficiamento de madeira, processamento de metais,

^{2/} Clóvis Cavalcanti e Renato Duarte. O Setor Informal de Salvador ... pp. 85-6.

^{3/} Clóvis Cavalcanti e Renato Duarte. A Procura de Espaço... pp. 82-3.

QUADRO 4,2

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: TIPOS DE MERCADORIAS PRODUZIDAS PELAS MICROINDÚSTRIAS PESQUISADAS - Março/Maio 1980

(Porcentagens)

Tipos de Mercado rias Produzidas	Subáreas			Total
	I	II	III	
Papelaria	-	3,8	-	2,1
Artigos em madeira	5,9	1,9	-	1,6
Peças de Cipó	-	-	1,6	0,8
Confecções em Malha e algodão	-	4,8	5,0	4,4
Alimentos e bebidas	1,1	26,5	29,4	30,6
Beneficiamento de madeira	11,8	19,0	21,3	19,7
Peças de Cimento	-	1,9	-	1,1
Artigos de Flandras	-	2,8	1,6	2,2
Peças de Metal	-	1,9	5,5	3,3
Cal e Calcário	-	2,8	-	1,6
Produtos de Palha	11,8	3,8	6,5	4,4
Artigos de Couro	5,9	9,5	5,0	7,6
Rendas de Filô	-	1,0	8,2	3,3
Bordados	-	1,9	1,6	1,6
Cerâmica	-	7,6	5,0	6,0
Artesanato	23,5	4,8	3,3	6,0
Peças em Ferro	-	1,0	5,0	2,2
Peças em Aço	-	1,0	-	0,6
Gelo em barra	-	1,0	-	0,6
Dente artificial	-	1,0	-	0,6
Total Geral	100,0 (17)	100,0 (105)	100,0 (61)	100,0 (183)

FONTE: Pesquisa direta da FEMSAJ

cerâmica e couros e peles. As indústrias produtoras de alimentos e bebidas correspondem a quase um terço do número de unidades produtivas pesquisadas.

Em uma área tradicionalmente dedicada à combinação de pecuária com policultura agrícola é de esperar que parte considerável da atividade industrial consista na transformação de matérias-primas animais e vegetais em alimentos e bebidas, principalmente queijos, manteiga, doces e sucos de frutas e extrato de tomate, além de farinha de mandioca e zapadura. Seguem-se em ordem decrescente de incidência na amostra, as indústrias de beneficiamento de madeira, de produção de artigos de couro, de cerâmica e de artesanato. O Quadro 4,2 demonstra ainda a existência de uma maior diversificação industrial da subárea II em relação às outras duas subáreas, sendo que o distanciamento é maior entre aquela subárea e a subárea I, onde foi reduzido o número e o grau de diversificação das pequenas indústrias encontradas.

As pequenas indústrias da área estudada são relativamente jovens, como se pode observar no Quadro 4,3. Pouco mais de um terço das unidades industriais pesquisadas tinham mais de dez anos de existência na época da realização dos trabalhos de campo. O Quadro 4.3 revela também que o início e meados da década de 70 experimentaram um moderado crescimento do número de unidades industriais na área. Foi no entanto, a partir de 1978 que se verificou um grande impulso na implantação de pequenas indústrias na área, notadamente nas subáreas II e III. Convém observar, a propósito, que os números

QUADRO 4.3

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: ANOS DE INSTALAÇÃO DAS
MICROINDÚSTRIAS PESQUISADAS - Março/Maio 1980

(Porcentagens)

Anos	Subáreas			Total
	I	II	III	
Até 1971	35,2	36,3	36,1	36,0
1972	-	5,7	6,6	5,4
1973	-	0,9	3,3	1,6
1974	5,9	6,7	1,6	4,9
1975	-	7,6	6,6	6,6
1976	5,9	2,8	6,6	4,4
1977	-	6,7	4,9	5,5
1978	11,8	16,2	18,0	16,4
1979	29,4	11,4	5,8	12,6
1980	11,8	5,7	6,5	6,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
	(17)	(105)	(61)	(183)

FONTE: Pesquisa direta da FUNDAJ

ros relativos a 1980 referem-se aos cinco primeiros meses do ano, tudo levando a crer que o ritmo de surgimento de novas indústrias tenha se mantido ao longo daquele ano. Exatamente em 1978 foi instalado um escritório da UNO em Caruaru, o que talvez tenha contribuído para o fenômeno de aceleração na implantação de pequenas indústrias na área. Espera-se, por outro lado, que os dados contidos nos quadros que seguem ofereçam contribuições para uma compreensão mais nítida das causas desse impeto de criação de pequenas indústrias na porção norte do Agreste pernambucano.

Uma das alternativas que se apresentar para a seleção dos informantes em cada unidade industrial seria a de buscar o máximo de diversificação das funções exercidas pelas pessoas a serem entrevistadas. Outra alternativa seria a de ouvir uma pessoa que conhecesse a empresa. A opção foi, naturalmente, pela segunda alternativa. Desse modo, foi estabelecido que, prioritariamente, seria entrevistado o proprietário da indústria e, alternativamente, o gerente administrador ou responsável. Somente em casos excepcionais seriam ouvidas pessoas que exercessem outras funções na indústria. Assim é que no Quadro 4.4 os proprietários apareceram como a categoria ocupacional mais frequente, seguidos muito de longe pelos gerentes e administradores. Essa situação, além de não resultar em distorção no processo de confecção das amostras, dados os objetivos da pesquisa, contribui, ademais para a qualidade e precisão das respostas, visto que provêm de pessoas familiarizadas com a empresa.

QUADRO 4.4

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: FUNÇÃO EXERCIDAS PELOS ENTREVISTADOS NAS MICROINDÚSTRIAS PESQUISADAS - Março/Maio 1980

(Porcentagens)

Funções	Subáreas			Total
	I	II	III	
Proprietário	88,2	83,8	77,0	82,0
Escriturário	-	0,9	1,6	1,1
Vendedor	-	0,9	-	0,5
Gerente	5,9	5,7	8,2	6,6
Operário	-	0,9	1,6	1,1
Arrendatário	-	2,0	-	1,1
Contador	-	0,9	-	0,5
Responsável	5,9	2,0	1,6	2,2
Empregado	-	0,9	1,6	1,1
Administrador	-	2,0	8,2	3,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
	(17)	(105)	(61)	(183)

FONTE: Pesquisa direta da FUNDAJ

A assistência recebida, até 1980, pelas indústrias pesquisadas restringiu-se ao apoio financeiro. Essa constatação, que se origina das informações contidas nos Quadros 4.5 e 4.6, contrapõe-se à especulação feita anteriormente de que o grande número de indústrias implantadas a partir de 1978 teria sido influenciado pela atuação da UNO. É bem verdade que se torna difícil separar o caráter técnico do financeiro na ação da UNO visto que, a par da orientação gerencial e contábil, aquela organização atua como intermediária entre a pequena indústria e o BANDEPE, para efeito de concessão de crédito. De qualquer modo, o Quadro 4.5 permite que se identifique o nexo entre o aumento do número de unidades industriais implantadas em 1978, conforme discutido anteriormente, e a expansão da assistência financeira na área a partir daquele ano, como se pode verificar no Quadro 4.6. Esse quadro mostra um crescimento moderado do crédito - visto a partir do número de operações realizadas - até o ano de 1977 e uma expansão mais acentuada daquele ano em diante.

Por outro lado, conclui-se a partir dos dados contidos no Quadro 4.6, que o Banco do Brasil e o BANDEPE são responsáveis por aproximadamente dois terços da assistência financeira concedida à pequena indústria na área pesquisada. Convém chamar a atenção para o fato de aquele se referir às instituições que têm prestado assistência financeira às indústrias pesquisadas, não estando sendo considerado o número de operações de crédito realizadas por cada uma delas. Pode-se inferir, através do Quadro 4A do Anexo, que o Banco do Brasil foi a institui

QUADRO 4.5

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: DISTRIBUIÇÃO ANUAL DA ASSISTÊNCIA FINANCEIRA PRESTADA ÀS MICROINDÚSTRIAS - Março/Maio 1980

(Porcentagens)

Anos	Subáreas			Total
	I	II	III	
Até 1971	28,6	10,2	15,0	14,4
1972	7,2	1,0	2,5	2,4
1973	7,2	2,0	5,0	3,6
1974	7,2	1,0	2,5	2,4
1975	7,1	4,1	2,5	4,2
1976	7,1	7,2	7,5	7,3
1977	7,1	10,2	7,5	9,0
1978	7,1	19,4	7,5	14,5
1979	10,7	27,6	32,5	25,9
1980	10,7	17,3	17,5	16,3
Total	100,0 (28)	100,0 (56)	100,0 (40)	100,0 (166)

FONTE: Pesquisa direta da FUNDAJ

QUADRO 4.6

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: ENTIDADES QUE PRESTAM ASSISTÊNCIA FINANCEIRA ÀS MICROINDÚSTRIAS PESQUISADAS - Março/Maio 1980

(Porcentagens)

Instituição Financeira	Subáreas			Total
	I	II	III	
Banco do Brasil	40,0	32,8	47,6	37,2
BANDEPE	20,0	39,3	21,7	33,0
BANORTE	-	8,2	4,4	6,4
BRABESCO	-	8,2	8,7	7,4
Banco do Nordeste	-	4,9	13,0	6,4
Banco Itaú	-	1,7	-	1,1
Cooperativa de Crédito	20,0	3,2	4,4	5,3
Crédito Pessoal	20,0	1,7	-	3,2
Total	100,0 (10)	100,0 (61)	100,0 (23)	100,0 (94)

FONTE: Pesquisa direta da FUNDAJ

ção responsável pela maior parte da assistência financeira à pequena indústria no Agreste Setentrional de Pernambuco antes e ao longo da década de 70, dividindo com o BANDEPE, mais recentemente, a atribuição de concessão de crédito industrial às pequenas empresas da área. O Quadro mostra ainda que o aumento das operações de crédito na área a partir de 1977 deveu-se principalmente à atuação do Banco do Brasil e ao BANDEPE.

O Quadro 4.7 informa que mais da metade das operações de crédito feitas com as indústrias pesquisadas destinou-se à modernização e ampliação das unidades produtivas. O restante do crédito destinou-se aos gastos de funcionamento da indústria, à diversificação da produção, sendo que apenas 14% foram utilizadas na implantação de novas unidades produtivas. Os dados apresentados no Quadro 4.7 permitem acrescentar um novo elemento à interpretação feita anteriormente, que procurava associar o surgimento de novas indústrias em fins da década de 70 com a expansão do crédito industrial na área. Conquanto as informações contidas no Quadro 4.7 não sejam suficientes para invalidar aquela interpretação, elas sugerem que os pequenos empresários industriais da área contaram com outras fontes de financiamento, provavelmente recursos próprios. O que fica evidenciado no Quadro 4.7 é que uma proporção relativamente pequena das operações de crédito destinou-se à implantação de novas indústrias. Essa questão não será aprofundada aqui, visto não ser objetivo deste trabalho a análise específica das fontes e usos do crédito industrial. A discussão que se vem fazendo até agora serviu de introdução para o estudo dos efeitos que

QUADRO 4.7

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: DESTINAÇÃO DO CRÉDITO RECEBIDO PELAS MICROINDÚSTRIAS - Março/Maio 1980

(Porcentagens)

Utilização do Crédito	Subáreas			Total
	I	II	III	
Implantação	23,5	14,0	9,3	13,8
Modernização	29,4	28,0	16,3	25,3
Ampliação	23,5	27,2	25,6	26,4
Diversificação da Produção	17,7	9,7	16,3	12,1
Capital de Giro	5,9	16,7	25,6	17,8
Compra de Matéria Prima	-	4,4	2,3	3,4
Compra de gado para tração	-	-	2,3	0,6
Plantio	-	-	2,3	0,6
Total	100,0 (17)	100,0 (114)	100,0 (43)	100,0 (174)

FONTE: Pesquisa direta da FUNDAJ

a assistência financeira teve sobre a política de concentração e treinamento de mão-de-obra nas indústrias pesquisadas.

Dos 183 entrevistados, 95 (52%) informaram que a utilização do crédito recebido implicou em concentração de mão-de-obra além da que já trabalhava na indústria. O Quadro 4.8 mostra que de um total de 393 trabalhadores admitidos, 299 (76,1%) eram temporários ^{4/}. Quase metade (47,1%) da mão-de-obra contratada não tinha qualificação, sendo que os trabalhadores semi-qualificados admitidos apresentaram 27,5% e os qualificados 25,4% do total. Os baixos requisitos de mão-de-obra qualificada entre as pequenas indústrias da área, conforme se observa no Quadro 4.8, apresentam consistência com os resultados da pesquisa realizada entre as microindústrias de Fortaleza ^{5/}. Essas constatações permitem compreender que a pequenez das indústrias manifesta-se não só através do reduzido número de trabalhos como também pela simplicidade das técnicas de produção utilizadas, de que resulta a pouca exigência de mão-de-obra qualificada. Por esse motivo, as indústrias da área não enfrentam dificuldades para a contratação de mão-de-obra visto que apenas 39% dos respondentes afirmaram ter encontrado alguma dificuldade nesse sentido.

Os entrevistados justificaram a facilidade de recrutamento principalmente em decorrência da absorção de pró-

4/ Essa distribuição entre mão-de-obra permanente e temporária está bastante próxima dos resultados encontrados em Fortaleza. Cf. Clóvis Cavalcanti e Renato Duarte, A Procura de Emprego... p. 82.

5/ Idem, p. 84.

QUADRO 4.8

AGRESTE SETENTRIIONAL. DE PERMANENTE: MÃO-DE-OBRA CONTRATADA PELAS MICROINDÚSTRIAS - Março/Maio 1980

Mão-de-Obra Contratada	(Porcentagens)							
	SUBÁREAS			Total				
	I	II	III	Permanente Temporária	Permanente Temporária	Permanente Temporária		
Não-qualificada	42,9	72,7	50,7	28,1	53,5	41,7	50,8	53,1
Semi-qualificada	23,8	27,3	19,3	62,0	14,1	50,0	18,4	50,4
Qualificada	33,3	-	30,0	9,9	32,4	8,3	30,8	8,5
Total	100,0 (21)	100,0 (11)	100,0 (20)	100,0 (71)	100,0 (71)	100,0 (12)	100,0 (28)	100,0 (94)

Fonte: Pesquisa direta da FUNDAJ

pria mão-de-obra familiar (36,1% das respostas), da existência de mão-de-obra ociosa na área (28,2%), da utilização mais intensiva de capital na fábrica (11,2%) e da rotatividade da mão-de-obra na área (6,9%). Dos 39% de informantes que afirmaram ter encontrado dificuldade para contratar mão-de-obra, quase metade apontou a falta de qualificação dos candidatos como o maior obstáculo, como se pode observar no Quadro 4.9. Segue-se, em ordem decrescente de frequência, as seguintes respostas: exigências salariais inaceitáveis para o empregador; grande número de candidatos sem documentação; exigência, por parte dos candidatos, de assinatura das suas carteiras profissionais; candidatos residentes em locais distantes da fábrica; candidatos muito jovens ou já em idade avançada; emigração de trabalhadores para o sul do país. Essas respostas, apesar de variadas, apontam para uma conclusão: o despreparo dos candidatos para assumirem o emprego. O Quadro 4.9 revela também que na Subárea I é maior a incidência de candidatos pouco qualificados para o trabalho, provavelmente devido ao menor número de concentrações urbanas de maior dimensão populacional e econômica, onde devem ser escassas as oportunidades de treinamento e de trabalho, em comparação com as cidades de maior porte. A facilidade de recrutamento da mão-de-obra pode ser constatada também pelo pouco tempo que foi necessário para que os trabalhadores fossem localizados e contratados. O Quadro 4.10 mostra que mais da metade dos operários foi recrutada em menos de uma semana, o que permite inferir tanto a respeito da disponibilidade de mão-de-obra na área, quanto da inexistência de obstáculos outros, tais como o nível de qualificação, para a execução dos trabalhos nas micro indústrias estudadas.

QUADRO 4.9

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: DIFICULDADES PARA A CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PARA AS MICROINDÚSTRIAS - Março/Maio 1980.

(Porcentagens)

Dificuldades para a Contratação de Mão-de-obra	Subáreas			Total
	I	II	III	
Falta de qualificação dos candidatos	77,7	51,1	42,9	50,0
Falta de documentação dos candidatos	11,1	6,7	9,5	8,3
Exigências salariais inaceitáveis para o empregador	11,1	11,1	16,7	13,5
Candidatos menor de idade	-	4,5	7,1	5,2
Candidatos residentes em áreas distantes	-	6,7	7,1	6,3
Exigências de carteira assinada por parte do candidato	-	8,8	7,1	7,3
Falta de interesse por parte do trabalhador	-	2,2	4,8	3,1
Serviço pesado	-	4,5	-	2,1
Concorrência por parte de outras empresas	-	2,2	-	1,1
Emigração para o sul	-	2,2	4,8	3,1
Total	100,0 (9)	100,0 (45)	100,0 (42)	100,0 (96)

FONTE: Pesquisa direta da FUNDAJ.

QUADRO 4.10

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: TEMPO NECESSÁRIO PARA O RECRUTAMENTO DA MÃO-DE-OBRA PARA AS MICROINDÚSTRIAS - Março/Maio 1980

(Porcentagens)

Número de dias	Subáreas			Total
	I	II	III	
Menos de 1	18,8	18,4	22,5	19,7
1 - 6	62,5	53,4	31,1	46,9
7 - 30	-	18,5	27,5	19,8
31 - 90	12,5	2,9	1,7	3,4
Mais de 90	6,2	2,9	12,0	6,2
Não declarou	-	3,9	5,7	4,0
Total	100,0 (16)	100,0 (105)	100,0 (58)	100,0 (177)

FONTE: Pesquisa direta da FUNDAJ.

É na própria cidade onde os pequenos industriais encontram a maioria dos trabalhadores que contratam, conforme demonstra o Quadro 4.11. O Município, inclusive a sede, fornece a quase totalidade da mão-de-obra recrutada. Essa constatação, que corrobora os resultados contidos nos Quadros 4.8 e 4.10, não chega a surpreender se se tem em conta a simplicidade tecnológica - e, conseqüentemente, a pouca exigência quanto à qualificação da mão-de-obra - usualmente verificada nas pequenas indústrias do Nordeste, já mencionada anteriormente. Os dados apresentados nos Quadros 4.8, 4.10 e 4.11 reforçam a percepção de que a disponibilidade de mão-de-obra é um elemento que se soma a outros, com a tecnologia e o mercado, para a permeabilidade do setor informal à instalação de novas unidades produtivas. A conclusão a que se pode chegar, por conseguinte, é de que, ao nível das microindústrias, não tem havido escassez de mão-de-obra no Agreste Setentrional de Pernambuco. Bastaria considerar se a melhor capacitação dessa mão-de-obra poderia contribuir efetivamente para o melhor desempenho dessas microunidades produtivas. Espera-se que as discussões a seguir ofereçam alguma resposta a essa interrogação.

Os mecanismos de contratação da mão-de-obra são, como seria de se esperar, informais. O Quadro 4.12 mostra que as formas mais usuais de recrutamento de trabalhadores são: a procura de pessoas conhecidas; a admissão de candidatos que se oferecem para o trabalho; a indicação por parte de outros empregados na empresa ou de parentes e amigos; o aproveitamento de

QUADRO 4.11

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: ORIGEM DA MÃO-DE-OBRA CON-
TRATADA PELAS MICROINDÚSTRIAS - Março/Maio 1980

(Porcentagens)

Locais de Recrutamento	Subáreas			Total
	I	II	III	
Na própria cidade	64,3	71,3	82,5	73,8
No próprio municí- pio	28,6	24,1	17,5	22,7
Em Cidade ou Muni- cípio do Agreste de Pernambuco	7,1	3,4	-	2,8
Em Cidades ou Muni- cípios de Outras Zonas de Pernambu- co	-	1,1	-	0,7
Total	100,0 (14)	100,0 (87)	100,0 (40)	100,0 (141)

FONTE: Pesquisa direta da FUNDAJ.

QUADRO 4.12

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: FORMAS DE RECRUTAMENTO DE
MÃO-DE-OBRA PARA AS MICROINDÚSTRIAS - Março/Maio 1980

(Porcentagens)

Formas de Recrutamento	Subáreas			Total
	I	II	III	
Contrata Pessoas Conhe- cidas	27,7	29,5	24,5	27,7
Anúncio dos jornais	2,8	-	-	0,3
Aviso no local	-	1,1	-	0,6
Agência de emprego	-	0,5	-	0,3
Indicação de outros empregados ou empre- sas	11,1	16,6	17,0	16,1
Oferecimento do pró- prio candidato	27,7	26,7	27,4	27,0
Através de parentes ou amigos dos candi- datos	16,8	13,9	13,2	14,0
Aproveito os membros da família	11,1	11,2	16,0	12,8
Procura na cidade	2,8	-	1,9	0,9
Anúncio no rádio	-	0,5	-	0,3
Total	100,0 (36)	100,0 (167)	100,0 (106)	100,0 (329)

FONTE: Pesquisa direta da FUNDAJ

membros da família. Sistemas mais formais de recrutamento, por exemplo o anúncio de emprego pelo rádio e pelo jornal ou a intermediação de agências de emprego, são quase inexistentes, o que vem reforçar as expectativas acerca das condições gerais de funcionamento de microindústrias no interior nordestino.

Do total de informantes que responderam à pergunta seguinte, 138 (75,4%) afirmaram que as novas contratações requereram algum tipo de treinamento dos trabalhadores admitidos. Isso deveu-se ao fato de que mais de quatro quintos dos trabalhadores contratados tinham pouca ou nenhuma qualificação, visto que 40,1% deles eram semi-qualificados e 48,4% não tinham qualificação. O Quadro 4.13 mostra que, à semelhança do que se observou, o treinamento no próprio trabalho foi a forma mais usada para a melhoria da capacitação dos trabalhadores contratados. O treinamento no trabalho juntamente com a auto-aprendizagem - sistemáticas, por natureza, informais de preparação da mão-de-obra - representaram 92,0% das formas de treinamento adotadas. Dentre os tipos de treinamento que se poderia chamar de institucionais - ou menos informais -, apenas os cursos técnicos - profissionais e alguns cursos especiais de treinamento tiveram uma pequena expressão. Esses resultados sugerem nitidamente que deve ser feito um esforço por parte das entidades de treinamento para que a omissão seja reparada.

Pouco menos da metade (41,0%) dos entrevistados afirmaram que existe rotatividade de mão-de-obra nas microindústrias pesquisadas. O Quadro 4.14 mostra que as explicações para

QUADRO 4.13

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: FORMAS DE APREDIZAGEM E TIPOS DE TREINAMENTO DA MÃO-DE-OBRA DAS MICROINDÚSTRIAS - Março/Maio 1980.

(Porcentagens)

Formas de Aprendizagem	Subáreas			Total
	I	II	III	
Auto-aprendizagem	16,6	13,5	17,6	15,2
Curso técnico-profissional	5,6	2,3	3,5	3,1
Treinamento no próprio trabalho	66,6	79,8	75,4	76,8
Estágio em outras empresas	-	1,1	-	0,6
SENAI	5,6	-	-	0,6
Ginásio polivalente	-	1,1	-	0,6
Cursos especiais	5,6	2,2	3,5	3,1
Total	100,0 (18)	100,0 (89)	100,0 (57)	100,0 (164)

FONTE: Pesquisa direta da FUNDAJ

o fenômeno são bastante variadas. No entanto, pode-se observar que, na percepção dos informantes, fatores comprometedores - de interesse, indisciplina e falta de qualificação - do desempenho dos trabalhadores aparecem como predominantes. Os baixos salários, a concorrência de outras indústrias, a sobrecarga de trabalho são outros motivos apontados para as mudanças nos quadros funcionais das microindústrias pesquisadas. Enquanto que a sazonalidade das atividades também contribui para a rotatividade da mão-de-obra nas microindústrias do Agreste Setentrional de Pernambuco, a emigração da população, semelhante ao que se observou nas atividades agropecuárias (Capítulo III, Quadro 3.2.3), não parece ter grande influência sobre a rotatividade da mão-de-obra na área pesquisada. Essa constatação não indica necessariamente que sejam pouco intensos os fluxos emigratórios da porção Setentrional do Agreste pernambucano para outras áreas ou regiões, visto que, para se ter uma idéia mais concreta da questão, ter-se-ia que dispor de informações sobre a estrutura ocupacional dos emigrantes. Poderia ocorrer, por exemplo, que uma considerável parcela da mão-de-obra que emigrou das áreas urbanas do Agreste Setentrional pernambucano fosse constituída de trabalhadores autônomos ou desempregados, daí porque a emigração não teve grande influência sobre a rotatividade da mão-de-obra nas microindústrias estudadas.

Uma conclusão de ordem mais geral que se pode retirar do Quadro 4.14 é a de que a existência de uma rotatividade de mão-de-obra relativamente alta reforça as interpretações

QUADRO 4.14

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: RAZÕES DA ROTATIVIDADE DA MÃO-DE-OBRA NAS MICROINDÚSTRIAS - Março/Maio 1980

(Porcentagens)

Razões da Rotatividade da mão-de-obra	Subáreas			Total
	I	II	III	
Desinteresse por parte dos empregados	17,6	17,0	23,1	19,3
Atividade sazonal	-	4,0	12,3	6,6
Baixos salários	11,8	15,0	13,8	14,3
Indisciplina dos empregados	11,8	5,0	18,5	10,4
Falta de qualificação dos trabalhadores	11,8	20,0	21,6	19,8
Concorrência de outras indústrias	11,8	18,0	9,2	14,3
Emigração para o sul	11,7	2,0	-	2,2
Volta ao trabalho na agricultura	-	2,0	1,5	1,6
Serviço pesado	23,5	17,0	-	11,5
Total	100,0 (17)	100,0 (100)	100,0 (65)	100,0 (182)

FONTE: Pesquisa direta da FUNDAJ

QUADRO 4.15

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: EFEITOS POTENCIAIS DA MELHOR QUALIFICAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA DAS MICROINDÚSTRIAS - Março/Maio 1980

(Porcentagens)

Efeitos da Qualificação da Mão-de-obra	Subáreas			Total
	I	II	III	
Melhor aproveitamento do equipamento	15,8	8,6	12,1	10,4
Melhor qualificação conduz a maior salário	26,4	38,0	51,5	41,3
O mercado é promissor	5,3	4,3	4,5	4,5
Produto bem acabado vende mais	21,0	25,0	16,7	21,9
Racionalização dos métodos de produção	10,5	13,8	6,1	11,0
O trabalho seria executado mais tecnicamente	10,5	4,3	1,5	4,0
Melhor aproveitamento do tempo de trabalho	10,5	5,1	6,1	6,0
Outro	-	0,9	1,5	0,9
Total	100,0 (19)	100,0 (116)	100,0 (66)	100,0 (201)

FORTE: Pesquisa direta da FUNDAJ

anteriormente feitas sobre o caráter informal das unidades industriais investigadas. Isso se dá, por um lado, devido à instabilidade - ou falta de segurança no emprego, em outras palavras - com que os trabalhadores desempenham as suas funções; por outro lado, em decorrência da alta elasticidade da oferta de mão-de-obra que a rotatividade sugere. Em síntese, a facilidade com que se dá a substituição dos trabalhadores nas microindústrias pesquisadas permite entrever uma situação de informalidade nas relações de trabalho. Essa informalidade pode ser melhor observada ao se ter em conta a coexistência, dentro daquelas indústrias, entre o atraso tecnológico e a falta de qualificação da mão-de-obra existente, entre a inobservância às leis trabalhistas e a abundância, em termos quantitativos, de mão-de-obra.

O Quadro 5A do Anexo mostra que a rotatividade da mão-de-obra se concentra nas microindústrias que empregam entre 4 a 6 trabalhadores. Esse resultado provavelmente encontra explicação, de um lado, no fato de as unidades produtivas que ocupam menos de 4 empregados constituírem em grande parte organizações de caráter familiar, cuja mão-de-obra é formada pelos próprios membros da família; de outro lado, por terem as indústrias empregadoras de mais de 6 trabalhadores um certo nível de organização gerencial e maturidade tecnológica que as tornam economicamente mais estáveis, daí decorrendo a menor rotatividade da mão-de-obra. De um modo geral, o Quadro 5A demonstra que a rotatividade maior da mão-de-obra se dá nas microindústrias em-

pregadoras de até 6 trabalhadores, observação essa que sugere uma correlação entre tamanho da empresa, nível de organização, grau de estabilidade econômica e intensidade de rotatividade da mão-de-obra.

Inquiridos a respeito dos potenciais efeitos de uma melhor qualificação da mão-de-obra sobre os níveis de produtividade da empresa, 84,2% dos entrevistados afirmaram acreditar nos resultados positivos do treinamento dos seus operários. As razões para essa crença estão discriminadas no Quadro 4.15. Quase metade dos informantes apontaram as conseqüências da melhor capacitação sobre o nível de produtividade da mão-de-obra e sobre os salários. Apparently está subjacente na percepção dos entrevistados a idéia de que a qualificação dos trabalhadores pode trazer benefícios tanto para a empresa - mediante o aumento de produtividade - quanto para o empregado - através do aumento de salário. As respostas que seguem em ordem decrescente de importância mostram a ligação que os informantes identificam entre a capacitação da mão-de-obra e: a) qualidade do produto fabricado; b) racionalização dos métodos de produção; c) melhor aproveitamento do equipamento; aumento da eficiência técnica dos trabalhadores. Essas respostas são indicativas da compreensão por parte dos entrevistados da essencialidade da melhor qualificação da mão-de-obra para o aumento da eficiência econômica da sua empresa. As respostas sugerem, por outro lado, que a baixa qualificação dos trabalhadores tem influenciado negativamente o processo produtivo e, conseqüentemente, a qualidade dos bens produzidos.

Indagados se o mercado de trabalho local estaria em condições de suprir necessidades de mão-de-obra no caso de haver uma ampliação, modernização ou diversificação da unidade produtiva, 153 informantes (85,5%) responderam afirmativamente. Desses, 67,5% acreditam que essa disponibilidade de mão-de-obra seria em termos puramente quantitativos, enquanto 30,5% imaginam que o mercado de trabalho da área poderia satisfazer à demanda tanto em quantidade quanto em qualidade. Somente 2,0% dos respondentes admitem que o Agreste Setentrional de Pernambuco poderia dispor da mão-de-obra com a qualidade exigida pelas transformações que fossem eventualmente realizadas nas indústrias ali localizadas; em outras palavras, uma reduzida porcentagem de informantes, optou por uma resposta que indica de maneira inequívoca a existência de mão-de-obra qualificada na área, o que vem reforçar as conclusões anteriores que optam para a necessidade de ampliação e diversificação dos programas de treinamento.

Cerca de 70,8% dos entrevistados acham que existe viabilidade para a implantação do sistema cooperativista entre as indústrias locais. Por outro lado, os 83,9% dos respondentes admitem que o cooperativismo, desde que estimulado, encontraria receptividade entre os proprietários das microindústrias da área. Os motivos que suportam essa crença são arrolados no Quadro 4.16, onde se observa que os informantes têm uma correta percepção das vantagens decorrentes do cooperativismo, seja ao tornar mais fácil o acesso do produtor ao crédito, seja racionalizado a comercialização dos produtos, seja ainda facilitando a aquisição de insumos e suprindo as várias carências com que os pequenos produtores normalmente se defrontam.

QUADRO 4.16

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS NAS MICROINDÚSTRIAS ACERCA DAS VANTAGENS DO COOPERATIVISMO - Março/Maio 1980.

(Percentagens)

Razões para a viabilidade do cooperativismo	Subáreas			Total
	I	II	III	
Facilita o Desenvolvimento da Atividade Produtiva	40,0	25,0	37,1	31,1
Facilita o Acesso ao Crédito	52,0	30,2	38,7	36,2
Facilita a Aquisição de Insumos	8,0	11,5	9,7	10,4
Racionaliza a Comercialização	-	14,6	3,2	8,7
Daria Assistência Técnica ao Trabalhador	-	3,1	3,2	2,7
Supriria as carências dos Produtores	-	5,2	-	2,7
Fortaleceria os Pequenos Produtores	-	7,3	8,1	6,6
Outros	-	3,1	-	1,6
Total	100,0 (25)	100,0 (96)	100,0 (62)	100,0 (183)

FONTE: Pesquisa direta da FUNDAJ

Dos 183 entrevistados, 141 (77,0%) demonstraram interesse em iniciar outra atividade econômica, em cuja viabilidade acreditam, desde que assegurados os recursos para esse fim. O Quadro 4.17 mostra a variedade de atividades econômicas em que os entrevistados gostariam de se engajar. A listagem apresentada no quadro revela, de um lado, que os informantes vêem oportunidades de investimento, não só na indústria, como também nas atividades primárias e terciárias; de outro, mostra que os respondentes parecem ter uma visão bastante abrangente das múltiplas alternativas que a economia da área oferece para o estabelecimento de atividades produtivas. Nesse aspecto, o elenco de negócios listados no Quadro 4.17 poderia ser encarado como uma atualização, feita pelos microempresários industriais, das atividades econômicas mais viáveis na área. Em outras palavras, a listagem poderia ser considerada como um diagnóstico das potencialidades econômicas do Agreste Setentrional de Pernambuco, a partir da percepção dos microempresários locais. Visto desde uma perspectiva global, as atividades econômicas mencionadas com maior frequência são aquelas de processamento de matérias-primas existentes com relativa abundância na área - couro, madeira, frutas, barro, leite - ou para as quais a área tem demonstrado vocação natural, como é o caso da avicultura e das confecções de roupas. Na subárea I, avicultura e casa de farinha são as atividades que, segundo os respondentes, apresentam maior viabilidade. Na subárea II, produtos de couro, confecções, têxteis, avicultura, fabricação de massas alimentícias e de doces e de cerâmica são os mais apontados pelos microindustriais. Na subárea III, a fabricação de produtos derivados do couro e de madeira, assim como a avicultura, são as ativi-

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: TIPOS DE NEGÓCIO QUE O MICRO-EMPRESÁRIO GOSTARIA DE ESTABELECEER NA HIPÓTESE DE RECEBER FINANCIAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - Março/Maio-1986.

(Porcentagens)

Negócio que gostaria de estabelecer	Subáreas			Total
	I	II	III	
Loja de Artesanato em madeira	9,1	1,1	-	1,4
Transporte de carga	9,1	-	-	0,7
Fábrica de calçados e produtos de couro	1,1	10,3	4,3	8,3
Confecções em geral	-	8,0	2,2	5,4
Padaria	-	4,6	-	2,8
Indústria alimentícia	-	3,5	2,2	2,8
Fábrica de bolsas escolares	-	1,1	-	0,7
Fábrica de gelo em barra	-	1,1	-	0,7
Fábrica de móveis	-	8,0	6,6	6,8
Beneficiamento de madeira	-	6,9	13,1	8,3
Produtos protéticos	-	1,1	-	0,7
Fábrica de gaiola	-	2,3	-	1,4
Marcenaria	-	1,1	4,1	2,1
Serralharia	-	2,3	6,5	3,5
Fábrica de queijo	-	1,1	8,7	3,5
Avicultura	17,2	5,7	8,7	6,3
Pecuária	-	-	4,3	1,4
Agropecuária	-	2,3	-	1,4
Cerâmica	-	4,6	6,5	4,6
Casa de farinha	18,2	-	4,3	2,8
Curtume	-	1,1	2,2	1,4
Fábrica de macarrão	-	-	2,2	0,7
Comércio de couro	-	2,3	4,3	2,8
Comércio de móveis	-	1,1	-	0,7
Fábrica de fubá	-	1,1	-	0,7
Artesanato de bronze	9,1	1,1	-	2,1
Gráfica	-	3,5	-	2,1
Comércio em geral	9,1	1,9	6,5	3,5
Ferreiro	-	1,2	-	0,7
Farmácia	-	1,2	-	0,7
Fábrica de pipoca	-	1,2	-	0,7
Fábrica de peças de gesso	-	1,2	-	0,7
Fábrica de doce	9,1	4,6	6,5	5,4
Fábrica de sucos de frutas regionais	-	1,2	2,2	1,4
Fábrica de rapadura	-	1,2	-	0,7
Tapeçaria e crochê	-	2,2	-	1,4
Exploração de calcário	-	3,5	-	2,1
Transporte de leite	-	1,2	-	0,7
Loja de tecidos	-	1,1	-	0,7
Ferragens p/arreio	-	1,2	2,2	1,4
Funilaria	-	1,1	-	0,7
Artesanato renascença	-	-	2,2	0,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

idades econômicas mencionadas como as mais viáveis. Seguem, em ordem decrescente de preferência, confecções de roupas, fabricação de doces e trabalhos de cerâmica. O Quadro 4.17 contém, além mais da sugestão de investimentos em atividades econômicas tradicionais do Agreste pernambucano, a revelação de que os micro-empresários industriais têm uma visão modesta e até mesmo conservadora das possibilidades econômicas da área, visto que as atividades econômicas sugeridas ou se enquadram dentro da classificação usual de indústrias tradicionais - produtos de couro, mobiliário, alimentos, cerâmica, confecções e artesanato - ou de atividades terciárias - serralharia, marcenaria, transporte de cargas e comércio - e agropecuárias usinas de leite.

Os tipos de treinamento sugeridos pelos entrevistados nas microindústrias pesquisadas estão listados no Quadro 4.18. Diferentemente da situação apresentada no capítulo anterior (Quadro 3.27), as recomendações contidas no Quadro 4.18 sugerem uma ordem de prioridade nítida quanto aos cursos. Por outro lado, dentro as sugestões apontadas com maior frequência, poucas - como é o caso dos cursos de fundição, de metalurgia, de olaria, de sapataria, de coureiro, de caldeireiro e de artesanato, de operador de máquinas de impressão - referem-se diretamente a ocupações tipicamente ligadas ao setor industrial. Além desses cursos destacados, dentre os mais recomendados, os de marcenaria, de arte culinária, de mecânico, de torneiro, de eletricitista, de marceneiro, de costureiro e de serralheiro e de técnico de plástica. O quadro 4.18 sugere, além

QUADRO 4.19

AGRESTE SEPENTRIONAL DE PERNAMBUCO: CURSOS E TIPOS DE TREINAMENTO SUGERIDOS PELOS ENTREVISTADOS NAS PEQUENAS INDÚSTRIAS - Março/maio 1980 (Porcentagens)

Cursos e tipos de treinamento sugeridos	Subáreas			Total
	I	II	III	
Torneiro	10,0	3,0	4,2	4,3
Trabalho em gesso	-	0,6	-	0,3
Apalizador	-	1,7	1,1	1,3
Cozinheiro	2,5	1,2	2,1	1,6
Técnica de rádio e televisão	7,5	1,2	-	1,5
Eletricista	10,0	3,5	2,1	3,9
Mecânico de Máquinas e Motores	7,5	7,6	-	5,2
Operador de Máquina de Impressão	-	1,2	2,1	1,3
Pedreiro	2,5	2,0	1,1	2,2
Oleiro	5,0	1,7	2,1	2,2
Magistério Primário	5,0	1,2	1,1	1,0
Fundidor	7,5	9,3	15,9	12,0
Marceneiro	5,0	12,9	15,7	12,8
Motorista	7,5	6,4	4,2	6,0
Arte Culinária	5,0	0,8	2,1	6,2
Manejo e primeiros socorros pecuários	-	0,6	0,4	3,0
Carpintaria	2,5	0,6	2,4	2,2
Serralheiro	2,5	4,1	4,4	3,5
Massariqueiro	2,5	-	2,1	1,5
Soldador	-	1,7	-	1,0
Desenhista	2,5	3,6	1,1	1,0
Porteiro	2,5	1,2	1,1	1,3
Técnico em contabilidade	2,5	0,6	1,1	1,0
Enfermagem	2,5	1,7	4,2	2,7
Coste e costura	5,0	4,1	2,1	3,5
Artesanato em couro e palha	-	5,2	2,1	3,6
Caldeireiro	-	1,7	-	1,3
Artes gráficas	-	2,3	-	1,3
Embalager	-	1,2	1,1	1,0
Sapateiro	-	2,3	-	1,3
Funileiro	-	1,2	1,1	1,0
Metalúrgico	-	1,7	-	1,0
Mecânico em autos	-	3,0	-	1,0
Técnicas de plantio	2,5	3,0	0,4	1,0
TOTAL	100,0 (146)	100,0 (171)	100,0 (195)	100,0 (336)

FONTE: Pesquisa direta da FUCPA.

ais da preferência concentrada em um número relativamente reduzido de cursos, a opção por tipos de treinamento que já são habitualmente oferecidos pelas entidades que se ocupam da educação informal na área, conforme se verá no capítulo seguinte. Visto a partir das três subáreas, o Quadro 4.18 mostra uma preferência mais definida nas subáreas III e II pelos cursos de marcenaria e de fundição. Na subárea III aparecem ainda com algum destaque os cursos de manejo e primeiros socorros pecuários, assim como os cursos para treinamento de carpinteiros, serralheiros e torneiros. Na subárea II as preferências concentram-se mais em cursos de arte culinária, mecânica de máquinas e motores, motorista e artesanato. Na subárea I as preferências recaem sobre os cursos de torneiro, de electricista, de técnico de rádio e televisão, mecânico de máquinas e motores, de fundição e de motorista.

Uma conclusão de ordem geral que emerge dos dados contidos no Quadro 4.18 é a de que as necessidades de treinamento informal, conforme identificadas pelos entrevistados, nas microindústrias da área, revelam o desejo dos trabalhadores de adquirirem - ou aperfeiçoarem - profissões que lhes assegurem um certo grau de especialização. Outra constatação a que se chega é a de que os cursos recomendados enquadram-se dentro das programações de treinamento informal que vêm sendo elaboradas e executadas pelos organismos responsáveis pelo treinamento de mão-de-obra na área.

CAPÍTULO 9

NECESSIDADES DE TREINAMENTO INFORMAL EM UMA MANO-DE-OBRA URBANA

1. Caracterização da Mão-de-obra Analisada

Ao estudar neste capítulo as necessidades de treinamento informal da mão-de-obra urbana do Agreste Setentrional de Pernambuco, busca-se alcançar os seguintes objetivos. Com o primeiro espera-se identificar as necessidades de treinamento informal a partir da percepção dos próprios trabalhadores. Tendo-se analisado nos capítulos 11 e 12 as necessidades de treinamento informal em base na opinião dos empregadores, este capítulo procurará captar a visão dos trabalhadores quanto às necessidades de treinamento na área estudada. Para isso, será tentada a averiguação das necessidades de educação e treinamento das atividades entendidas aqui como abrangendo as atividades industriais e terciárias de pequeno porte, inclusive a atividade autônoma.

Foram entrevistadas 25 pessoas ocupadas, no todo, na época de realização da pesquisa em campo. A distribuição por sexo dos informantes é de 68,0% de homens e 32,0% de mulheres.^{1/} A estrutura etária dos entrevistados é apresentada no quadro

^{1/} Esses valores aproximam-se bastante das percentuais de 35,4% relativos, respectivamente, aos setores masculinos e femininos da PEA urbana do Nordeste. Ver: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Vol. 1, Brasília, V, 1978.

do 5.1. A observação desse quadro poderia levar a concluir que mais de dois-terços dos entrevistados tinham idade inferior a 25 anos e pouco mais da metade tinham idade inferior a 20 anos de idade. A juventude da população pesquisada, portanto, na verdade, a estrutura etária da PEA urbana do Nordeste, os estratos jovens aparecem em proporções relativamente elevadas.^{2/}

Cerca de metade dos entrevistados tinham, à época da pesquisa, educação secundária completa ou incompleta. Os que tinham instrução primária (completa ou incompleta) apareciam como o segundo contingente de entrevistados, seguindo-se à distância os restantes, aqueles apenas alfabetizados. Esse demonstrativo da distribuição da instrução dos trabalhadores pesquisados, apresentado no quadro 5.2, mostra que o nível de instrução da mão-de-obra pesquisada é superior ao existente no todo, conforme se pode observar na distribuição da PEBCE mencionada na nota de rodapé nº 1, e confirma o interesse para os objetivos deste trabalho são as informações contidas no quadro 5.2, onde se observa que os fatores que levam a maior parte dos informantes a abandonar os estudos formais, em ordem de importância, a necessidade de trabalhar, a perda de interesse, a

^{2/} As estatísticas relativas à PEA urbana do Nordeste, apesar de apresentarem percentuais menores - devido ao fato de os trabalhadores com idade de até 24 anos representarem mais de um-terço com menos de 25 anos - reforçam a constatação anteriormente mencionada à representação dos trabalhadores entrevistados quanto à sua distribuição por idade. Ver IBGE, loc. cit.

QUADRO 5.1

AGENTE SETORIAL DE PREENSÃO: ESTILO NA MÃO-DE-
OBRÁ URBANA PRECATORIA - SÃO PAULO - 1980

Idade em anos

Faixas etárias	Subgrupos			Total
	I	II	III	
Menos de 18 anos	18,2	22,8	13,3	19,2
19 - 24	22,8	24,3	45,0	32,9
25 - 30	27,3	20,2	14,5	21,4
31 - 36	9,0	8,8	7,2	8,2
37 - 42	13,7	5,2	5,6	7,3
43 - 48	4,5	1,1	2,9	3,2
49 - 54	-	2,3	5,6	3,2
55 - 60	4,5	0,8	2,9	1,8
61 - 66	-	1,6	2,9	1,8
Maiores de 66 anos	-	0,5	-	0,5
Não declarou	-	0,5	-	0,5
Total	100,0 (22)	100,0 (178)	100,0 (69)	100,0 (279)

Fonte: Pesquisa direta do IBGE.

QUADRO 5.2

REGIÃO SEPTENTRIONAL DE PERNAMBUCO: NÍVEIS DE INSTRUÇÃO DA MÃO-DE-OBRA
URBANA PESQUISADA - Março/Maio 1980
(Porcentagens)

Nível de Instrução	Subáreas			Total
	I	II	III	
Analfabeto	18,2	3,5	17,4	10,5
Alfabetizado	9,1	14,0	13,1	13,2
Nível Incompleto	4,3	8,5	8,7	8,2
Nível Completo	18,2	18,2	8,7	15,5
Qualificação Incompleta	28,4	28,1	16,8	17,3
Qualificação Completa	9,1	12,9	12,9	12,3
Superior Incompleto	1,8	1,6	2,9	1,1
Superior Completo	-	-	1,4	0,5
Total	100,0	100,0	100,0	130,0
	1221	1281	(63)	(219)

QUADRO 5.3

ACRÉSCITO SETENTRIONAL DE PERMANECENDO: RAZÕES PARA O ABANDONO DOS ESTUDOS POR PARTE DA NÃO-DE-OBRA URRANA PESQUISADORA - Março/Maio 1980

(Porcentagens)

Razões apontadas	Subáreas			Total
	I	II	III	
Com que trabalhar	13,6	29,0	29,0	17,4
Salário e despesas	21,7	20,3	19,8	21,0
Falta de condições financeiras	11,0	14,8	11,6	12,7
Se havia família em casa	9,1	8,6	10,1	9,4
Se havia filhos dependentes	10,0	8,9	8,1	9,0
Se havia um dependente	-	0,8	-	0,8
Se havia filhos dependentes	4,0	2,2	2,7	4,6
Falta de tempo	-	1,6	4,0	2,3
Outros	-	4,7	-	2,7
Outros estudando	13,6	14,8	13,0	14,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
	(22)	(126)	(69)	(197)

FONTE: Pesquisa feita de FORDAZ.

falta de condições financeiras e a ausência de vagas nas escolas^{3/}. Considerados conjuntamente, a primeira e a terceira razão apontadas induzem à conclusão de que, nos fatores de natureza econômico-financeira e material, a área estudada, pela evasão escolar prematura, apresenta, aliás, uma constatação estranhável, ao se tratando de uma situação que exibe sintomas tão nítidos de subdesenvolvimento como é o caso do Nordeste, como de resto também o exibe todo o Nordeste. No que se refere à "perda de interesse", tom-se que admitir que essa é uma explicação que pode ter origem em condicionantes variados, sejam objetivos - desde os métodos de ensino, o ritmo do aprendizado, ou a aplicabilidade prática das disciplinas, por exemplo - sejam subjetivos - desde o rendimento escolar, a presença nas vantagens materiais decorrentes da educação formal, ou a vocação para a atividade intelectual, por exemplo. Em outras palavras, a perda de interesse pelos estudos pode decorrer de fatores que, em última análise, se somariam ao elenco de determinantes que explicam os elevados índices de abandono de escola em regiões relativamente atrasadas. Por outro lado, segundo o presente no Quadro 5.3, a falta de vagas nas escolas nas zonas rurais poderia levar para a interrupção do processo de ensino, segundo os trabalhadores entrevistados. Ainda nem se podem conhecer o número de respondentes que admitiram ter encontrado dificuldades para aprender o que lhes foi ensinado.

Pouco mais da metade dos informantes são nativos dos locais estudados, dando-se preferência à proporção de 1

3/ Os seus resultados demonstram que as causas da evasão escolar no Nordeste vêem-se condicionadas e determinadas ao longo do tempo. Com base, por exemplo, em as informações coletadas no trabalho de Lúcio Nêgo Quilino, "A evasão escolar nos Cursos Primários e Médios do Nordeste do Brasil", *Revista Brasileira de Educação*, vol. 8, nº 16, dezembro 1968, pp. 19-21.

migrantes é considerável ^{4/}. Os dados aqui, como se vê no Quadro 5.4, provêm predominantemente dos municípios vizinhos ou de outros locais do mesmo município onde os entrevistados residem. Essa situação aparece com maior nitidez na subárea I, sendo que é na subárea II que a origem imigratória das nativas apresenta-se mais diversificada. As revelações das estatísticas no Quadro 5.4, conquanto sugestivas no tocante à distribuição contingente de não-nativos nos locais pesquisados, não permitem a conclusão de maior significância sequer para um estudo específico da migração, em vista da proximidade entre a área de origem e de residência dos não-nativos incluídos na amostra. Mesmo para os propósitos deste estudo, não parece provável que os imigrantes, por serem em sua maioria originários de locais próximos, apresentem traços culturais que os diferenciam marcadamente dos trabalhadores nativos. Tudo leva a crer, de qualquer modo, que a origem geográfica não é um elemento diferenciador da população pesquisada.

Dos 278 trabalhadores em atividade, 185 (66,5%) estavam ocupados e 93 (33,5%) estavam desempregados na época de realização da pesquisa de campo. A taxa de ocupação por subáreas era a seguinte: subárea I, 9,0%; subárea II, 13,9%; subárea III, 18,8%. Esses resultados mostram que há um centro nas subáreas onde existem os maiores núcleos urbanos que a taxa de desemprego é

^{4/} O conceito de imigrante aqui considerado é o que classifica como tal toda pessoa nascida fora do local de residência atual. Conquanto se possa fazer restrição a esse conceito de imigrante, ela parece aplicável para a demonstração de assento no contexto deste trabalho. Para uma análise mais aprofundada da conceitualização de imigrantes, ver Isabel Rodríguez "Español y Inmigración de los Migrantes a la Estructura Económica y Social de la Ciudad de Bogotá", in Emilio Carabaz, editor, *Las Migraciones Internacionales*, Asociación Colombiana de Facultades de Medicina, 1989, pp. 70-82.

QUADRO 5.4

ACRESCENTE SECENTRIONAL DE PERIBAMBUCO: LOCAL DE NASCIMENTO DA MÃO-DE-OBRA URBANA PESQUISADA
Março/Maio 1960

(Porcentagens)

Local de Nascimento	SUBTOTAIS		
	I	II	Total
Local em que reside	54,0	35,9	92,2
Outros locais do mesmo município	13,3	12,3	27,9
Municípios vizinhos	11,9	21,7	34,8
Município de Foz de Iguaçu - Paraná	-	7,0	7,0
Município de Curitiba - Paraná	-	0,5	-
Outros Estados do Nordeste	-	5,1	5,8
Outros Estados fora do Nordeste	-	1,6	1,6
Total	100,0	100,0	100,0
	(22)	(69)	(219)

FONTE: Pesquisa domiciliar da FUNDAJ.

mais alta. De qualquer modo, a taxa de 15,5% de desemprego para todas as áreas urbanas do Agreste Setentrional de Pernambuco apresenta-se alta, se comparada com o índice relativo à Região Nordeste como um todo ^{5/}.

Pouco mais da metade dos 34 entrevistados que se encontravam desocupados à época da pesquisa apontam a falta de trabalho como a causa do seu desemprego, como se pode verificar no Quadro 5.5. As proporções qualitativamente menores aparecem, como explicação para a desocupação, a dedicação aos estudos e aos serviços domésticos. Ainda a respeito do Quadro 5.5, convém observar que o trabalho remunerado em alguma negócios da família não significa necessariamente ocupação, como assim o consideram três respondentes.

A distribuição setorial da mão-de-obra pesquisada pode ser vista no Quadro 5.6. As atividades comerciais destacam-se como sendo as que mais ocupam mão-de-obra. Seguem-se, em ordem decrescente de importância, os serviços, os transportes, a construção civil, a indústria, o setor público e as forças armadas. Essa distribuição mostra que nas cidades do Agreste Setentrional de Pernambuco as atividades comerciais são responsá-

^{5/} Cerca de 5,6% em 1970. Para efeito de referência ao desemprego aberto, o relativamente baixo índice de subemprego estimado em 1970 era de 3,3%. Leonardo da Silva Neto, O Emprego no Nordeste: Situação Atual e Evolução Recente - 1950/1970. Fortaleza, IUPERJ, p. 13.

QUADRO 5.6

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: CAUSAS DA DESOCUPAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA URBANA FEMINEA - 1970

(Porcentagem)

Causas da Desocupação	Ind. (%)		III	Total
	I	II		
Não encontra trabalho	100,0	50,0	52,8	54,3
Idade (muito moço, muito velho)	-	10,0	-	-
Problemas de saúde	-	-	-	-
Trabalho doméstico	-	10,0	2,7	11,4
Estudos	-	10,0	2,7	8,6
Ajuda à família	-	30,0	23,1	14,3
Baixos salários	-	10,0	2,7	5,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
	(2)	(3)	(1)	(34)

FONTE: Pesquisa direta da FORDA.

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: DISTRIBUIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA
URBANA OCUPADA POR MUNICÍPIOS - Março/Maio 1983

(Porcentagem)

Sub-setor	Sub-setor		Total
	I	II	
Indústria	30,0	49,2	64,8
Comércio	21,0	22,0	31,5
Transporte	10,0	14,0	19,5
Serviços pessoais	3,0	3,0	6,0
Serviços domésticos	-	"	0,0
Construção civil	15,0	7,5	22,5
Outros	20,0	7,5	30,0
Total	100,0 (20)	100,0 (185)	100,0 (165)

Fonte: Pesquisa direta da FUNDAJ.

veis pela grande maioria dos entrevistados de trabalho criadas^{6/}. Analisando o Quadro 5.6 a partir das três sub-áreas chegou-se a uma constatação inesperada: apesar de serem, justamente aquelas que têm maior quantidade de mão-de-obra e cidades mais populosas, são menores as porcentagens de trabalhadores ocupados em atividades industriais. Sendo em vista os resultados desta pesquisa, a averiguação da ocupação dos entrevistados é considerada como fazendo parte de um campo maior de investigações sobre a mão-de-obra pesquisada. Desse modo, não houve preocupação de, ao se proceder à seleção dos informantes, de buscar uma distribuição de respondentes que espelhasse a composição setorial da mão-de-obra nas áreas urbanas estudadas. Em outras palavras, os critérios que nortearam a confecção das amostras foram, essencialmente, prioritariamente para a identificação das necessidades de treinamento na área.

A análise das ocupações apresentada no Quadro 5.7, onde se vê que os balconistas, os taxistas, os condutores, os motoristas, dos veículos, os vendedores ambulantes representam mais da metade do número de entrevistados. Considerando-se outras ocupações que aparecem no quadro, com algum destaque, como é o caso dos paisanos, dos visitantes, dos costureiras, além de outras atividades como as de telefonista, de eletricitista, de embalador, de técnico em refrigeração e de embalador, constata-se

6/ A importância das atividades terciárias como ocupadoras de mão-de-obra é verificada também nas regiões metropolitanas do Nordeste. No caso, no entanto, as atividades de prestação de serviços apresentam-se como sendo o setor que isoladamente mais absorve mão-de-obra, no que difere das áreas urbanas do Agreste Setentrional de Pernambuco. Para uma descrição da distribuição setorial da mão-de-obra nas três regiões metropolitanas do Nordeste, ver: Clóvis Cavalcanti e Maria Inês, *O Setor Informal...*, p. 43; *A Procura de Espaço...*, p. 40; Clóvis Cavalcanti, *Viabilidade do Setor Informal - A Importância dos Serviços no Grande Recife*, Recife, 1978, pp. 41, 42.

Quadro 1.1

AGÊNCIA SUPLENTE DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS PÚBLICOS DO ESTADO DE GUAYANA - Georgetown, 1981.

(Porcentagens)

Ocupação Principal	Sexo			Total
	M	F	N	
Balconista	35,0	14,0	15,8	15,6
Locutor	5,0	-	-	0,6
Comerciante	15,0	6,5	8,6	8,1
Comerciário	5,0	16,8	14,2	14,6
Técnico de Refrigeração	-	3,8	-	1,6
Fotógrafo	-	1,9	-	1,2
Rádio-Técnico	-	0,9	-	0,6
Relojoeiro	-	3,9	1,7	1,6
Eletricista	-	1,9	1,7	1,6
Motorista	5,0	6,5	10,6	8,7
Pedreiro	5,8	1,7	1,7	2,4
Militar	-	3,7	-	0,6
Técnico em Eletrônica	-	0,9	-	0,6
Ferreiro	-	0,9	1,7	1,2
Vigilante	5,0	2,5	-	2,1
Sapateiro	-	0,9	-	0,6
Cabeleireiro	-	0,9	-	0,6
Bordadeira	-	0,9	1,7	1,2
Descarregador de caminhão	-	0,9	1,7	1,6
Vendedor ambulante	-	0,9	1,7	4,0
Costureira	-	-	1,7	0,6
Servente de Pedreiro	-	2,5	1,7	3,1
Sacbeiro	5,0	-	1,7	1,2

Fornelero	3,7	3,7	-	1,2
Professor (al)	5,0	-	-	1,2
Técnicos de Máquinas	-	3,7	-	0,6
Marchante	-	1,7	-	0,6
Pensionário Público	-	0,9	1,7	1,2
Encanador	-	0,9	1,7	1,2
Pintor de paredes	-	0,9	-	0,6
Lanterneiro	-	0,9	-	0,6
Caixa Comercial	-	1,9	-	1,2
Embalador	-	1,9	1,7	1,6
Chefe de limpeza	-	-	1,7	0,6
Auxiliar de contabilidade	-	-	3,7	1,2
Vendedor	-	-	3,7	1,2
Operador de casa de farinha	5,0	0,9	-	1,2
Padeiro	15,0	1,7	-	2,7
Fabricante de laje	-	0,9	-	0,6
Montador de calçamento	-	0,9	-	0,6
Datilógrafo	-	0,9	-	0,6
Escriturário	-	0,9	-	0,6
Agente de viagem	-	1,9	-	1,2
Mecânico	-	1,9	1,7	1,6
Seleiro	-	-	3,7	1,1
Oleiro	-	-	1,7	0,6
Sari	-	-	1,7	6,6
Garçon	-	0,9	1,7	1,1
Engraxate	-	0,9	-	0,6
Cambista	-	-	1,7	0,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
	(20)	(13)	(57)	(158)

SOURCE: Pesquisa direta da FUGDA.

uma nítida prevalência de ocupação ligadas ao comércio e à prestação de serviços, no que o Quadro 5.7 guarda coerência com o Quadro 5.6. A distribuição das atividades por subsetores está apresentada nos quadros de números 6A a 13A do Anexo.

Indagados se estavam satisfeitos com a ocupação atual, 44 (20,1%) dos entrevistados responderam que não. Os motivos para a insatisfação estão apresentados no Quadro 5.8, onde se observa que a falta de gosto pelo serviço, seguida pelo baixo nível dos ganhos, aparecem com maior frequência. A falta de gosto pelo serviço, conforme explicada pelos respondentes, pode significar tanto a indisposição ou inaptidão para o tipo de trabalho realizado, quanto o excessivo esforço físico requerido pelo trabalho, quanto a simples preferência por uma ocupação diferente. Por outro lado, mais de dois-terços (70,34) dos respondentes afirmaram que as suas ocupações coincidem com as respectivas profissões. As razões apontadas pelos informantes que têm ocupações diferentes das profissões são, por ordem decrescente de frequência: falta de gosto pela profissão, falta de trabalho no ramo da profissão, baixa remuneração e serviço pesado.

A principal forma de aprendizagem da ocupação dos entrevistados é o treinamento no próprio trabalho, como se vê no Quadro 5.9. Seguem-se, em ordem de importância, a auto-aprendizagem, os ensinamentos dados por parentes e amigos e as escolas profissionalizantes. O Quadro 5.9 sugere, consistentemente com os resultados apresentados nos dois capítulos anteriores, que o apren

QUADRO 5.8

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: NÍVEL DE INSATISFAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA CERANA COM A OCUPAÇÃO ATUAL (Porcentagens)

Variação da Insatisfação	Subárea I	Subárea II	Subárea III	Total
Não quanto ao serviço	75,3	41,4	36,4	47,3
O quanto é pouco	21,0	37,8	47,4	36,7
Nada de nada	-	6,8	-	4,3
Muito de mais	-	6,3	-	1,3
Insatisfação ao trabalho	-	6,4	9,1	5,9
Insatisfação insuficiente	-	-	9,1	3,2
Total	100,0 (14)	100,0 (29)	100,0 (11)	100,0 (44)

Fonte: Pesquisa direta da FUNDAJ.

QUADRO 5.9

AGRESSÃO SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: FORMAS DE APRENDIZAGEM E TIPOS DE TREINAMENTO - Março/Maio 1980

(Porcentagens)

Tipos de Aprendizagem	Subárea I	Subárea II	Subárea III	Total
Auto-aprendizagem	36,0	20,7	26,0	28,5
Através de parentes e amigos	20,0	18,9	21,0	20,2
No próprio trabalho	46,0	42,7	42,0	42,2
Escola profissionalizante	-	7,1	7,4	6,5
Curso de inglês	-	-	1,2	1,1
Curso de música	-	0,1	-	0,1
Curso de treinamento	4,0	0,7	-	0,0
Por correspondência	-	-	1,2	0,4
Centro de treinamento da Volkswagen	-	-	1,2	0,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
	(25)	(36)	(8)	(24)

FONTE: Pesquisa direta da FUNDAC.

dizado profissional da mão-de-obra. Assim, a demanda aparentemente não tem sido feita nos moldes das modernas técnicas de ensino, seja no nível médio, ou no superior, tendo-se, de fato, as formas simples, diretas e informais de aprendizagem.

De grande relevância para a definição de políticas de treinamento são as informações referentes às aspirações ocupacionais dos trabalhadores entrevistados. O Quadro 5.10 mostra que há uma preferência por atividades de comércio - seja como comerciante, seja como assalariada, no caso da balconista - e de profissões que permitem uma conciliação entre um certo status profissional e um nível de remuneração aceitável, como é o caso dos auxiliares de escritório, dos motoristas, dos bancários, dos mecânicos, dos eletricitistas, dos professores secundaristas, dos enfermeiros, dos rádio-técnicos e dos balconistas. O Quadro 5.10 mostra também que um número considerável de informantes gostaria de se dedicar a atividades agropecuárias, sendo possível também o número daqueles que prefeririam as ocupações que lhes conferissem autonomia funcional e administrativa, como é o caso das costureiras, dos padeiros, dos vendedores, dos feirantes.

O quadro que transmite as aspirações ocupacionais por faixas etárias dos entrevistados, por subáreas, não obstante ser de interesse analítico, não será reproduzido aqui em decorrência da sua extensão. O quadro revela, no entanto, alguns resultados dignos de menção. A primeira é a existência de certas preferências ocupacionais pela mão-de-obra mais jovem, ou seja, a qual com idade de até 18 anos. Portanto, destacam-se as aspirações

QUADRO 5.10

AGRENTIA SETENTRIONAL DE PESQUISA DE OCUPAÇÕES OCUACIONAIS DA MÃO-DE-OBRA URBANA - MPEC/ST/1988
(em porcentagem)

Ocupações Aspiradas	18-24	25-34	35-44	Total
Balconista	4,2	9,9	5,6	8,7
Recepcionista	4,2	0,4	-	1,0
Auxiliar de escritório	16,7	11,4	5,9	11,5
Comerciante	16,7	10,7	11,7	11,5
Pedreiro	-	0,6	1,4	1,0
Avicultor	-	0,9	2,8	1,3
Bancário	4,2	5,3	2,5	6,2
Psicóloga	-	0,4	-	0,5
Professor secundarista	4,2	2,1	-	1,8
Secretária	-	0,6	-	0,5
Motorista	2,5	9,1	-	10,6
Pintor de Paredes	-	0,6	12,7	0,5
Rádio-técnico	-	2,1	-	1,3
Carreteiro	-	1,5	-	1,0
Contador	-	2,8	1,4	1,0
Mecânico	8,3	2,3	1,4	2,6
Eletricista	-	3,8	1,4	2,2
Veterinário	-	0,4	-	0,5
Relojoeiro	-	1,5	-	1,0
Médico	4,2	1,5	-	1,3
Técnico de Refrigeração	-	0,6	-	0,5
Agricultor	4,2	3,1	2,1	4,8
Químico	-	-	1,3	0,5
Operador de empilhadeira	-	-	1,3	0,5
Marceneiro	-	0,6	1,3	0,5
Defensor	2,1	1,5	2,2	1,4
Teatrista	-	0,6	1,3	1,8
Pecuarista	8,3	2,3	-	0,5
Encadeador	-	1,5	1,3	2,6
Laboratorista	-	1,5	-	1,0
Costureira	-	2,1	-	0,5
Polícia feminina	-	0,6	1,3	2,6
Vendedor	-	0,6	-	0,5
Ferreiro mecânico	-	0,6	1,3	1,8
Padeiro	4,2	-	-	0,5
Ind. de confecções	-	2,1	5,6	2,2
Arteão de barro	-	1,5	-	0,5
Industriário	-	3,8	-	1,0
				0,5

Agrimensor	-	0,8	-	0,5
Bombeiro de gasolina	-	-	-	-
Técnico agrícola	-	0,8	-	0,5
Manicure	-	0,8	-	0,5
Maquinista	-	0,7	-	0,5
Descarregador de caminhão	-	0,7	-	0,5
Seleiro	-	-	1,4	0,5
Veterinário	-	-	1,4	0,5
Polícia Militar	-	-	1,6	0,5
Cobrador de ônibus	-	0,7	-	0,5
Vigilante	-	0,7	-	0,5
Artesão de couro	-	1,5	1,4	1,1
Advogado	-	1,5	-	1,0
Polícia rodoviária	-	0,7	-	0,5
Servidor público	-	-	1,4	0,5
Agente fazendário	-	0,7	1,4	1,0
Fotógrafo	-	-	1,4	0,5
Economia doméstica	4,7	-	1,1	0,5
Músico profissional	-	-	-	0,5
Peirante	-	0,7	-	0,5
Administrador de empresas	-	0,7	2,8	1,3
Cabeleleiro e Maquiador	-	-	1,2	0,5
Total	100,0 (24)	100,0 (22)	100,0 (22)	100,0 (226)

Fonte: Pesquisa direta da FIOCRUZ.

tes pelas profissões de motorista e de taxista. Seguem-se as profissões de bancário, técnico e auxiliar de escritório. Na faixa etária entre 19 e 24 anos repetem-se, com maior ênfase, o interesse pelas profissões de motorista, bancário e mecânico, mas surgem opções por ocupações de auxiliar de escritório e de contabilidade, de comerciante, de enfermeiro e de agropecuarista. Nas faixas de idade de 25 a 30 anos e de 31 a 35 anos predomina o interesse pela atividade de comerciante, sucedida pelas de motorista e de agropecuarista. Essa última ocupação, por sinal, passa a aparecer com maior frequência nas faixas etárias seguintes, sugerindo, provavelmente, um desejo de retorno ao campo por parte dos trabalhadores que alcançaram a maturidade etária.

As preferências ocupacionais por sexo parecem guardar consistência com a distinção clássica tradicional de empregos entre trabalhadoras dos dois sexos. Nos três subgrupos de entrevistados do sexo feminino demonstramos o desejo de desempenhar funções nas seguintes ocupações, por ordem decrescente de preferência: bancária, auxiliar de escritório, comerciária, costureira e bordadeira, comerciante, professor, secretária, auxiliar de escritório, enfermeira e cabeleleira. Todos resultados repetem-se em proporções bastante aproximadas nos três subgrupos.

O contraste das preferências ocupacionais com o nível de instrução dos informantes traz à definição mais precisa por parte daqueles que têm um nível secundária, completa ou incompleta. Quanto a isso, as preferências recaem sobre ocupações que ocorram no alto nível de instrução. No caso dos bancá-

rios, dos auxiliares de contabilidade e do escritório, dos escrivães, das enfermeiras e das professoras.

O Quadro 5.11 mostra os rendimentos mensais da mãe-da-cara entrevistada. Como se vê, naquele quadro, 9,7% dos informantes tinham rendimentos mensais iguais ou inferiores a meio salário mínimo^{7/} à época da pesquisa de campo. Os trabalhadores que tinham remuneração igual ou menor do que um salário mínimo representavam 39,4% dos entrevistados. Já os que ganhavam até dois salários mínimos por mês representavam 75,6% dos respondentes, resultado esse que denuncia a situação de pobreza em que viviam a grande maioria dos trabalhadores pesquisados^{8/}. Por outro lado, na subárea II uma parcela relativamente pequena de entrevistados apresentava-se com situação financeira um pouco melhor do que os respondentes das outras duas subáreas, já que 15,0% naquela subárea tinham rendimentos superiores a dois salários mínimos mensais.

O cruzamento dos valores relativos aos rendimentos mensais com a idade dos informantes não mostra uma associação perceptível entre nível de renda e curso de vida: trabalhadores jovens ou mais maduros tinham rendimentos maiores ou menores, indiferentemente. Tampouco a confrontação entre o grau de instrução e os rendimentos mensais dos respondentes revela uma correlação direta, já que trabalhadores de níveis de instrução diversos tinham

7/ O salário mínimo vigente na área no primeiro quadrimestre de 1980 era de Cr\$ 2.354,00.

8/ Essa situação revela-se ainda pior do que a dos trabalhadores urbanos do Nordeste como um todo, visto que, em 1970 26,7% tinham rendimentos mensais de até um salário mínimo e 39,3% recebiam até dois salários mínimos por mês. Cf. FERREI, op. cit., p. 12.

QUADRO 5.11

AGRESTE SETENTRIONAL, DE TERRA DECO: FAIXAS SALARIAIS DA MÃO-DE-OBRA URBANA, PESQUISA - Março/Maio 1980
(Porcentagens)

Faixas Salariais	Subáreas			Total
	I	II	III	
Rend. de Cr\$ 570:	-	-	-	-
De 591 a 1.182	10,0	12,3	1,1	3,4
De 1.183 a 2.354	15,0	40,2	3,8	20,7
De 2.355 a 4.710	15,0	28,1	39,2	27,2
De 4.711 a 7.062	15,0	10,5	17,5	14,5
De 7.063 a 9.414	5,0	3,5	4,1	4,2
De 9.415 a 11.820	-	4,7	5,3	5,0
De 11.821 a 14.224	5,0	-	1,1	3,1
De 14.225 a 16.628	3,0	-	2,2	2,6
De 16.629 a 19.032	-	-	1,1	1,1
De 19.033 a 21.436	-	-	-	-
Total	100,0 (30)	100,0 (57)	100,0 (155)	100,0 (155)

FONTES: Pesquisa direta da FUNDAT.

resultados também variados^{9/}.

Pouco tempo depois de 1961, dos entrevistados acreditavam que os seus ganhos poderiam ser aumentados em decorrência da participação na alíquota de desenvolvimento. As razões apontadas para essa descrença estão transcritas no quadro 5.12, no qual se vê que a saturação do mercado, a rigidez dos salários, a adequada capacitação, a simplicidade dos métodos de produção são os motivos mais freqüentemente mencionados. A esses motivos, que se referem quer às condições de funcionamento da economia - no caso dos problemas de mercado ou de salários - quer às características das ocupações - a qualificação profissional, por exemplo - somam-se outros que apontam para a insuficiência ocupacional, - como o indicam o condicionamento em função das vendas ou mesmo à mudança de ocupação.

Os entrevistados acreditam nos efeitos positivos do treinamento para o aumento da produtividade no trabalho apontadas, com maior freqüência, as representadas por a melhor qualificação teria sobre o seu desempenho, tanto em termos de maior prática, de maior experiência e de maior nível de trabalho, como se verifica no Quadro 5.13. Segundo a ordem de importância, as respostas que subordinam o sucesso do treinamento a mudanças de natureza variada, mas vão da falta de peças de maquinaria, à mudança de emprego ou de local de residência. As informações apre-

9/ Os Quadros contendo os cruzamentos de dados referidos deixam de ser reproduzidos neste trabalho tendo em vista a simplificação na apresentação dos resultados da pesquisa.

QUADRO 5.12

ACRESCITE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: RAZÕES PARA A DESCRENÇA POR PARTE DA MÃO-DE-OBRA ENTREVISTADA ACERCA DAS VANTAGENS DO TREINAMENTO - Março/Maio 1960
(Porcentagens)

Razões para descrença nas vantagens do treinamento	Subtítulos			Total
	I	II	III	
Riqueza dos salários	41,7	18,6	20,6	23,2
Não tem mais o que aprender	33,3	17,0	8,9	16,2
Mediocre a prática	16,7	26,4	29,4	26,3
Atividade não requer treinamento	8,0	5,6	17,7	10,1
Só se consegue se atiridade	-	5,7	5,8	2,8
Não se aumentou a produtividade	-	22,2	5,0	6,1
A concorrência é maior	-	1,6	-	2,0
Material e cara	-	-	3,0	3,0
Falta de peças de maquinaria	-	1,6	-	1,1
Não se aumentou o nível de produtividade	-	1,9	-	1,0
Só se aumentou o capital	-	1,3	5,8	3,0
O trabalho não oferece futuro	-	3,8	3,0	3,0
Total	105,0	100,0	100,0	100,0
	(17)	(52)	(34)	(99)

FONTE: Pesquisa Casaca da FUNDAZ.

ACRESTE SETENTRIONAL DE FERNAMBUCO: RAZÕES PARA A CRENÇA POR PARTE DA MÃO-DE-OBRA ACERCA DAS VANTAGENS DO TREINAMENTO - Março/Maio 1980
(Porcentagens)

Razão para a crença nas vantagens do treinamento	Subáreas			Total
	I	II	III	
Aumentaria o ritmo de trabalho	-	4,3	-	4,3
Teria curso profissionalizante	-	4,3	3,4	7,7
Maior experiência na função	10,3	9,7	11,3	9,8
Só se melhorar a maquinaria	20,0	14,5	13,8	14,5
Só com mudanças da profissão	-	6,7	10,3	8,3
Só num lugar mais desenvolvido	20,0	11,6	13,8	13,3
Maior diversificação na atividade	-	2,9	6,9	3,7
Só com menor concorrência	-	2,9	3,4	3,2
Só trabalhando numa empresa maior	10,0	10,1	6,9	9,2
Garheria mais prática e produtiva	30,0	20,4	20,7	21,4
Trabalhando por conta própria	10,0	11,6	10,3	11,1
Total	100,0 (101)	100,0 (69)	100,0 (29)	100,0 (108)

FCNTE: Pesquisa direta da FUNDAT.

ladas no Quadro 5.13 mostram que pouco mais de um-terço dos respondentes acreditam nos benefícios futuros decorrentes do treinamento. Os demais entrevistados aderem pelas vantagens da melhor qualificação funcional decorrente da atuação na atividade profissional e mesmo no local de residência.

Por outro lado, cerca de metade (50,3%) dos entrevistados acreditavam que os seus salários poderiam ser aumentados como resultado da sua participação em cursos de treinamento. Mais de dois-terços (73,5%) dos informantes, baseados no desempenho das suas funções ou em observações no trabalho, identificam necessidades de realização de cursos de treinamento para a mão-de-obra da área. Dos respondentes que não sentem a necessidade de promoção de cursos na área (Quadro 5.14), aparecem em maior número aqueles que justificam essa opinião a partir do grau de experiência ocupacional, do nível de conhecimentos, da capacidade de assimilação de métodos de produção, da educação formal e informal.

Os cursos de treinamento identificados pelos informantes como necessários estão listados no Quadro 5.15. As sugestões recaem, por ordem decrescente de frequência, nos cursos de técnicas de venda, de balançaista, de operador de escritório, de motorista, de práticas comerciais, de açougueiro, de electricista, de tratorista, de técnicas agrícolas e de tratamento fitossanitário. Nesse elenco de ocupações identificados há três tipos de preferências: a) pelas atividades ligadas ao comércio que, por sua natureza, podem conferir status profissional, autonomia ad-

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: PAZÕES APROPRIADAS PARA A DESCRENCIA
NA FALTA DE NECESSIDADE DE TREINAMENTO ADICIONAL - Março/Maio 1980

(Porcentagens)

Cursos oferecidos	Subáreas				Total
	I	II	III	Inta.	
Com bastante experiência	33,7	53,7	52,3	51,6	
Com conhecimento em nível básico	44,4	17,0	19,0	21,0	
Com curso profissionalizante	17,1	8,5	-	6,2	
Em estudo avançado	11,7	8,3	9,5	8,7	
Em preparação de especialização	-	12,8	14,3	12,7	
Não responde ou não profissionaliza avista	-	-	3,2	1,2	
Total	100,0 (3)	100,0 (4)	100,0 (2)	100,0 (17)	

Fonte: Pesquisa direta da FUCPEL.

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: PAZÕES E TIPOS DE TREINAMEN-
TO SUGERIDOS PELA MÃO-DE-OBRA URBANA - Março/Maio 1980
(Porcentagens)

Cursos e tipos de Treinamento	Sug. (nº)			Total
	I	II	III	
Balconista	12,3	12,3	14,1	15,4
Práticas comerciais	6,3	7,3	9,9	7,7
Expressão vocal	3,1	-	-	0,4
Técnicas de vendas	15,7	10,4	12,6	16,3
Curso prático de fo- tografias	-	1,5	-	0,0
Técnico em eletrôni- ca	-	1,5	-	0,8
Relojoeiro	-	1,5	1,3	1,2
Curso para eletri- cista	-	0,2	5,0	2,9
Motorista	9,3	6,8	11,5	9,8
Pedreiro	-	1,0	2,6	2,5
Tratorista	-	3,7	2,6	2,9
Tratorador de gado	-	1,5	-	0,6
Pintor de paredes	-	0,7	-	0,4
Sapateiro	-	0,7	-	0,4
Práticas de escri- tória	6,1	4,0	16,1	10,6
Bordado à máquina	-	0,7	-	0,4
Técnicas em avicul- tura	0,3	-	1,3	1,2
Treinamento em má- quina de tricotar	-	-	2,6	0,5
Agricultura	3,7	1,1	1,3	2,5
Técnicos de bombas hidráulicas	-	0,7	1,3	0,8
Aperfeiçoamento de professores	3,1	1,5	-	1,2
Manejaador de forno elétrico	0,3	0,7	-	1,2
Treinamento filosoa- fático	3,1	3,7	3,6	4,9

(continua...)

(conclusão)

Curso de mecânica	6,2	5,1	5,8	5,1
Caixa comercial	3,1	1,7	1,3	1,2
Estroquista	-	1,0	1,3	1,2
Curso da área indus- trial	-	0,7	-	0,4
Panificação	9,3	-	-	1,2
Técnicas de aplica- ção de lajes	-	1,7	1,3	0,8
Curso para oleiros	-	-	1,3	0,4
Técnica pecuária	3,1	-	-	0,4
Técnica em refrige- ração	-	1,3	-	0,8
Manejo do forno de farinha	-	-	2,6	0,8
Barbeiro	-	-	1,3	0,4
Curso de defesa pes- soal	1,7	-	-	0,4
Curso de Artes grá- ficas em geral	-	0,7	-	0,4
Cambista	-	0,7	-	0,4
Enfermagem	-	1,7	2,6	1,2
Total	100,0 (121)	100,0 (119)	100,0 (78)	95,0 (124)

FONTE: Pesquisa direta da FUNDAJ.

ministrativa e funcional, além da relativa facilidade de estabele-
cimento de negócios; bi) pelas ocupações relacionadas à prestação
de serviços que, ademais de proporcionar bons rendimentos no mais
das vezes, proporcionam certo status profissional; c) pelas ativida-
des vinculadas ao setor agropecuário, que tanto podem assegurar ga-
nhos satisfatórios e autonomia administrativa e funcional, quanto
proporcionar, para os imigrantes, um retorno a antigas ocupações ou
às áreas de origem. As proposições contidas no Quadro 5.15 de res-
to guardar visível semelhança com a distribuição das ocupações exer-
cidas pelos entrevistados (Quadro 5.7) e com as suas aspirações o-
cupacionais (Quadro 5.10), o que permite concluir que é alto o ní-
vel de satisfação ocupacional e que o desejo de mobilidade se dá
na direção de ocupações que, por se mostrar mais próximas quanto aos
requisitos de educação formal e de investimentos de capital, terão
maiores probabilidades de satisfazer as aspirações dos trabalha-
dores no tocante a status, autonomia e ganhos.

Indagados se uma melhor qualificação profissional
poderia contribuir para aumentar as suas condições de competição
por uma vaga no caso de serem anunciadas oportunidades de traba-
lho na área, mais de dois-terços (71,2%) dos entrevistados respon-
deram afirmativamente. As razões apontadas pelos restantes 28,8%
que não acreditam na sua competitividade profissional são, por ord-
em decrescente de freqüência, a falta de experiência, a falta de
cursos profissionalizantes, a preferência pelo trabalho por conta
própria, a idade avançada, problemas de saúde e a falta de documen-
tação.

Ainda com o objetivo de verificar as atitudes dos
entrevistados frente à eventualidade de mudanças na estrutura eco-

nômica da área, foi-lhes perguntado se estavam dispostos a ampliar o seu negócio ou de iniciar outra atividade produtiva, caso lhes fossem facilitados os recursos para isso. Cerca de quatro quintos (80,8%) dos informantes responderam afirmativamente. As razões apontadas para esse desejo foram, primeiramente, as possibilidades de maiores ganhos (no caso de ampliação da capacidade de produção), seguindo-se, para aqueles que gostariam de iniciar um novo negócio, a experiência profissional, o gosto pelo serviço, a demanda insatisfeita de mercadorias e serviços, a vontade de trabalhar autônomo e o desejo de mudar de profissão. Os motivos apresentados por aqueles que não têm interesse de ampliar ou iniciar-se em uma nova atividade são: temor de contrair dívidas, saturação do mercado, falta de interesse, preferência pela função de assalariado, idade avançada ou problemas de saúde, dificuldade de funcionar os negócios que gostariam de estabelecer, etc. Os entrevistados sugeriram as atividades listadas no Quadro 5.16. A análise das informações contidas naquele quadro mostra clara preferência pelas atividades comerciais, seguidas das de prestação de serviços e das agropecuárias. O Quadro 5.16 mostra-se muito detalhado não só pela variedade de ideais profissionais que apresenta, mas também por expor as oportunidades de investimento visíveis na cidade-obra local. Em outras palavras, aquelas são as atividades que os entrevistados gostariam de desenvolver, caso dispusessem de meios para tal.

A parte final deste capítulo será dedicada à análise da situação dos informantes que, à época de realização do trabalho de campo, estavam desempregados ou, se ocupados, estavam procurando outro emprego. O número de desempregados era de 56 trabalhadores, sendo que desses, 34 se encontravam desempregados, confor-

QUADRO 5.16

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: ATIVIDADES QUE A MÃO-DE-OBRA URBANA ENTREVISTADA GOSTARIA DE DESENVOLVER - Março/Maio 1980

(Porcentagens)

Atividades	Número (%)			Total
	I	II	III	
Merccaria	9,5	11,2	10,3	10,6
Supermercado	4,8	2,0	1,7	1,7
Hotel	4,8	-	-	0,5
Loja de Miudezas e perfumarias	9,5	5,1	-	3,9
Banca de revista	4,8	-	-	0,6
Padaria	14,1	-	-	1,7
Loja de eletrodomésticos	-	2,0	3,3	2,2
Estúdio fotográfico	-	2,1	-	1,7
Loja de material elétrico	-	2,1	-	1,1
Relojoaria	-	1,5	-	0,6
Agência de transportes	-	2,1	3,3	2,2
Loja de ferragens e material de construção	-	1,0	6,7	2,8
Comércio em geral	4,2	10,2	16,5	11,7
Oficina escola	-	1,1	-	0,6
Restaurante	-	1,1	1,7	1,1
Loja de material esportivo	-	1,1	-	0,6
Loja de confecções	4,5	10,2	5,3	8,9
Avicultura	-	1,1	4,7	4,4
Pecuária	9,5	1,1	5,3	5,5
Fábrica de tecidos	-	1,1	-	0,6
Fábrica de sapatos	-	1,1	-	1,1
Proprietário de táxi	9,5	1,1	8,3	5,0
Escritório de contabilidade	-	5,1	3,3	3,9
Oficina de conserto de aparelhos elétricos	-	1,0	-	0,6
Loja de tecidos	-	2,1	1,7	1,7
Oficina de torneiro mecânico	-	-	3,3	1,1

Loja de móveis	-	1,0	1,7	1,1
Comércio ambulante	-	-	1,7	0,6
Máquina de costura	-	1,1	-	1,1
Indústria de ladrilhos	-	1,0	-	0,6
Salão de beleza	-	1,3	1,3	1,7
Farmácia	4,8	1,1	1,3	2,8
Agência de automóvel	-	1,3	1,7	1,1
Fábrica de lajes	-	-	1,7	0,6
Açougue	4,8	-	-	0,6
Loja de sapatos	-	1,1	-	1,7
Banca de legumes	-	-	1,7	0,6
Loja de artesanato de couro	-	1,0	-	0,6
Banca na feira	-	1,3	-	0,6
Tipografia	-	1,0	-	0,6
Oficina de consertos de refrigeração	-	1,0	-	0,6
Oficina de automóveis	4,8	1,1	-	2,2
Torrificação e moagem de café	-	-	1,7	0,6
Venda de trabalhos em tecido	-	-	1,7	0,6
Construtora	-	1,1	1,7	1,1
Agricultura	4,8	1,1	1,3	1,9
Loja de auto-peças	-	-	-	0,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
	(31)	(31)	(31)	(179)

FONTE: Pesquisa feita na FUBA...

me foi visto anteriormente, os dados mostram, por conseguinte, mão-de-obra empregada que estava em busca de outra ocupação. Cerca de dois-terços dos trabalhadores em busca de emprego, buscavam-na na mesma profissão, sendo que os demais preferiam de mudar de ocupação. Os motivos apresentados pelos desempregados que, estando ocupados, procuravam outro emprego, eram, pela ordem de freqüência: desejo de melhorar os ganhos; vontade de mudar de ramo; preferência por um trabalho mais leve; incompatibilidade entre a atividade atual e a profissão.

De grande relevância são os dados contidos no Quadro 5.17, onde se observa que os desempregados não estavam procurando emprego há muito tempo. Destaca-se, ainda, que três-quartos (75,7%) estavam em busca de trabalho há menos de três meses. Essas informações, que em princípio sugerem a existência de excessos da capacidade de ajustamento da mão-de-obra ao mercado local de trabalho, por outro lado podem ser indicativas de níveis relativamente elevados de rotatividade da mão-de-obra, principalmente nas atividades ligadas ao comércio e à construção civil, e por sua facilidade de acesso a determinadas ocupações, notadamente as de prestação de serviços. Por outro lado, como o cruzamento dos dados relativos à busca de emprego com a idade, sexo e nível de instrução dos informantes não apresenta nenhuma particularidade relevante nesta, deixam de ser transcritos neste trabalho.

QUADRO 5.17

AGRESTE SERVIDORIAL DE PARVAMBUCO: TEMPO QUE A MÃO-DE-OBRA ENTREVISTADA
 TEM DEDICADO A PROCURA DE EMPREGO - Março/Maio 1980

(Porcentagens)

Número de semanas	Subáreas			Total
	I	II	III	
Menos de 1	-	-	-	-
1 - 2	36,7	4,6	5,9	47,2
3 - 4	32,0	44,4	29,3	105,7
5 - 21	-	46,6	47,1	93,7
22 - 37	-	31,1	11,6	42,7
Mais de 37	-	7,2	5,9	13,1
Total	68,7	136,3	100,5	305,5
	(21)	(68)	(33)	(33)

FONTE: Pesquisa direta de campo.

CAPÍTULO VI

VISÃO DE FUTURO1. Depressões e Oferta de Treinamento Profissional na Área Pesqueira: Um Cotejo

As informações contidas nos três capítulos precedentes mostram coerência com o que se sabe a respeito do atraso relativo - em comparação, por exemplo, com áreas de maior dinamismo da região Sudeste do País - em que se encontra o Agreste Setentrional pernambucano. De modo particular, as características das microunidades de produção, tanto as rurais quanto as urbanas, configuram uma situação que, de um modo geral, confirma as expectativas acerca da dimensão e significação do chamado setor informal. Igualmente, os trabalhadores envolvidos em atividades rurais ou urbanas apresentam traços educacionais e profissionais típicos da mão-de-obra dedicada à pequena produção. Filhos de uma satisfatória educação formal, inadequadamente treinados para as ocupações que exercem e mal-recompensados, esses trabalhadores acreditam nos benefícios de um treinamento profissional bem concebido e bem ministrado demonstrando, também, terem uma clara e realística noção das oportunidades de trabalho que se lhes apresentariam na área, no médio prazo. Registra-se, a propósito, que a modestia demonstrada pela grande maioria dos entrevistados no tocante às suas

aspirações ocupacionais, não deve ser tida como estímulo para a formulação de políticas condizentes a transformação das estruturas econômicas e sociais prevalentes na área. Pelo contrário, deve servir de alento para aqueles que, considerando as atuais circunstâncias institucionais, políticas e conjunturais do Brasil e da região Nordeste, percebem que o processo de modernização no Agreste pernambucano deverá se desenvolver de forma lenta e a custos financeiros relativamente altos. Contudo, desse modo, que as eventuais políticas de estímulo a modernização da área, longe de esbarrarem na apatia ou na resistência por parte da população, serão, por outro lado, reforçadas na sua implementação pelo realismo e exequibilidade das aspirações da força de trabalho.

De um modo geral, foi baixa a correspondência entre as sugestões dos entrevistados e o número de preparação de mão-de-obra oferecidos na área. O que se notou em indicações apresentadas nos Quadros 3.27, 4.13 e 5.11 e a listagem contida nos Quadros 13A, 14A e 15A do Anexo 111 é uma observação: os cursos de treinamento que foram oferecidos na área nos três anos que antecederam a época de realização dos trabalhos de campo apresentam uma variedade de tipos que não cobrem os alencos de cursos sugeridos pelos respondentes. Em termos do número de cursos oferecidos e de tamanho das listas de treinamento, observa-se também uma correspondência entre as sugestões dos informantes e as programações por parte das entidades responsáveis pelo treinamento. O Quadro 16A do Anexo 101 registra a presença da EMBRAPA, a EMATER, o SENAI e o SENAC, seguidos da SEAP e da SIA, não as entidades que têm tido uma presença mais marcante na área como promotoras

de cursos de treinamento de mão-de-obra. Considerando-se, por ou
tro lado, que os Quadros 13A a 16A do Anexo provavelmente não re-
presentam um levantamento completo - em vista da possibilidade de
ocorrência de promoções de cursos por parte de instituições de â
mbito local, sejam elas oficiais ou de caráter voluntário - che-
ga-se à conclusão de que a questão da qualificação da mão-de-obra
não tem sido negligenciada na área, sobretudo ainda que uma even-
tual tentativa de aplicação e testes finais dos programas de trei-
namento encontrará respaldo em uma ampla e porventura já acumula-
da.

Ainda a propósito da questão da existência versus oferta de cursos de treinamento no âmbito do Interior do Pernambu-
cabo, convém ressaltar que este estudo não se propõe a quantificar
ou fazer projeções da demanda de treinamento formal na área. As
razões para isso são várias. Em primeiro lugar, pela falta de seg-
uridade prática de um tal dimensionamento em uma região onde as ta-
xas de subemprego e de desemprego - e, em consequência, a rotati-
vidade da mão-de-obra - são tão elevadas. Em economias onde o sub-
emprego é quantitativamente considerável e o desemprego relativamen-
te pequeno, a tentativa de dimensionamento da projeção da demanda
de treinamento informal teria significado limitado como parte de um
estudo mais amplo que visasse diagnosticar a situação dos fatores
produtivos. Em uma economia como a do Nordeste pernambucano essa
quantificação só teria alguma utilidade se o transcrito e deter-
minados propósitos, como por exemplo um programa específico que se
pretendesse pôr em execução. Outras considerações que valeriam a
pena mencionar em suporte ao argumento acima e pouco significado
da tentativa de quantificação da demanda de treinamento informal

na área são as seguintes: a) a aparente existência de uma consi-
derável mobilidade espacial e funcional da mão-de-obra, principal-
mente a nível local, que deve ser acatada quando da ocorrência
das vagas; b) possibilidade de um "efeito multiplicador" dos con-
hecimentos adquiridos pelos treinados em programas anteriores,
que podem transmiti-los aos empregados do trabalho ou aos seus
empregados, conforme seja o caso; c) reconhecimento de que, prin-
cipalmente nas atividades agropecuárias, são inócuas as parên-
cias e os tipos de treinamento que teóricas ser oferecidos, o que
exigiria, na prática, que um agropecuarista passasse vários anos
participando de programas de treinamento. Em qualquer caso, chega-se à
conclusão de que a demanda de treinamento informal estaria condi-
cionada em grande parte pela capacidade de oferta das entidades
responsáveis pelo treinamento. Na área a quantificação e proje-
ção da demanda de treinamento informal em qualquer momento oficial
como teria pouco significado prático.

As considerações acima expostas a discussão para
a um plano mais geral de análise do papel que a educação infor-
mal pode desempenhar na transformação da economia tradicional
rural. Uma primeira questão que se coloca diz respeito às expec-
tativas que se possam ter quanto a esse papel. Aparentemente são
duas as formas que essa contribuição pode tomar. A primeira pode-
ria manifestar-se, em resumo, através do aumento da produtividade
de média da mão-de-obra. Nesse caso, a educação em presente que a
educação, seja a formal ou a informal, tem os seus efeitos con-
dicionados pelas eventuais mudanças estruturais do incremento da
produtividade dos outros fatores produtivos e, conseqüentemente,

do sistema econômico como um todo. Assim, se iniciarmos com vistas ao aperfeiçoamento da educação, devemos acompanhar outras medidas tendentes a racionalizar a produção e a distribuição produtivas. A educação deve ser vista, na consequente, como parte de um elenco amplo de iniciativas modernizadoras. A outra forma de contribuição seria a de considerar a educação como um meio de indução às mudanças. Também nesse caso, os efeitos transformadores da educação mantêm-se na dependência de estímulos outros que, pela sua amplitude e abrangência, influenciam estilos de vida e programas (relativos não raro seculares. Deve-se considerar ainda que, conforme foi mencionado no Capítulo I, as contribuições que a educação poderá oferecer ao processo de modernização poderão ser significativamente facilitadas se forem apoiadas por medidas que visem a garantir os interesses utilitaristas dos beneficiários do treinamento. As outras possibilidades, por mais eficientes - em termos de programação - e por mais eficazes - no tocante à execução - que possa ser o projeto de treinamento informal de apoio a um país em via de modernização, os seus efeitos poderão se diluir se os outros aspectos complementares não forem igualmente eficientes e eficazes. O corolário dessas considerações seria, naturalmente, de que a falta de capacitação funcional e de motivação para o trabalho por parte da população poderia prejudicar o projeto modernizador de uma sociedade.

2. A Guisa de Conclusão

Considerando-se a atual situação da economia do Agreste Setentrional de Pernambuco e levando-se em conta as atribuições do PCLONORDESTE, assim como a capacidade física de atuação das diversas entidades responsáveis pelos programas de treinamento informal na área, os resultados desta pesquisa levam à conclusão de que, de um modo geral - sem que se façam considerações mais detidas acerca do caráter do modelo econômico brasileiro e da situação do Nordeste visu-à-vis as outras regiões do país -, estão corretas as linhas de atuação das atuais instituições.

Como foi visto no Capítulo I, foram detectadas deficiências ou distanciamentos entre os programas de treinamento informal na área e as necessidades apontadas por os entrevistados. Não estão em discussão aqui as questões relativas à qualidade ou à eficácia dos programas oferecidos. De acordo com o que se poderia fazer um parêntese aqui, para se mencionar o fato que se tem tornado constantemente recorrente nos estudos sobre a qualidade da educação, tanto formal quanto informal, em áreas menos desenvolvidas. Trata-se dos diagnósticos feitos em que, no mais das vezes identificam problemas quanto à adequação dos currículos, à ineficácia dos métodos de ensino, à desqualificação do professorado, ao irrealismo dos calendários escolares, ao rigorosismo dos pré-requisitos intelectuais dos candidatos ao treinamento, à inapropriada localização das escolas, etc. A averiguação das causas mais profundas desses problemas, e a busca das suas possíveis soluções são questões que, não de fato, se a sua grande

relevância, não parece terem encontrado as respostas desejadas. Esse parece ser um vastíssimo campo para investigação, inclusive porque extrapola as fronteiras da pedagogia educacional, para convergir pelas interpretações do tipo "campo" do caráter da sociedade em estudo.

Por outro lado, as informações de POLONORDESTE e o conhecimento da sua atuação no Nordeste Setentrional de Pernambuco permitem concluir que os problemas que mais contribuem para o atraso relativo da área - que se repetem, essencialmente, repetem-se, daqueles encontrados em outras sub-regiões do Nordeste - têm sido acertadamente identificados nas diversas linhas de atuação daquele programa em matéria de: organização fundiária, de apoio ao crédito, de melhoria da qualidade dos insumos, de extensão rural, de racionalização da mecanização, de incentivos ao cooperativismo e de assistência técnica ao setor agropecuário, bem como de assistência em matéria de ensino-gestão geral, ademais do estímulo à utilização de técnicas de tecnologias para a pequena produção urbana, constatada um eloquente acesso a essa afirmação. Cabe a ressalva, porém, que a razão para a existência dessas linhas de atuação não implica na constatação da eficiência da sua execução ou da eficiência dos seus resultados. Dada a diversidade daquelas linhas de atuação, bem como da variedade de organismos que necessariamente têm que ser envolvidos na sua implementação, o conjunto das que se defronta o POLONORDESTE parece enorme. A avaliação dos resultados alcançados por aquele programa no âmbito do trabalho de campo - tempo a tempo é matéria para este trabalho.

No tocante ao tema central deste estudo, i.e., a identificação das necessidades de tratamento informal no Nordeste Setentrional pernambucano, o desafio que se apresenta é o de, na zona rural, conciliar as necessidades de, sobretudo o problema da corrente da dispersão espacial das unidades produtivas - e, consequentemente, da mão-de-obra a ser utilizada - oferecer um elenco de cursos que atendam aos requisitos de necessidades econômicas que na realidade constituem processos caracterizados por diversas etapas igualmente passíveis de aperfeiçoamento, e, mais das vezes, nas áreas urbanas, o problema da dispersão, comparado incomparavelmente menor do que na zona rural, talvez porque, como bem o comprova a multiplicidade de pequenos negócios, tanto de localização fixa como ambulante, que se espalham pelas áreas centrais e pela periferia das cidades nordestinas.

A N E X O

Quadro 1A₁

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: DISTRIBUIÇÃO
DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA POR ESTRATO DE ÁREA
Março/Maio 1980
(Porcentagens)

Estratos de Área (hectares)	Subárea 1		Total
	EMATER	Casa do Agricultor	
Menos de 2	-	-	-
2 - 5	27,2	100,0	28,6
6 - 10	18,2	-	21,4
11 - 15	18,2	-	21,4
16 - 20	18,2	-	14,2
21 - 30	9,1	-	7,1
31 - 50	9,1	-	7,1
51 - 70	-	-	-
Mais de 70	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0
	(11)	(11)	(14)

Fonte: Pesquisa direta da FUNRAC.

Quadro 1A₂

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: DISTRIBUICAO DA ASSISTENCIA
TECNICA POR ESTRATO DE AREA - Março/Maio 1960
(Porcentagens)

Estrato de Área (hectares)	Subárea II						Total
	EMATER	CISAURO	Cooperativa Agrícola	Casa do Agri- cultor	Banco do Brasil	Familia	
Menos de 2	6,4	-	-	-	-	-	6,4
2 - 5	40,4	-	33,3	50,0	50,0	66,7	103,5
6 - 10	16,2	-	33,3	25,0	-	-	100,0
11 - 15	11,5	100,0	11,1	25,0	50,0	33,3	113,5
16 - 20	3,6	-	-	-	-	-	3,6
21 - 30	4,4	-	22,3	-	-	-	5,0
31 - 50	8,1	-	-	-	-	-	8,1
51 - 70	5,7	-	-	-	-	-	5,7
Mais de 70	3,6	-	-	-	-	-	3,6
Total	100,0 (107)	100,0 (11)	100,0 (9)	100,0 (21)	100,0 (2)	100,0 (3)	100,0 (11)

Quadro 1A3

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: DISTRIBUIÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA POR ESTRATO DE ÁREA - Março/Maio 1980

(Porcentagens)

Estrato de Área (hectares)	Subárea III						Total
	EMATER	PRONASA	Cooperativa Agrícola	Banco do Brasil	Casa do Agricultor	D.P.A.	
Menos de 2	-	-	-	-	-	-	-
2 - 5	11,4	-	15,8	-	-	-	11,4
6 - 10	25,7	10,7	20,5	-	-	-	56,9
11 - 15	5,6	-	5,5	-	100,0	-	10,1
16 - 20	2,9	-	16,5	-	-	-	19,4
21 - 30	2,9	16,7	-	-	-	-	19,6
31 - 50	31,4	35,3	15,8	-	-	-	82,5
51 - 70	11,4	10,7	15,8	100,0	-	55,1	197,0
Mais de 70	5,7	10,0	10,5	-	-	-	26,2
Total:	100,0 (35)	100,0 (6)	100,0 (13)	100,0 (1)	100,0 (1)	100,0 (1)	100,0 (1)

QUADRO 2A₁

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: DISTRIBUIÇÃO DA ASSISTÊN
CIA FINANCEIRA POR ESTRATOS DE ÁREA - Março/Maio 1980

(Porcentagens)

Estratos de Área (hectares)	Subárea I			Total
	Banco do Brasil	Bandepe	Banco Auxiliar de Caruaru	
Menos de 2	-	-	-	-
2 - 5	46,7	100,0	-	47,0
6 - 10	6,7	-	100,0	11,8
11 - 15	13,3	-	-	11,8
16 - 20	13,3	-	-	11,8
21 - 30	13,3	-	-	11,7
31 - 50	6,7	-	-	5,8
51 - 70	-	-	-	-
Mais de 70	-	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
	(15)	(1)	(2)	(17)

FONTE: Pesquisa direta da FUNDAJ.

Quadro 2A₂

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: DISTRIBUIÇÃO DA ASSISTÊNCIA
FINANCEIRA POR ESTRATO DE ÁREA: Março/Maio 1980

(Porcentagens)

Estrato de Área (hectares)	Subárea II						Banco de Mi- das locais
	Banco de Bra- silia	BANDIPE	ENB	Cooperativa Agrícola	Banco Auxi- liar de Cama- rã	Banco de Mi- das locais	
Menos de 2	3,7	5,2	-	-	100,0	-	100,0
2 - 5	42,0	43,8	21,4	15,7	-	100,0	58,1
6 - 10	17,3	12,5	14,5	53,3	-	-	31,3
11 - 15	11,1	6,2	23,4	-	-	-	11,0
16 - 20	4,9	-	-	-	-	-	3,4
21 - 30	7,4	12,5	14,3	16,7	-	-	4,3
31 - 50	4,5	-	21,4	16,7	-	-	6,8
51 - 70	7,4	18,8	-	19,6	-	-	8,3
Mais de 70	3,3	-	7,2	-	-	-	1,7
Total	100,0 (81)	109,0 (16)	100,0 (14)	100,0 (6)	200,0 (1)	100,0 (1)	100,0 (11)

Quadro 20₃

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: DISTRIBUIÇÃO DA ASSISTÊNCIA
FINANCEIRA POR ESTRATO DE ÁREA: Março/Maio 1980

(Porcentagens)

Especificação	Subárea I-1					Cooperativa Agrícola	Total
	Banco de Bra- sília	SANDEPE	BANORTE	BRÁDESCO	BNB		
Novos de 2	-	-	-	-	-	-	-
2 - 5	15,1	-	-	-	18,2	-	11,1
6 - 10	19,9	53,3	-	19,7	-	-	15,7
11 - 15	10,0	-	50,0	-	9,1	-	11,0
16 - 20	4,5	-	-	-	9,1	-	4,5
21 - 30	4,5	-	-	-	-	-	3,0
31 - 50	40,1	53,3	50,0	53,3	18,2	53,0	47,1
51 - 70	15,2	53,4	-	53,3	27,2	50,0	28,0
Mais de 70	6,5	-	-	16,7	18,2	-	8,4
Total	130,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	(10)	(5)	(2)	(6)	(11)	(2)	(7)

Quadro 3A

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: EXISTÊNCIA DE ROTATIVIDADE DA MAD-DI-ORBEA NOS ESTABELECIMENTOS AGRICOLAS, POR ESTRATO DE ÁREA - Março/Maio 1988

(Porcentagens)

Estrato de Área (hectares)	Subárea I		Subárea II		Subárea III		Total
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	
Menos de 2	-	-	11,3	2,0	-	-	5,8
2 - 5	27,2	60,0	28,3	52,0	15,8	7,7	23,7
5 - 10	18,2	10,0	12,0	11,5	22,8	23,0	17,0
11 - 15	18,2	-	9,8	10,4	10,5	30,5	10,5
15 - 20	9,1	10,0	1,4	8,2	7,1	7,7	1,4
21 - 30	18,2	-	9,8	6,2	5,5	7,7	7,0
31 - 50	9,1	-	5,6	2,0	21,0	15,4	12,4
51 - 70	-	-	8,4	4,1	14,0	7,7	10,4
Mais de 70	-	-	7,8	-	5,3	-	3,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	(22)	(10)	(71)	(46)	(57)	(15)	(18)

QUADRO 5A

MARCHE SIENTRIONAL DE PERMANUCCO: ENTIADIES QUE TEN MUISTADO ASSISTENCIA FINANCEIRA AS MICROINDUSTRIAS -
 Março/Maio 1980

(Porcentagens)

Estabelecimento	Subárea I				Subárea II				Subárea III						
	Até 1971	72/74	75/77	78/80	Total	Até 1971	72/74	75/77	78/80	Total	Até 1971	72/74	75/77	78/80	Total
Associação Brasil	100,0	100,0	100,0	11,2	40,0	-	-	55,3	35,0	32,8	50,0	100,0	50,0	40,0	47,9
AVAP	-	-	28,0	20,0	33,3	-	-	33,3	42,5	39,3	50,0	-	-	26,6	21,8
AVAP II	-	-	-	-	-	-	-	22,2	2,5	5,2	-	-	-	6,7	4,3
CDRSCA	-	-	-	-	-	-	-	5,6	10,0	8,2	-	-	20,0	6,7	8,7
COOP. AGRICOLA	-	-	-	-	-	-	-	5,6	5,0	4,0	-	-	20,0	13,3	13,0
MACO - MO	-	-	-	-	-	-	-	-	2,5	1,6	-	-	-	-	2,1
ME. RATIVA DE C. D. 10	-	-	28,0	20,0	66,7	-	-	-	-	3,3	-	-	-	6,7	4,3
CRÉDITO PESSOAL	-	-	28,0	26,0	-	-	-	-	2,5	1,6	-	-	-	-	3,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
(1)	(2)	(1)	(7)	(3)	(5)	(18)	(40)	(51)	(2)	(8)	(15)	(25)	(25)	(25)	(25)

QUADRO 5.A

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: EXISTÊNCIA DE ROTATIVIDADE
DA MÃO-DE-OBRA NAS MICROINDÚSTRIAS, POR NÚMERO DE TRABALHADO-

RES - Março/Maio 1980.

(Porcentagens)

Número de empregados	Subárea I		Subárea II		Subárea III		Total	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
1 - 3	-	27,3	12,0	43,0	32,1	43,6	18,7	41,7
4 - 6	60,0	72,7	57,1	35,4	39,3	34,4	50,7	38,9
7 - 9	20,0	-	12,0	6,2	17,8	3,1	16,0	4,6
10 - 12	20,0	-	7,1	6,2	10,6	12,5	8,0	7,4
13 - 15	-	-	4,7	4,6	-	3,1	2,6	3,7
Mais de 15	-	-	7,1	4,6	-	3,1	4,0	3,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	(5)	(11)	(42)	(65)	(28)	(32)	(75)	(106)

FONTE: Pesquisa direta da FUNDAJ

QUADRO 6A

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: ATIVIDADES COMERCIAIS DESEMPENHADAS PELA MÃO-DE-OBRA URBANA - Março/Maio 1980
(Porcentagens)

Atividades	Subáreas			Total
	I	II	III	
Caixa comercial	-	2,0	-	1,2
Merccaria	59,0	10,0	3,6	12,1
Bijouterias e miu dezas	-	16,4	35,6	21,8
Ferragens e material de construção	-	4,1	4,6	3,6
Farmácia	10,6	2,0	14,3	6,0
Movelaria	-	4,1	-	2,4
Venda de bebidas	-	6,1	3,6	4,8
Supermercado	16,6	6,1	14,3	9,7
Confecções	-	6,1	3,6	4,8
Posto de gasolina	-	4,1	-	2,4
Venda de resíduo de algodão	-	2,0	-	1,2
Lanchonete	16,6	6,1	7,1	7,2
Comércio de tecidos	-	6,3	7,1	7,2
Comércio de calçados	-	6,1	7,2	6,0
Venda de produtos agrí colas	-	4,1	-	2,4
Comércio de eletrodo- mésticos	-	4,1	-	2,4
Hotel	-	2,0	-	1,2
Restaurante	-	2,0	-	1,2
Venda de peças de rá dio e TV	-	2,0	-	1,2
Comércio de vidros	-	2,0	-	1,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
	(6)	(149)	(28)	(83)

Fonte: Pesquisa direta da FUNDAG.

QUADRO 7A

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DESEMPENHADAS PELA MÃO-DE-OBRA URBANA - Março/Maio 1980

(Porcentagens)

Atividades	Subáreas			Total
	I	II	III	
Operador de bomba d'água	-	-	2,2	2,2
Fotógrafo	-	2,0	-	2,0
Técnico de eletro domésticos	-	8,8	-	8,8
Mecânico de auto-móveis	-	2,0	6,7	8,7
Relojoeiro	-	2,0	-	2,0
Sapateiro	-	2,2	-	2,2
Costureira	-	2,0	8,8	10,8
Torneiro	-	2,2	-	2,2
Barbeiro	25,0	2,2	2,3	29,5
Manicure	-	2,0	-	2,0
Faxineiro	-	-	2,2	2,2
Eletricista	-	2,2	-	2,2
Marceneiro	-	4,4	-	4,4
Marchante	-	2,2	-	2,2
Encanador	-	2,2	-	2,2
Lanterneiro	-	2,2	-	2,2
Vigilante	25,0	2,0	-	27,0
Vendedor de passagens	-	2,2	-	2,2
Seleiro	-	-	6,5	6,5
Descarregador de ca-minhão	-	-	2,2	2,2
Bordadeira	-	-	2,2	2,2
Pedreiro	25,0	-	-	25,0
Engraxate	-	2,2	-	2,2
Escriturário	25,0	-	-	25,0
Carbista	-	2,2	-	2,2
Total	100,0	100,0	100,0	300,0
	(4)	(29)	(11)	(44)

FONTE: Pesquisa direta da FURBPAJ.

QUADRO 8A

ACADESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: ATIVIDADES DE TRANSPORTE DESSEMPENHADAS
PELA MÃO-DE-OBRA URBANA - Março/Maio 1980
(Porcentagens)

Atividades	Subáreas			Total
	I	II	III	
Transporte de mercadorias	50,0	20,0	25,0	25,0
Transporte de pequenas entregas	-	-	12,5	3,3
Transporte de pessoas	50,0	60,0	25,0	45,0
Transporte de mercadorias e pessoas	-	20,0	37,5	25,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
	(21)	(10)	(69)	(20)

Fonte: Pesquisa direta da FUNDAC.

QUADRO 98

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: ATIVIDADES DO SETOR PÚBLICO DESEMPENHADAS
 PELA MÃO-DE-OBRA URBANA - Março/Maio 1980
 (Percentagens)

Atividades	Subáreas			Total
	I	II	III	
Interpreira	-	25,0	-	14,3
Professor	100,0	50,0	-	42,9
Coletoria estadual	-	-	50,0	14,3
Escriturário (Prefeitura)	-	25,0	50,0	28,5
Total	100,0 (1)	100,0 (4)	100,0 (2)	100,0 (7)

FONTE: Pesquisa direta da FUNICAJ.

QUADRO 16A

AGRESTE SETENTRIONAL DE FERNAMBUCO: ATIVIDADES MILITARES DESEMPENHADAS
PELA MÃO-DE-OBRA URBANA - MARÇO/Maio 1980
(Porcentagens)

Atividades	Subáreas			Total
	I	II	III	
Polícia Militar	-	100,0	-	100,0
Total	-	100,0 (1)	-	100,0

FUNTE: Pesquisa direta da FUNDAC.

QUADRO 11A

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: ATIVIDADES LIGADAS À CONSTRUÇÃO CIVIL DESEMPENHADAS PELA MÃO-DE-OBRA URBANA - MARÇO/Maio 1980

(Porcentagens)

Atividades	Subáreas			Total
	I	II	III	
Construção de Residências	33,3	11,1	25,0	18,8
Construção de Prédios Comerciais	-	11,1	-	6,2
Difícil de precisar	-	-	25,0	6,2
Ferramentas	33,3	22,2	25,0	25,0
Fabrico de lajes	-	11,1	-	6,2
Trabalho de pedreiro	33,3	44,4	25,0	37,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
	(3)	(9)	(4)	(16)

QUADRO 12A

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: ATIVIDADES INDUSTRIAIS DESEMPENHADAS
PELA MÃO-DE-OBRA URBANA - MARÇO/Maio 1980
(PORCENTAGENS)

Atividades	Subáreas			Total
	I	II	III	
Tipografia	-	16,7	-	8,3
Sedaria	75,0	66,6	50,0	66,8
Casa de farinha	25,0	-	-	8,3
Olaria	-	16,7	-	8,3
Fábricas de doces	-	-	50,0	8,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
	(4)	(6)	(2)	(12)

Fonte: Pesquisa Direta de FUNDAC.

QUADRO 13A

AGRUPAÇÃO SETENTRIONAL DE FARMACÊUTICO: PROGRAMAS DE TREINAMENTOS ORIENTADOS PARA O SETOR AGROPECUÁRIO, POR TIPOS DE CURSOS - 1977/1980

Cursos Oferecidos	Anos				Totais			
	1977	1978	1979	1980*				
Nº de cursos oferecidos	Nº de cursos	Nº de cursos oferecidos	Nº de cursos oferecidos	Nº de cursos oferecidos	Nº de cursos oferecidos			
Agricultura e Horticultura	32	212	-	189	52	82	01	132
Apicultura	-	-	11	63	32	40	03	103
Extensão Animal	3*	12	153	31	-	-	10	108
Medicina	-	-	6*	44	-	-	-	50
Zootecnia	13	114	2.105	194	04	60	12	2.175
Caprinocultura	-	-	10	46	-	-	-	56
Caprinocultura	-	-	25	-	01	13	-	38
Cooperativismo	-	-	-	-	-	-	-	-
Diagnóstico Veterinário	01	12	-	-	-	-	01	13
Fruticultura	-	-	-	40	01	22	02	62
Olericultura	-	-	-	40	-	-	01	46
Plantas Alimentícias	-	-	30	-	-	-	01	26
Cultivo de:								
Abacaxi	-	-	01	-	-	-	01	19

Cultivo de:

Alface/pé- queno	-	-	-	-	01	20	-	-	01	20
Alcofão	04	58	-	-	01	43	01	50	06	143
Algodão/feijão/milho	01	13	44	639	57	100	06	90	58	502
Banano	-	-	32	24	06	23	-	-	08	37
Cana	-	-	31	1	-	-	-	-	01	11
Cebolinho/ coentro	-	-	-	-	21	18	-	-	01	18
Cenoura	01	19	06	72	01	12	-	-	09	95
Congonha/pi- nentão	-	-	-	-	01	16	-	-	01	16
Fenofã	-	-	-	-	-	-	02	70	02	72
Latona	-	-	-	-	01	40	-	-	01	40
Mandioca	-	-	19	318	01	105	04	64	01	109
Mandioca/feijão	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-
Milho	-	-	-	-	-	-	02	83	02	85
Milho/feijão/pe- queno	01	13	41	634	21	102	05	97	01	109
Milho/Feijão/ Marone	-	-	-	-	01	15	-	-	01	15
Pimentão	-	-	-	-	01	19	-	-	01	19
Repolho	-	-	-	-	02	23	-	-	02	23
Tomate	-	-	01	15	02	33	02	30	05	78

Continuação de...

(conclusão)

Professor Rural:	03	98	03	101	04	88	-	-	10	287
Sciencultura	-	-	01	102	07	06	01	36	03	112
Técnicas Agrícolas	1	-	01	20	-	-	-	-	01	20
Tratadistas	02	57	-	-	-	-	-	-	02	57
Totais	10	694	203	4.458	132	2.250	34	732	499	6.089

Fonte: Secretaria da Agricultura de PE. MATRIZ: Curação de Saúde Anual de Médicos - FOLHAS.

* Situação em junho de 1960.

QUADRO 14A

AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO: PROGRAMA DE TREINAMENTO ORIENTADOS
PARA O SETOR INDUSTRIAL, POR TIPOS DE CURSOS - 1977-1980

Cursos oferecidos	1977		1978		1979		1980*		Totais Nº de cursos c/1980
	Nº de cursos	Nº de con- cluintes	Nº de cursos	Nº de con- cluintes	Nº de cursos	Nº de con- cluintes	Nº de cursos	Nº de con- cluintes	
Afinador de motores	-	-	02	16	01	05	-	-	03
Ajustador mecânico	03	22	01	12	23	50	07	19	33
Colunista Industrial	02	72	24	179	33	145	01	51	10
Reparação de motores a óleo	-	-	-	-	01	25	01	27	02
Mecânico de Máquina de Cortar e Injeção	-	-	01	75	-	-	-	-	01
Curso de manutenção de Sustentação de Máquinas e Ferramentas	-	-	-	-	04	35	13	201	16
Totais	05	95	29	206	13	200	16	257	62

Fonte: SENAI: Núcleo de Assistência Industrial (NAI)

* Situação em Junho de 1980.

QUADRO 15A

ACRÉDITO BUDGETÁRIO DE PERNAMBUCO: PROGRAMAS DE CURSOS DE GRADUAÇÃO
 PARA O SETOR TERCIÁRIO, POR TIPOS DE CURSOS - 1977/1980

Curso oferecido	Anos								Totais Nº de cursos oferecidos
	1977		1978		1979		1980		
	Nº de cursos oferecidos	Nº de cursos oferecidos	Nº de cursos oferecidos	Nº de cursos oferecidos	Nº de cursos oferecidos	Nº de cursos oferecidos	Nº de cursos oferecidos		
Administração de Empresas	4	-	-	06	112	-	-	04	112
Administração de Recursos Humanos	-	-	-	04	22	-	-	-	-
Administração de Marketing	12	16	-	-	-	-	3	10	28
Administração de Serviços	10	10	10	10	62	10	10	27	144
Administração de Turismo	10	11	11	10	11	10	10	10	87
Administração de Transportes	10	11	11	10	11	10	10	10	87
Auxiliar Administrativo	03	15	17	09	256	07	124	14	816
Auxiliar de Cabeleleira	-	-	03	03	63	01	28	27	150
Auxiliar de Administração Hospitalar	-	-	-	-	-	01	20	01	21

(continuação...)

Auxiliar de Garçon	-	-	-	-	01	05	-	-	-	-	05	05
Auxiliar de Labores Líquido	01	07	02	03	07	05	-	-	-	-	04	33
Auxiliar de Atendimento de Programas de Nutrição e Saúde	-	-	01	49	07	30	-	-	-	-	05	79
Auxiliar de Serviços Gerais	-	-	01	20	-	-	-	-	-	-	02	36
Auxiliar de Cozinha	-	-	13	260	70	415	-	-	-	-	42	693
Atas Históricas	-	-	04	21	01	46	-	-	-	-	07	111
Autômatos	-	-	-	-	01	30	-	-	-	-	03	3
Beleza	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bibliotecas	-	-	01	11	-	-	-	-	-	-	01	17
Bombas de Vácuo	-	-	01	11	-	-	-	-	-	-	-	15
Bites	-	-	-	-	-	30	-	-	-	-	-	-
COLETA DE LIXO	03	11	10	321	70	366	-	-	-	-	62	68
Coordenador Administrativo	01	10	12	261	16	252	-	-	-	-	64	340
Coordenador de Atividades	-	-	07	30	-	-	-	-	-	-	03	30
Chefes e Líderes	-	-	-	-	02	28	-	-	-	-	03	47
Confecção de Alimentos	-	-	01	13	-	15	-	-	19	-	02	30
Confecção	-	-	04	50	-	55	-	-	-	-	08	175

(continua...)

Copieira e cozinheira	02	27	-	-	02	75	-	-	04	52
Corte e costura	14	255	40	609	42	666	-	-	105	1.619
Crachô	-	-	32	525	32	440	-	-	64	504
Dactilografia	14	408	07	293	08	113	13	20	20	899
Dactilógrafo copista	-	-	12	232	04	90	05	73	21	395
Decoração de festas de aniversário	-	-	-	-	01	15	-	-	07	15
Desenho Artesanal e Básico	-	-	01	15	-	-	01	14	02	25
Directores e Responsáveis das Empresas da Associação Brasileira de	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Telex e telegramas	-	-	-	-	07	102	01	47	06	155
Receitas e orçamentos coligados	-	-	-	-	07	32	-	-	07	44
Relatório administrativo	14	24	04	35	-	-	-	-	11	70
Relatório de trabalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Relatório	14	21	06	124	04	133	04	22	23	362
Locatários	-	-	04	32	03	49	-	-	02	11
Esperdutores	-	-	01	20	-	-	-	-	0	20
Estampador	-	-	-	-	01	15	-	-	01	15
Floreicultura	-	-	07	250	04	116	-	-	11	365
Gerência de lojas	-	-	-	-	01	16	-	-	01	16

(continuação...)

(continuação...)

Sistema de Seguros no Trabalho	-	-	-	04	83	01	50	05	173
Central American	-	-	-	01	14	-	-	03	14
Cardington	-	01	163	-	-	-	-	01	160
Características do Auto Móveis	-	-	-	01	11	01	14	02	24
Electricidade	-	-	-	01	07	01	10	12	11
Laboratório Sociológico	-	-	-	01	38	-	-	01	23
Mobiliário	-	-	-	01	15	-	-	11	11
Manutenção e Reparação	-	11	151	07	110	-	-	3	11
Materiais	-	11	12	-	-	-	-	11	12
Mobiliário	-	-	19	01	21	01	11	11	11
Mobiliário de Escritório	11	21	41	05	144	02	11	11	11
Mobiliário de Sala	-	-	-	-	-	01	-	-	-
Mobiliário de Cozinha e Banheiro	-	-	-	-	-	01	-	-	-
Móveis	-	01	83	01	08	01	40	11	31
Outros	-	-	-	01	40	-	-	01	40
Participação	01	36	161	08	145	-	-	19	144
Plano de Amortização	-	-	19	03	32	02	23	06	62
Plano de Reservas	01	16	232	13	176	-	-	29	123
Plano e Orçamento	01	01	-	-	-	-	-	01	07

(continua...)

(continuação...)

Produtos Domésticos	-	-	-	01	12	-	-	01	12
Preparação de Cervejas	-	-	-	01	31	-	-	01	31
Recepcionista de Hotel	-	-	-	-	-	01	16	01	16
Relações Públicas para Município e Estado	-	02	60	04	109	-	-	04	109
Relações Públicas	-	-	-	01	30	-	-	01	30
Revolução	-	01	10	04	48	-	-	04	48
Sigiloso	-	01	19	-	-	-	-	-	-
Sociologia, Filosofia e Artes	-	01	11	12	31	-	-	12	31
Teatro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tecnologia	-	-	-	17	50	01	-	17	50
Tecnologia	02	-	-	11	33	02	-	11	33
Tecnologia	-	01	156	12	156	-	-	12	156
Tecnologia	-	04	05	-	-	-	-	-	-
Tecnologia	01	01	54	06	67	07	36	06	67
Tecnologia	02	765	-	-	-	-	-	-	-
Trabalhos em Banco	-	01	14	-	-	-	-	01	14
Trabalhos em Banco	-	02	26	04	54	-	-	02	54
Trabalhos em Banco	-	-	-	01	10	-	-	01	10
Trabalhos em Banco	-	-	-	01	10	-	-	01	10

(continua...)

Vendedor	02	46	-	-	-	-	32	46		
Relador	-	-	01	12	-	-	01	12		
Total	122	2.603	366	6.501	364	5.704	50	1.042	301	16.130

Local: Brasília, no mês de maio de 1961

1. Associação Brasileira de Engenheiros e Arquitetos do Estado de Pernambuco - Associação e Engenharia
 2. Associação de Saúde e Nutrição do Estado de Pernambuco - Associação
 3. Associação de Estudantes - Associação

4. Associação de Estudantes - Associação
 5. Associação de Estudantes - Associação
 6. Associação de Estudantes - Associação

7. Associação de Estudantes - Associação

8. Associação de Estudantes - Associação
 9. Associação de Estudantes - Associação
 10. Associação de Estudantes - Associação

QUADRO 16A

AGRESTE SESENTENAL DE PERNAMBUCO: NÚMERO DE CURSOS E DE CONCLUINTEES DOS PROGRAMAS DE TREINAMENTO REALIZADOS .. 1977/1978

Entidades Treinadoras	Anos								
	1977		1978		1979		1980*		
	Nº de cursos	Nº de concluintes	Nº de cursos	Nº de concluintes	Nº de cursos	Nº de concluintes	Nº de cursos	Nº de concluintes	
Fundação Movimento Dia Sileiro de Alibustiza- ção	17	284	228	2.407	222	3.058	-	467	6.529
Secretaria de Agricul- tura de Pernambuco	-	-	6	110	70	280	18	214	26
- Departamento de Pro- grama Estadual	-	-	6	119	6	120	10	104	22
- Departamento de Pro- grama Estadual	-	-	-	-	4	160	-	-	-
Fundação Instituto de Assistência	77	2.264	27	1.143	26	612	26	736	154
EMATER	21	265	315	4.958	154	2.324	36	544	6.030
SENAI	17	233	17	341	28	507	13	283	1.355
SEBRAE	-	-	32	785	47	1.276	16	423	97

(continua...)

Secretaria do Trabalho e Ação Social - DFT	-	-	2	22	3	60	-	-	5	93
Núcleo de Assistência Industrial - NAI	1	23	-	-	1	126	3	32	5	237
Secretaria de Habitação de Pó - Proj. Operário	-	-	-	-	-	-	2	31	3	31
Centro de Educação p/ Iri Curico Queiroz - Escritos	-	-	-	49	1	20	-	-	2	69
Fundação de Saúde Area p/ de Meneiros - FUSAM	26	530	29	493	27	474	6	87	68	1.604
Total	159	3.625	664	31.337	579	3.010	125	2.391	1.477	26.751

Fundo do Trabalho, Secretaria de Agricultura do PT, DDT e DPA, LSA, EMATER, SERM, Serviço Sussidiário do Trabalho e Ação Social, CBT, Secretaria de Educação de Iri Curico Queiroz e Escritos de Iri Curico Queiroz - Escritos.

9 - Distribuição em junho de 1950

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manoel Correia. A Terra e o Homem no Nordeste. 3ª ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1973.
- ASBEY, Jacqueline et al. "O impacto da educação e da comunicação", in J. Werthein e J. D. Bordenave, Educação Rural no Terceiro Mundo, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1961.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. Industrialização Rural no Nordeste do Brasil, Fortaleza, 1979.
- BANCO MUNDIAL, Rural Development issues and options in Northeast. Report nº 6650 B.R., Junho 1975.
- BANCO MUNDIAL, Projeto de desenvolvimento rural de Pernambuco, Agreste Setentrional. Relatório nº 2418 B.R., Abril 1979.
- CAVALCANTI, Clóvis e QUARTE, Renato. A procura de Espaço na Economia Urbana - O Setor Informal de Fortaleza. Recife, SUDENE/FUNDAJ, MTB., 1980, O Setor Informal de Salvador - Dimensões, natureza e significação. Recife, SUDENE, FUNDAJ/MTB, 1980.
- CAVALCANTI, Clóvis. Viabilidade do setor informal - a demanda de pequenos serviços no grande Recife. Recife, IJNPS, 1978.
- DENISON, Edward. The sources of economic growth in the United States and the alternative before us. Nova York, Committee economic development, 1962. Supplementary paper nº 13.
- QUARTN, Renato. Migration and urban poverty in northeast Brazil. Tese de Ph.D. apresentada à University of Glasgow, abril 1979.

- FISHER, Irving. The nature of capital and income. Nova York, Macmillan, 1906.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD). Região V, 1979.
- GUIMARÃES, Leonardo Neto. O Empreendedorismo no Nordeste: Situação atual e evolução recente - 1960/1970. Fortaleza, BNB, 1975.
- JOHNSON, Harry. "The political economy of opulence". Canadian Journal of Economics and Political Science. 26: 552-64, nov. 1960.
- MEIER, Gerald e BALDWIN, Robert. Desenvolvimento Econômico. São Paulo, Editora Mestre, 1958.
- MÉLO, Mário Lacerda. Regionalização Agrária no Nordeste. Recife, SUDENE, 1978.
- PEPELASSIS, Adamantos et al. Desenvolvimento Econômico: análise e estudos de casos. São Paulo, Atlas, 1967.
- QUIRINO, Tarcísio Rêgo. A Evolução peculiar dos cursos primários e médio do Nordeste do Brasil. Colômbia, Região e Educação, vol. 6, Nº 15:12:1968.
- SCHULTZ, Theodore. O Capital Humano. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.
- SCHULTZ, Theodore. Investment in man: the economist's view. Social Service Review. Rio de Janeiro 1951: 199-217, jun. 1959.
- SINGER, Paul. A Economia política da agricultura. 6ª ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1972.
- SUDENE/DAA. Estudos da rentabilidade dos estabelecimentos agropecuários e das condições de arrendamento da terra no estado de Pernambuco. Relatório Final. Recife, Maio 1974.

SUDENE/DAAA. Plano de Desenvolvimento de 1971 - 1972/74. Recife, 1971.

SPADA, Michel Rodriguez. "La Incorporación de los migrantes a la estructura económica y social de la ciudad de Bogotá", in Cardona Ramiro, Editor. Los Migrantes e Internas. Asociación Colombiana de Facultades de Medicina, Bogotá, 1969.